

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

Leonardo Costa de Vasconcelos

**Um Centro para uma Cidade (Pós-)Moderna: a
Requalificação do Centro Histórico de Fortaleza**

**Fortaleza-Ceará
2008**

Leonardo Costa de Vasconcelos

Um Centro para uma Cidade (Pós-)Moderna: a Requalificação do Centro Histórico de Fortaleza

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Cidades, Movimentos Sociais e Práticas Culturais

Orientadora: Prof. Dra. Linda Maria P. Gondim

**Fortaleza-Ceará
2008**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V45c Vasconcelos, Leonardo Costa de Vasconcelos.
Um Centro para uma cidade (Pós-)Moderna: : a requalificação do Centro Histórico de Fortaleza / Leonardo Costa de Vasconcelos Vasconcelos. – 2008.
171 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2008.
Orientação: Profa. Dra. Linda Maria Pontes Gondim.
1. Centro . 2. Fortaleza. 3. Requalificação. 4. Imagem. 5. Cidade. I. Título.

CDD 301

Leonardo Costa de Vasconcelos

**Um Centro para uma Cidade (Pós-)Moderna: a Requalificação do
Centro Histórico de Fortaleza**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Cidades, Movimentos Sociais e Práticas Culturais

Aprovada em 30 / 09 /2008

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Linda Maria P. Gondim (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Bezerra
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas
Universidade Estadual do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo todo o esforço aqui desenvolvido a toda família que durante toda a minha vida tanto contribuiu para o meu crescimento em todos os sentidos, em especial aos meus pais e avós, por todo o incentivo dado ao longo do tempo.

Agradeço à Fundação Cearense de Apoio a Pesquisa – FUNCAP, a qual financiou em parte esta pesquisa, a ajuda de pessoas especiais como Kélvia Menezes, que contribuiu com a correção ortográfica e com fotos para este trabalho e a todos na Universidade Federal do Ceará – UFC, que colaboraram para o desenvolvimento em mim de uma perspectiva mais apurada do estudo social, entre estes, um agradecimento particular aos professores, que apesar das dificuldades, são comprometidos com o seu ofício, aos colegas, amigos e pessoas próximas que propiciaram um convívio agradável durante o período em que estive no Programa de Mestrado da UFC.

RESUMO

A pesquisa reflete um esforço em entender, a partir da realidade de Fortaleza, um processo que se tornou comum em cidades ao redor do mundo, tais como Barcelona, Boston ou São Paulo. Este é a difusão, cada vez mais intensa, das requalificações de antigos centros históricos, o que surge, entre a ação das políticas públicas e da iniciativa privada, no final do século XX, e se dá como uma espécie de “culturalização” do espaço urbano. Ou seja, uma valorização do aspecto simbólico e econômico dos “produtos culturais” que áreas históricas, como os antigos centros urbanos, podem oferecer. Constituem-se daí três tipos de discussões: 1) um debate sobre os conceitos que pautam este tipo de política cultural; 2) o levantamento documental de projetos para o centro de Fortaleza; e 3) a realização de observações sistemáticas em campo nos espaços que já passaram ou estão passando por intervenções com vistas à requalificação da área central de Fortaleza, afim de identificar os “contra-usos” (LEITE, 2004), ou como os grupos sociais se reapropriam da idéia de um centro “enobrecido”. O que se busca é, portanto, uma estratégia de se relacionar as requalificações em escala global e local, compreendendo o que é valorizado e as disputas implícitas neste processo.

ABSTRACT

Taking the reality of Fortaleza, this research does a discussion about a usual process to the towns around the world, like Barcelona, Boston or São Paulo. It's a diffusion of requalification projects in old downtowns that appears with a Public and Private partners, mainly in last half of twentieth century. It's a valorization of symbolic and economic aspect from the "cultural products" that historic areas, like old downtowns, can give. Three kinds of discussions are constitutive: 1) talk about the concept of this cultural politics; 2) analyze the projects to Fortaleza's downtown area; and 3) talk about the results that have been constructed in "requalified" areas, doing the investigation with field observations. This last one step has the concept of "contra-usos" (LEITE, 2004) or how the social groups expropriate the thinking of "gentrified" areas. This is a strategy to do a parallel behind global and local requalifications, understanding what is valorized and the actors in this process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Um olhar para o Centro: percepções iniciais das idas e vindas do coração das cidades	1
O centro de Fortaleza como caminho metodológico	4
CAP 1 – (RE)TOMANDO O NOVO ‘CENTRO ANTIGO’	7
1.1 – Marcos para a discussão sobre as requalificações urbanas	7
1.1.1– O moderno e o pós-moderno nos “usos” das cidades	7
1.1.2 – O urbanismo moderno	15
1.1.3 – O urbanismo pós-moderno	20
1.1.4 – Conhecendo os usos e contra-usos dos espaços urbanos	26
1.2 – 1.2 – Fases do urbanismo moderno e pós-moderno e o tratamento da preservação do patrimônio histórico: marcos para as políticas de requalificação.	29
1.2.1 - O início das políticas voltadas ao patrimônio	29
1.2.2. - A renovação urbana – 1950 – 1970	31
1.2.3. - A preservação urbana 1970 - 1990	34
1.2.4. A reinvenção urbana (1980 – 2000)	36
1.3. – Exemplos de requalificações como influência para outras cidades	38
1.3.1 – Cidades-modelo de requalificações	38
1.3.2 – A discussão do patrimônio histórico e a chegada das requalificações ao Brasil	49

CAP 2 – IDÉIAS E AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO EM FORTALEZA: PROPOSTAS DE USOS PARA O CENTRO HISTÓRICO.	57
2.1. – Contextualizando a formação histórica de Fortaleza	57
2.1.1 – Formação do núcleo urbano	57
2.1.2 – Fortaleza <i>Belle Époque</i>	62
2.1.3 – Expansão e inchamento	70
2.1.4 – Flertes pós-modernos	75
2.2 – O movimento de requalificação do centro de Fortaleza	80
2.3. – Propostas de usos/idéias para o Centro de Fortaleza	86
2.3.1 – O projeto de restauração de fachadas da Praça do Ferreira	89
2.3.2 – O projeto do Parque da Cidade	98
2.3.3 – A restauração do Passeio Público	114
2.3.4 – Outras propostas de usos do Centro	119
CAP 3 – CONTRA-USOS DO CENTRO: ESTRATÉGIAS <i>versus</i> TÁTICAS DE REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	123
3.1 – Caracterização dos espaços do Centro: cartografias	125
3.1.1. - A dinâmica das ruas	125
3.1.2 – Praça José de Alencar	135
3.1.3 – Praça da Lagoinha	142
3.1.4 – Praça do Ferreira	146
3.1.5 – Passeio Público	150
3.1.6 – Outros Espaços de contra-usos que se destacam no Centro	151

CONSIDERAÇÕES FINAIS - USOS <i>VERSUS</i> CONTRA-USOS: AS DISPUTAS IMPLÍCITAS PARA A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE FORTALEZA	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
ANEXOS	165

INTRODUÇÃO – Um olhar par o Centro: percepções iniciais das idas e vindas do coração das cidades

O que faz pulsar as cidades? O que é o seu coração? Para onde convergem os sentidos de uma urbanidade? Onde podemos buscar nas cidades referenciais ou âncoras que finquem no tempo portos seguros?

Quando penso nestas questões é quase impossível não remeter à imagem dos núcleos formadores das cidades, dos centros históricos, os quais contam os percalços da construção de cada núcleo urbano. É no ‘centro’ que é possível auscultar a pulsação da cidade, é do ‘centro’ que podemos contemplar a abrangência do tecido urbano, enfim, é a porta de entrada para se conhecer a história de cada aglomerado humano.

No centro, o *flaneur*¹ se camufla em suas ruas e anda de lá para cá, contemplando como um fetiche o pulsar da vida social das grandes cidades. É lá que, na maioria das vezes, percebe-se o significado da multidão, e, sobretudo, do que é se estar sozinho em meio dela. É possível também tomá-lo como refúgio e asilo, desaparecendo como indivíduo único e surgindo como mais um rosto sem face frente ao turbilhão de desconhecidos que se juntam nas cidades, esbarrando-se nas calçadas e trocando olhares desconfiados no meio dos espaços públicos.

É dessa forma que o centro caracterizou-se durante quase toda a história urbana: como sendo o principal referencial do que representa viver em cada aglomerado urbano, de povoados incipientes a metrópoles. No entanto, como compreender a dinâmica que se passa dentro deste espaço de convergência? Como entender o que é o centro?

Segundo De Certeau (1980) e Passeron (1995), este é o lugar das tensões e distensões, dos encontros de memórias e de itinerários individuais, enfim, o eixo da construção coletiva da cidade. É uma das principais arenas de disputa pelo poder simbólico e econômico e expressão de tal embate na cidade. Para autores da Escola de Chicago, os pontos centrais dentro do espaço urbano são considerados como áreas de disputa “ecológica” entre os grupos sociais dominantes e dominados, os quais definem, a partir de processos de dominação, invasão e sucessão, as regiões que lhes são próprias. Por outro lado, na ótica romântica rousseuniana, por exemplo, o “centro” de uma cidade seria o que

¹ Segundo FEATHERSTONE (2000: p. 192), o *flaneur* “desenvolve sua sensibilidade estética nas oscilações entre envolvimento e distanciamento, entre imersão emocional e descontrolo, e momentos de registro e análise cuidadosa da ‘colheita aleatória’ de impressões da rua”.

no passado das metrópoles poderia ser identificado como palco próprio de um espírito de comunidade, onde residiria a “pureza” outrora existente (ROUSSEAU, s/d).

A partir destas muitas faces do que representam os centros para as cidades, Vargas & Castilho (2006) estabelecem, inicialmente, duas divisões de tal noção: Centros Históricos e Centros Urbanos – os quais nem sempre estão interligados. Para as autoras, o *Centro Histórico* está ligado à origem do núcleo urbano, à valorização do passado. Remete mais especificamente a uma perda das referências identitárias do presente do que a “real saudade do passado”. Isto se dá porque esse termo pressupõe uma idéia errônea de que existam áreas “mais históricas” do que outras na dinâmica do desenvolvimento de uma cidade. Se analisarmos mais detalhadamente o que se coloca nesta definição, é uma visão da história como algo parado no tempo e não como resultado da dinâmica de um contexto social específico. Na verdade, todas as regiões de uma cidade são produtoras de história, cuja construção é perene. Tal concepção é analisada assim:

[...] o conceito de Centro Histórico está associado à origem do núcleo urbano, conseqüentemente, à valorização do passado. Este último conceito cristaliza-se, por vezes como se as demais partes da cidade não tivessem dado a sua contribuição para a história da sua gente, refletida sucessivamente na sua estrutura em construção. O Centro Histórico não deve, portanto, ser analisado como se fosse um lugar predestinado à *fantasmagoria da perda* causado pelo desaparecimento das referências do presente do que pela real saudade do passado. Nessa direção, são valorizados os lugares geográficos, os elementos arquitetônicos (religiosos e civis) e por extensão, urbanos (estrutura urbana e bairros), em detrimento do conteúdo social.” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 2-3)

Neste ponto de vista histórico, é interessante observar ainda como o centro é visto a partir de algumas das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico, as quais buscam defini-lo sob um prisma mais restrito, com fins da execução de propostas técnicas. Scocuglia (2004) apresenta a seguinte definição de centro histórico:

Uma série de conglomerados urbanos, produtos de assentamentos iniciais que se foram gerando por si mesmo pela acumulação e superposição de fenômenos culturais, políticos, econômicos etc. que contribuíram para sua formação e desenvolvimento, proporcionando-nos na atualidade o testemunho irrepetível de sua identidade histórica. (MEMORIAL GERAL DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE JOÃO PESSOA, 1987, p.06 *apud* SCOCUGLIA, 2004, p. 148)

Deve-se, tomando esta noção de centro histórico, fazer uma diferenciação quanto à noção de centro urbano. Este último refere-se ao ponto de convergência dos negócios, do comércio e da circulação de mercadorias. Neste local não está implícito, necessariamente, o diferencial “histórico”, mas sim o aspecto da vitalidade quanto à importância da região em relação ao desenvolvimento sócio-econômico da cidade. Como dizem Vargas & Castilho (2006, p.2)

“A noção de centro urbano, como ponto para onde convergem os trajetos ou as ações particulares que facilitam o encontro, o descanso e o abastecimento, definindo-o, historicamente como o lugar das trocas comerciais, conduz ao conceito de centro de mercado. Agregando-se a este último outras atividades urbanas como a religiosa, a de lazer, a política, a cultural, as atividades financeiras e as de comando, também pode ser utilizado o conceito de Centro de Negócios (*Central Business District* – CDB). Esta visão funcional do centro, atrelada à espacialização hierárquica das atividades urbanas, dá origem a conceitos de centros principais, subcentros, centros regionais, centros locais, definidos pelos tipos de atividades oferecidas e pelos seus raios de influência. Logo, infere-se que este centro articula-se com a cidade por meio de sua função e de seu significado, transmitindo uma idéia de posição relativa na área urbana.”

Com a rápida expansão das cidades, proporcionada pela concentração e aceleração das trocas comerciais na modernidade capitalista, os centros começaram a não comportar toda a gama de atividades que perpetuariam, na maioria das cidades, esta interligação entre centro histórico e centro urbano. A partir daí outras áreas mais ‘periféricas’ passaram a atuar como ‘subcentros’ e as áreas centrais, que por muito tempo foram vistas como os receptáculos ‘por excelência’ da vida urbana, passaram, no âmbito das grandes metrópoles, a perder prestígio devido, entre outras razões, a já não tão exclusiva característica de vórtice urbano.

Com isso, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, o centro passa a ser alvo de programas de revitalizações, requalificações, reabilitações ou renovações urbanas; tocados pelo poder público e iniciativa privada. Todas estas estratégias se ancoram na valorização da imagem da cidade a partir do seu centro e se põem como políticas prioritárias, devido à urgência na recuperação desse *status* perdido pelo centro. São, em resumo, tentativas de resgate da importância econômica e simbólica que estas regiões outrora tiveram.

Tais práticas passam a se difundir quase como uma “moda” de execução de políticas públicas na contemporaneidade. Não são raros os vultosos investimentos em tais programas,

os quais conseguem sensibilizar investidores públicos ou privados. Isto pode ser percebido nos diversos programas de requalificações de áreas históricas que se difundem, principalmente após a II Guerra Mundial, como uma tendência de políticas públicas no contexto de grandes cidades como Baltimore, Boston, Nova Iorque, Paris, Londres, Berlim, Barcelona, Lisboa, São Paulo, Salvador, Recife e outras.

Scocuglia (2004, p.19) nos dá uma primeira noção do que são tais estratégias²:

Em geral, são processos que buscam dar novos usos ao patrimônio na tentativa de viabilizar o sistema econômico utilizando como recurso o dinamismo cultural e turístico de sítios de valor histórico, artístico, arqueológico e ambiental. São também tentativas de reviver a riqueza sócio-cultural dos centros urbanos tradicionais, valorizando, além dos monumentos, espaços públicos de ruas, praças e largos.

A questão que se coloca inicialmente é: por que se revitalizar, requalificar (ou algo do gênero) os centros? De que formas estas transformações operam e quais estratégias e táticas estão implícitas nestas apropriações e reapropriações de tais espaços?

Será necessário (mas o que significa esse termo?) deixar que o tecido prolifere espontaneamente? É conveniente capturar essa força, orientar essa vida estranha, selvagem e fictícia ao mesmo tempo? Como fortificar os centros? Isso é útil? É necessário? E que centros, que centralidade? Que fazer enfim das ilhas de ruralidade? (LEFEBVRE, 2001, p.13)

O centro de Fortaleza como caminho metodológico

No intuito de verificar como se dá esta dinâmica na prática, irei analisar um exemplo mais próximo: um estudo de caso que propicie, de um lado, o acompanhamento da implantação das requalificações nos centros históricos; e, de outro, o desenrolar das disputas pelo espaço urbano a partir das reapropriações típicas das táticas e contra-usos, efetuadas no contexto das cidades. Tomarei aqui o desenrolar desta relação a partir do processo que busca a requalificação do centro histórico³ da cidade de Fortaleza e, na mesma medida, as dificuldades e resistências que tal programa político enfrenta para sua implantação.

² Tendo em vista estas múltiplas denominações e a similaridade inerente a tais caracterizações, optei por adotar para a representação destas intervenções nos centros históricos das grandes cidades, de forma geral, o termo requalificação, o que como veremos mais à frente, se configura como o termo mais difundido atualmente nos projetos voltados a estas áreas.

³ Segundo PONTE (2001), o centro histórico de Fortaleza é compreendido entre o quadrilátero que abrange as Avenidas Duque de Caxias, Dom Manuel e Imperador e o Oceano Atlântico (ver Figura 1).

Com isto, inicialmente, será trabalhado no capítulo 1 desta pesquisa um resgate dos marcos teóricos das requalificações em centros históricos, levando-se em conta: 1) como os urbanismos, moderno e pós-moderno, sintetizaram tal estratégia; 2) qual a contribuição das políticas de preservação do patrimônio histórico; e 3) quais exemplos ajudaram a construir os modelos de requalificação nas grandes cidades do Brasil e do mundo. Este resgate servirá, por sua vez, para contextualizarmos o que será trazido no capítulo 2, onde será trabalhada a chegada desta concepção no contexto da cidade de Fortaleza.

A partir deste entendimento dos 'usos' do espaço urbano, efetuado pela concepção de requalificação, iremos nos capítulos subseqüentes investigar o que são os contra-usos na realidade do centro da capital cearense, tomando-se daí, as formas das negociações e das medidas arbitrárias. O que se buscará é, sobretudo, como esta relação constrói o processo de requalificação dos centros históricos, particularmente, em Fortaleza.

CAP 1 – (RE)TOMANDO O NOVO ‘CENTRO ANTIGO’

É notória a prioridade que se tornaram as requalificações nos últimos anos como estratégia de políticas das cidades. Segundo o Jornal *Diário do Nordeste* (Caderno Cidade de 23/11/2005), só no Brasil, das 27 capitais, 26 adotam políticas do gênero em seus centros históricos. Isto mostra que estas práticas passaram a ser plataforma de campanhas políticas e programas obrigatórios de governo, além de serem presença constante nos noticiários da mídia.

Já pudemos ter uma noção do contexto – de passagem do ambiente moderno para o pós-moderno – de onde vieram. Veremos a seguir, mais a fundo, as influências que ajudaram a construir o conceito atual das requalificações em espaços urbanos. Estas vieram, como iremos notar, principalmente, de três pontos básicos: 1) as mudanças de idéias ocorridas no campo do urbanismo (do paradigma modernista para o pós-modernista); 2) das fases específicas desta transformação e a relação com o desenvolvimento das políticas de preservação do patrimônio histórico; e, por fim, 3) da difusão de modelos exitosos de requalificação de áreas históricas em grandes cidades.

1.1 – Marcos para a discussão sobre as requalificações urbanas

1.1.1 - O moderno e o pós-moderno nos “usos” das cidades

O esvaziamento dos centros das cidades, e o conseqüente surgimento dos processos de requalificações são efeitos da modernidade. É com o acirramento do desenvolvimento urbano proporcionado pela produção industrial e pela intensificação das trocas comerciais modernas que as cidades se tornam centros de mercado e passam a ser referência na produção de signos modernos, observados na arquitetura, no urbanismo e nas artes produzidas a partir desta época. Ocorre, com isso, uma definitiva mudança do tratamento e da forma de ocupação humana nestes aglomerados.

A partir da vasta literatura que analisa a modernidade podemos sintetizar a compreensão de tal período como “a experiência histórica na qual se disseminaram os valores do Iluminismo, baseados na crença do progresso infinito do conhecimento científico e no aprimoramento social e moral da humanidade.” (GONDIM, 2007, p. 44). Todo esse contexto se consolida, para GIDDENS (1991), a partir de quatro dimensões institucionais básicas, inexistentes até então no período considerado “pré-moderno” ou feudal:

- 1) o aparecimento das práticas capitalistas e do modelo de acumulação de riquezas;
- 2) a criação do modelo de estado-nação, que por sua vez incluiria como função a vigilância sobre os efeitos da “desposseção” e a livre circulação de bens gerada pela concentração das riquezas do capitalismo;
- 3) daí é gerada uma terceira dimensão, que é o monopólio da força através do poder militar nas mãos do estado-nação;
- 4) a transformação da natureza através do industrialismo. Esse fenômeno por si próprio se interliga tanto à forma de desenvolvimento do poder militar do Estado, como ao desenvolvimento dos próprios meios de otimização da acumulação de riquezas do capitalismo. Fecha, assim, um círculo no qual se dá a modernidade.

Este novo paradigma social surge na Europa a partir do século XVII e se caracteriza por ser um estágio de desenvolvimento humano marcado pela expansão capitalista que dinamiza as relações sociais de uma forma nunca antes vista. A partir, da intensificação da circulação de mercadorias (sob a forma de dinheiro) e do colonialismo europeu, é gerado, sobretudo, um clima de aceleração da comunicação e interação social mundial, se desdobrando em uma “aproximação” econômica, cultural, ideológica e política dos mais diferentes povos. Todo esse contexto interligou as nações, cada vez mais, dentro de uma rede global padrão de relações.

Essa forma de aproximação entre as sociedades coloca a cidade como palco principal da cena moderna. Os centros das cidades passam a se tornar, sobretudo, os centros de mercado, de circulação de mercadorias, destino de pessoas oriundas das áreas rurais que inchavam as cidades. É lá que passam a se concentrar as multidões, a pluralidade do urbano que, ao mesmo tempo, congrega e tenta disciplinar racionalmente esta profusão de sujeitos sociais de forma única. Tal concentração gera o que Simmel chama de “atitude blasé⁴”. A cidade é, ao mesmo tempo o maquinário e o herói da modernidade (DE CERTEAU, 1984, p.95 *apud* HARVEY, 2006, p.34).

Segundo Mendonça (1983) o termo “moderno” surge no século VI do neologismo *modernus*, que significa modo ‘recente’ - da mesma maneira que *hodiernus* ‘hoje’ se formou

⁴ O conceito de blasé remete a perspectiva de afastamento ou de indiferença frente aos complexos estímulos advindos da vida moderna. Segundo Simmel (*apud* HARVEY, 2006) esta seria uma postura necessária para o convívio com a velocidade, ou em outras palavras, o deslocamento entre tempo e espaço típico do período.

a partir de 'hoje'. Designava, principalmente, o novo cristão, em oposição ao passado pagão no contexto do Império Romano. A modernidade seria assim *“a reflexão sobre o moderno, enquanto este é apenas o fato, e sofre a ação dela”*. (MENDONÇA, 1983, p.206).

Posteriormente, este par antigo/moderno - como analisa Le goff (1994), irá ser uma marca constitutiva da modernidade, destacadamente, nos países colonizados, nos quais este pensamento será utilizado para se persuadir uma crença de avanço, de “modernização” que os europeus traziam. Isto foi o que se deu, quando o termo “modernidade” popularizou-se, especialmente a partir do século XIX. Neste período os ‘modernos’ valores do Iluminismo – que pregavam a evolução do homem através da razão - influenciam as mais diversas esferas sociais e são difundidos pelo mundo como uma maneira de denotar uma “evolução” do espírito social recente em contraste com um “antigo”, no qual recai o sinônimo de “atrasado”.

Assim, o conceito de modernidade inaugura uma busca incessante pelo ‘novo’, pela descoberta, pela ‘evolução’ linear da razão. Esta perspectiva difunde-se em relação ao estilo de vida, e tais valores são assimilados por outras culturas e se rotinizam na vida social. Há a partir disso uma alteração na relação até então utilizada entre tempo e espaço. Novas descobertas e novos mecanismos alteram a forma que o homem passa a se relacionar com a natureza.

Ocorre a criação de outros “padrões” de desvinculação do tempo e do espaço - como, por exemplo, a realizada através da adoção de um único sistema de medida de tempo (calendário cristão) e de espaço (os mapas universais), ocorrida a partir dos Estados Nacionais. Isto propiciou ao homem “moderno” a elaboração de sistemas sociais abstratos, uma das principais condições de desprendimento das esferas locais e isoladas em que se vivia até então. Por outro lado, a utilização dos mecanismos sócio-espaciais, em que se podiam encontrar, por exemplo, medidas baseadas nos ciclos da lua e de colheitas, e de origens típicas das culturas ditas “primitivas”, foram deslegitimadas em prol de uma racionalidade “moderna”, calcada nas “luzes” da autoridade do conhecimento científico.

Todo esse contexto culmina com a crença da capacidade humana em reger a sua própria existência, definitivamente o levando a se desvencilhar de todas as amarras que prendiam sua mente à predominante submissão da esfera divina - particularmente no âmbito do hemisfério Ocidental. Destaque-se que esse processo deu seguimento ao movimento de libertação sócio-cultural e histórica dessas “forças do atraso” (inerentes ao passado) absolutistas, que persistiam no campo político após o declínio da Idade Média, através de

movimentos sociais como a Revolução Francesa (1789) e as Guerras de Independência das colônias européias na América, por exemplo.

Tudo isto contribui para o estabelecimento da marca da perspectiva moderna que é a “destruição criativa”, substituindo permanentemente o antigo pelo novo, inserindo a partir daí um estado revolucionário permanente necessário para que a o ideário do modernismo esteja em constante atualização. Segundo Giddens (1991, p.25):

O dinamismo da modernidade está diretamente relacionado com a separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitam o ‘zoneamento’ tempo-espacial preciso da vida; do desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espacial); e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos.

A partir dessa constante entrada de conhecimento oriunda do culto à razão, da capacidade de rápido deslocamento (“desencaixe” tempo-espacial) e da incorporação e assimilação à vida social em escala global de práticas próprias do jogo capitalista - aspectos estes inerentes ao perfil da modernidade -, podemos identificar ainda uma outra característica essencial a essa ideologia, a qual se revela na sua notável capacidade globalizante e totalizante.

O caráter de globalização das relações sociais humanas, hoje em dia, está relacionado a um alto estágio da modernidade. Ele se refere principalmente ao processo no qual a distância temporal ou espacial se torna de tal forma “desencaixada” de amarras, que eventos mais longínquos que possam parecer influenciam-se mutuamente. Isso ocorre devido ao entrelaçamento dos sistemas sociais abstratos existentes na atualidade. Giddens (1991, p. 69-70) define assim a globalização:

[...] como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço.

Com isso, se depara de um lado, com a força de um movimento em crescente escala global, e que atua estabelecendo uma única lógica ou um padrão predominante de

“desencaixe” do espaço e do tempo, uniformizando-os, principalmente a partir da perspectiva de acumulação capitalista. De outro, nos vemos frente à margem de atuação das diferentes associações dos indivíduos do planeta que, por sua vez, possuem uma singularidade história e cultural.

Este processo propicia a discussão da construção de uma “identidade social moderna”, o que supera, portanto, uma possível esfera local e isolada. Aplica-se daí o conceito de identidade social colocado, por exemplo, por Penna (1992) – que afirma serem as identidades referenciais para a percepção do social e do próprio indivíduo. É um rótulo social para a comunicabilidade entre os indivíduos, uma maneira de demarcação dada de diferentes formas, seja a partir da região de origem, da etnia, da raça ou da classe social. Note-se que:

[...] o Estado protegerá a todos no exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais [...] Além disso, o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional [...] A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais" (Constituição Federal, 1988, art. 216, seção II, Da Cultura).

Neste ponto, encontra-se uma questão interessante: que tipo de síntese ou que tipo de resultado pode-se obter desta relação *à priori* tão conflitante e complementar ao mesmo tempo, entre modernidade e grupos sociais com os seus diversos indivíduos e práticas culturais particulares?

Diante desse quadro de dinamização da modernidade alguns autores contemporâneos tais como Perry Anderson e David Harvey analisam o surgimento de uma subjetividade inerente a uma “pós-modernidade”. Este novo período histórico, ou ainda, esta nova forma de ambiente cultural, seria uma crítica a esta perspectiva homogeneizante do acirramento da modernidade. Seria, sobretudo, um grito particularista frente às metanarrativas ou grandes teorias totalizantes lançado, inicialmente, em artes como a literatura, o cinema e a pintura. Isto é o que coloca Anderson (1999, p. 60-61)

[...] tudo no ar parece confirmar a sensação generalizada de que ‘os tempos modernos agora terminaram’ e que alguma divisão, algum corte daquele que foi o novo mundo do início do século XX, o do modernismo triunfante. Dentre os fenômenos que evidenciavam ‘uma distância irrevogável em relação ao passado imediato’ – junto com o papel desempenhado pelos computadores, a

genética, a *détente* e outros – estava o pós-modernismo na literatura e na arte.”

Com efeito, o que se percebe, principalmente, a partir da década de 1950, é uma nova forma de se perceber o mundo. Nesta época há uma exacerbação, nunca antes ocorrida, do consumo em massa, assim como uma produção diferenciada de signos e imagens, que se contrapõem ao ideário moderno até então hegemônico. Nada parece tão distante quanto o ontem e a sensação de velocidade no decorrer do tempo e do espaço levam à crença do surgimento de uma época com características peculiares frente à modernidade, com um ideário diferente do modernismo até então vigente.

Esta é a sensação, a despeito do que dizem representantes de correntes sociológicas, nas quais se insere autores como Giddens e Thompson. Estes falam que somente se pode configurar uma possível pós-modernidade a partir da superação dos elementos constitutivos do ciclo básico onde se dá a modernidade (capitalismo, modelo estado-nação, monopólio do uso da força e industrialismo). No entanto, adventos tecnológicos como os da TV, do rádio, do cinema (e nos dias de hoje, a revolução digital dos computadores e a internet), entre outros, combinam e recombina o tempo e o espaço, e explodem como meios de comunicação que exprimem o que é este novo ambiente. É, antes de tudo, um novo paradigma estético de interação social que irá atingir os mais diferentes campos de produção do conhecimento.

Por outro lado, quando procuramos entender o conteúdo de tal manifestação estética, nos deparamos com uma relação ambígua, pois a crítica do pós-modernismo está umbilicalmente relacionada ao próprio modernismo. Os termos ‘pós-modernismo’ e ‘pós-modernidade’, assim como ‘modernismo’ e ‘modernidade’ são termos derivados e surgem como uma “evolução” dos valores dos sistemas sociais pré-existentes. Com o acréscimo da utilização do prefixo ‘pós’ ressalta-se a oposição crítica frente ao modernismo ou à modernidade sem, no entanto, superá-la totalmente. Conforme Gondim (2007, p.43):

A ambigüidade é inerente à própria expressão: ao utilizar o prefixo ‘pós’ para designar um movimento que se contrapõe à modernidade, confere-se a esse movimento a condição de um fenômeno derivado, que se define em relação àquele que veio suceder. O termo ‘modernidade’ também padece desse tipo de limitação, por ser definido, num sentido genérico, como uma consciência do tempo que valoriza a experiência atual em contraponto à experiência do passado: as pessoas se consideravam modernas cada vez que se tornavam conscientes da emergência de uma nova época, configurada por uma relação renovada com a Antiguidade.

Isto estava bem presente, por exemplo, nos primeiros registros do aparecimento, tanto das expressões ‘modernismo’, como ‘pós-modernismo’ nas artes. Segundo Anderson (1999), ao contrário do que poderia se pensar, estas surgiram, respectivamente, nas décadas de 1890 e 1930, oriundas da crítica literária no mundo hispânico, mais especificamente na América hispânica - distante, portanto do centro do sistema cultural da época - e serviu, no caso do modernismo, para designar um embate literário, inspirado em escolas francesas (como o romantismo, o parnasianismo e o simbolismo), e no caso do pós-modernismo, para designar uma corrente conservadora dentro deste modernismo. Assim analisa Anderson (1999, p. 9-10):

Pós-modernismo, como termo e idéia, supõe o uso corrente de ‘modernismo’. Ao contrário da expectativa convencional, ambos nasceram numa periferia distante e não no centro do sistema cultural da época: não vem da Europa ou dos Estados Unidos, mas da América hispânica. Devemos a criação do termo ‘modernismo’ para designar um movimento estético a um porta nicaraguense que escrevia um periódico guatemalteco sobre um embate literário no Peru. O início por Rubén Darío, em 1890, de uma tímida corrente que levou o nome de modernismo inspirou-se nas várias escolas francesas – romântica, parnasiana, simbólica – para fazer uma ‘declaração de independência cultural’ face à Espanha, que desencadeou naquela década um movimento de emancipação das próprias letras espanholas em relação ao passado.

Assim, também a idéia de um ‘pós-modernismo’ surgia pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes do seu aparecimento na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Foi um amigo de Unamuno e Ortega, Federico de Onís, quem imprimiu o termo *postmodernismo*. Usou-o para descrever um refluxo conservador dentro do próprio modernismo (...). Criada por Onís, a idéia de um estilo ‘pós-moderno’ entrou para o vocabulário da crítica hispanófila, embora raramente usada por escritores subseqüentes com a precisão que lhe dava [...].

No entanto, na época em que o termo pós-modernismo surgiu não obteve maior ressonância e caiu no esquecimento. Somente nos anos 1950 o termo reaparece com o sociólogo C. Wright Mills e Irving Howe e serviu para indicar a “época que os ideais modernos do liberalismo e do socialismo tinham simplesmente falido, quando a razão e a liberdade se separam da sociedade pós-moderna de impulso cego e conformidade vazia” (ANDERSON, 1999, p 18-19). Isto se daria, essencialmente, porque o principal alvo da crítica pós-moderna, as metanarrativas ou grandes teorias, não desaparecem, e sim, estão omitidas em detrimento aos particularismos. Para o pós-modernismo, “o caminho para eliminar o

fascismo de nossa cabeça é evidenciar o discurso do poder localizado” (HARVEY, 2006, p.50).

É nesta época que surgem os mais diversos movimentos sociais que reivindicam, principalmente, a partir dos anos 1960 o direito à diferença: negros, gays, feministas, ecologistas (apesar de não reconhecerem o rótulo pós-moderno). Na mesma medida, como forma de primar pela referência que dá origem as identidades, a história é tomada como elemento “áureo” da diferença e transformada em incremento de mercado. É pilhada, combinada e recombinada por meio da TV, pintura, literatura, cinema e arquitetura, na forma de colagens atemporais.

Na cidade, por exemplo, esta prática se revela com o surgimento dos ‘pastiche’⁵, ou seja, a história trabalhada em obras arquitetônicas como se fosse mais uma representação de costumes do que um discurso crítico, enfim, um espetáculo. Aliás, esta é a tônica das produções culturais que passam a influenciar os mais diversos grupos sociais, e o resultado é a espetacularização⁶ da sociedade (DEBORD, 1967), que se dá a partir dos mais diferentes níveis (no *marketing*, no incremento do turismo, na arquitetura, etc.), provocando, de forma geral, uma passividade frente à mercadoria-espetáculo.

Neste contexto busca-se, principalmente, tudo que se remeta a uma tradição, entendida como uma forma de identificar uma continuidade temporal, dentro do ambiente de rápida transformação proporcionado pela modernidade. É, sobretudo, uma forma de estabelecer os nexos constitutivos entre passado, presente e futuro, como mostra LEITE (2004, p.37):

A tradição, como ressalta Giddens (1991), pressupõe uma visão contínua do tempo, através da qual é possível estabelecer os nexos constitutivos entre o passado, o presente e o futuro. Do mesmo modo, pressupõe também uma concepção de espaço definido, no qual são mantidas as crenças e tradições.

É neste ambiente que surgem os processos de requalificações e revitalizações de centros históricos. Estas práticas aparecem nesta perspectiva de tomada da história como elemento diferencial de mercado para uma nova forma de tratamento das cidades: o *city*

⁵ O Pastiche é, sobretudo, a utilização do referencial histórico em construções que pouco se relacionam com este. É, portanto, uma colagem atemporal. Segundo HOLANDA (2004) é uma “obra literária ou artística imitada servilmente de outra”

⁶ Para DEBORD (1967), esse processo de “culturalização” da vida social está intrinsecamente relacionado com o crescimento cada vez mais intenso de um paradigma de *espetacularização* das relações sociais, que advém principalmente do desenvolvimento da acumulação capitalista. Essa acumulação, por sua vez, dinamizada de tal forma em sua alienação e exploração do trabalho, cria um estado cada vez mais intenso de passividade em relação às mercadorias produzidas e termina por proporcionar uma postura comparável à de um espectador que assiste a um espetáculo no qual não consegue dirigir o destino.

marketing. Ou seja, o Poder Público, juntamente com a iniciativa privada, passam a difundir a “requalificação” e o possível retorno econômico como uma nova “moda” de planejamento urbano. Nota-se que o conceito de requalificação prima, desta forma, pela valorização simbólica do espaço através da valorização econômica dos atributos históricos, os quais, em geral, são oferecidos de forma mais acessível nas áreas centrais das cidades. O que acontece a partir disso é a substituição por signos mais “nobres” dos elementos que “desvalorizariam” tais áreas como, por exemplo, ruínas e a população que não “qualificaria” o espaço - como mendigos, prostitutas, entre outros.

Para ZUKIN (2000), por exemplo, o conceito de requalificação é extensivo à noção em inglês de *gentrification* (enobrecimento, em português), que diz respeito ao processo pelo qual uma área, antes habitada ou apropriada por pessoas de menor poder aquisitivo, é alterada pela população mais abastada que ali se estabelece como consumidora ou moradora. Esta passa a usufruir deste espaço, o que resulta em um aumento do valor imobiliário e em mudança da população e das atividades econômicas originalmente existentes. Este processo possui também um caráter de mercantilização da cultura e do espaço urbano, ou seja, a ênfase, conferida por um pequeno grupo de atores sociais, nas possibilidades econômicas que os “produtos culturais” de uma determinada cidade ou país têm na consolidação de uma estratégia de disputa por mercados consumidores (VAINER et. al., 2000), principalmente, o ascendente mercado turístico.

Como diz ARANTES (2001, p. 152-154):

[...] Barcelona, em pleno embalo pré-olímpico, conseguiu trazer o mais disputado dos arquitetos para projetar um ‘moderníssimo’ Museu de Arte Moderna no Bairro Antigo [...]. A sonolenta Ottawa, até recentemente identificada pela forma gestáltica – sua eclética catedral de gosto duvidoso -, hoje pode vê-la reproduzida em uma moderna caixa de vidro espelhada, na outra margem do rio: o Museu Nacional. [...] Aliás, como por contaminação, as próprias cidades foram se transformando em museus: estetização da vida urbana, encenada nesses novos ‘espaços públicos’, para a qual as nossas administrações mais conservadoras têm se mostrado ‘sensíveis’ (e nem podia ser de outra maneira). Estava pensando em Salvador, com o seu Centro Velho devidamente higienizado, embelezado e policiado (por isso mesmo, levado a ponto máximo turístico-cultural brasileiro).

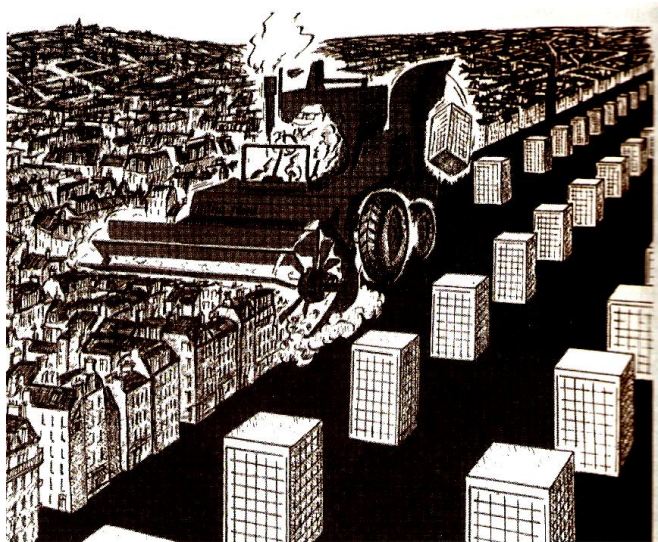
1.1.2 – O urbanismo moderno

A influência das “luzes” da razão iluminista e do crescimento do industrialismo na vida urbana produziram, em um período que vai do início do século XIX até meados dos anos

1960, novos cenários urbanos e novas necessidades em relação ao contexto até então vivido nas cidades. Isto forçou a produção de novos signos ou novas formas de pensar a cidade e a busca pela resolução dos problemas e as contradições típicas da rápida modernização do período.

Nesta época o pensamento sobre a cidade surge coligado com idéias oriundas das ciências ditas “naturais”, produzindo perspectivas funcionalistas da realidade e transformando a cidade em um grande “organismo” moderno, ou ainda, a expressão máxima do que representava o ambiente da modernidade. Esta característica é verificada, por exemplo, no tocante às denominações dadas às transformações urbanas. Vive-se neste período a aurora das grandes ‘intervenções’ urbanísticas – termo que remete à idéia de “intervenção cirúrgica em um corpo enfermo”. Nada mais representativo disto do que a imagem da reforma ocorrida na metade do século XIX em Paris pelo Barão de Haussman (FIGURA 2). Lá foram criadas retas e ruas abertas (os *boulevards*), em contraposição ao conjunto de vielas, até então existentes no centro da capital francesa, visando à estirpação dos “males”⁷ que afetavam a região central parisiense à época. Este foi um dos mais difundidos exemplos do que foi a expansão das idéias modernistas nas cidades, servindo inclusive de paradigma para muitas outras cidades no período.

FIGURA 2 – *Cartoom* de J.F. Batelier – contemporâneo à destruição modernista do antigo tecido urbano de Paris e a criação dos *boulevards* durante o governo do Barão de Haussman no segundo Império Francês (nos anos 1850).



Fonte: HARVEY (2006, p.28)

A partir destas várias “cirurgias urbanas” o modernismo expressava e fazia crescer, cada vez mais, a ânsia pelo “novo”. Isto é o que desejava a população que podia usufruir das

⁷ Por volta de 1850, o então prefeito da cidade, o Barão de Haussman implementou esta reforma urbanística, inspirado nas referências iluministas da época que buscava tratar de “males”, como as revoltas urbanas e a presença da imagem de pobreza nas áreas representativas para a história nacional francesa.

benesses deste ambiente cultural das cidades, que, entre outras coisas, desejavam ver refletidos no tecido urbano os efeitos da chegada do progresso modernista sobre as “forças do atraso”⁸. Isto é o que se revela por trás da destruição dos resquícios do passado, onde o urbanismo moderno, geralmente, se sobrepunha ao pré-existente, eliminando-o e o substituindo por construções que se expandiam de maneira totalizante na cidade, dando-a uma nova feição. Este é o exemplo da arquitetura do contexto da *Belle Époque*⁹, que inaugura estilos como o *Art Nouveau*, no qual o objetivo era a radical ruptura com estilos tidos como “tradicionais”.

FIGURA 3 – Um Exemplo da Arquitetura Modernista Art Nouveau: A Casa Milà (La Pedrera), um projeto de Antoni Gaudí, situada em Barcelona -Espanha (Construído em 1905-1907).



Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Art_nouveau . Acesso em: 02/07/08

Neste sentido, tomando-se a cidade como um organismo com pensamento e corpo voltados ao modernismo, uma forma de contribuição para o bom estado de “saúde” físico da cidade deveria ser o desempenho perfeito das destinações de cada uma das partes urbanas ou áreas. Com isto, o ambiente urbano passava a se separar por funções, onde se criavam zonas monofuncionais, repartindo setores especificamente para a habitação, recreação, circulação ou para o trabalho. Estas são as diretrizes contidas, por exemplo, em documentos

⁸ As forças do atraso neste contexto de deslumbre com os ideais modernistas eram, sobretudo, as práticas sociais que se relacionavam com o “passado pré-moderno”, como misticismo, desordenação urbana, entre outros.

⁹ A *Belle Époque* é uma expressão francesa para designar o período de grande desenvolvimento modernista dado nas últimas décadas do século XIX e início do séc. XX na Europa, sobretudo na França, que passa a se tornar, principalmente, para os países mais pobres, o ideal de civilização.

como a Carta de Atenas de 1933, oriunda do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado naquele ano.

Tais idéias, por sua vez, tinham em si a concepção de que a arquitetura e o urbanismo poderiam direcionar unilateralmente a dinâmica urbana. A intenção era, sobretudo, evitar um estado de anomia – como define Durkheim (2004) – ou o que pode ser entendido como o mau funcionamento do organismo o qual a cidade representa. Tais preocupações podem ser exemplificadas em propostas como as do arquiteto francês Le Corbusier - que criou o sistema padrão de habitação para a classe operária nos subúrbios de Paris, que primava por modelar o tecido urbano a partir de um paradigma funcionalista de divisão da cidade em setores específicos. Este será uma das perspectivas mais criticadas pelo pós-modernismo mais diante (ANDERSON, 1999).

FIGURA 4 – Conjuntos Habitacionais no subúrbio parisiense, voltados à classe operária. Idealizados por Le Corbusier nos anos 1920.



Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1777969,00.html> . Acesso em: 02/07/08

A divisão da cidade em zonas tornava necessário um sistema que propiciasse a livre comunicação entre elas. A ordem era priorizar a livre circulação de mercadorias, de consumidores e da força de trabalho. As calçadas deveriam separar o trânsito de pedestres da passagem de novos adventos como o do automóvel, o qual agilizava as trocas comerciais e deixava as ruas cada vez mais frenéticas, impossibilitando, o uso destas, como espaço de encontros. Estava lançado daí, segundo Gondim (2007, p.73) o “germe da ‘morte da rua’”. A

condição de espaço de encontros será restrita, em sua maior parte, a grandes espaços públicos, como as praças e passeios públicos que reproduzem em seus desenhos o sistema de alamedas e áreas abertas típicas das antigas ruas de “encontros”.

Nos projetos modernistas, a ênfase na circulação eficiente acarretava a separação radical entre o espaço habitacional e as vias públicas, eliminando praticamente as calçadas. A rua se torna perigosa para os pedestres devido à intensificação do tráfego de veículos automotores. Esvaziada de sua função de lugar de encontro, destina-se à passagem de veículos e pessoas, servindo apenas subsidiariamente à permanência (SENNETT, 1995: 28). Assim, no urbanismo modernista já se encontra o germe da ‘morte da rua’, denunciada como um dos males da contemporaneidade. (GONDIM, 2007, p.73)

Desta forma, com a intensidade e a profusão das modificações modernas que redesenham a cidade e alteram o sentido de referência dentro do espaço urbano, o urbanismo moderno propicia, ao mesmo tempo, um esvaziamento do sentimento de pertença. A busca pela “novidade”, a destruição de marcos espaciais e, muitas vezes a eliminação de áreas históricas inteiras propiciam a perda de uma referência identitária da população com a cidade. Isto se dá, principalmente, porque as transformações modernas se dão, ao mesmo tempo, que negam o pré-existente.

Tais aspectos, aliados com a velocidade crescente de circulação de informações, mercadorias e pessoas, em escala cada vez maior para diferentes áreas das cidades, fazem com que áreas históricas centrais percam importância frente à dinâmica da cidade. São criados daí os ‘subcentros’, que passam a compartilhar grande parte das atividades que tinham como referência os centros históricos. Os efeitos da modernidade recaem sobre os antigos núcleos urbanos, os quais, devido à degradação econômica e simbólica, passam a ser freqüentados por personagens “marginais”. Assim:

O espaço urbano moderno acarreta também a anulação dos marcos da memória pela constante renovação de usos, destruição de edificações e modificações do próprio desenho urbano: a construção de grandes obras viárias, de edifícios comerciais ou multifamiliares, e de equipamentos coletivos de maior porte (parques, estacionamentos, estações metroviárias, supermercados etc) varreu da paisagem urbana seções de bairros ou mesmo bairros inteiros, concorrendo para o esvaziamento e a deterioração de espaços centrais [...]. (GONDIM, 2007, p.73).

Para Perry Anderson, este é um dos exemplos que mostram as razões do declínio da arquitetura e urbanismo modernos. O que ocorre é uma incapacidade de se lidar com as

contradições da modernização capitalista e seus efeitos no tecido urbano, ou como diz o autor, a “incapacidade de contornar ou resistir às limitações do dinheiro [...]” (ANDERSON, 1999, p. 49). Isto é o que se percebe com o “inchaço” das cidades, o crescimento dos guetos “pobres” e “ricos” e a conseqüente ampliação da divisão social da cidade, além da perda das referências identitárias.

Neste sentido, o urbanismo moderno vai perdendo força por não mostrar caminhos que atendam à resolução destes problemas. Neste contexto Charles Jencks se arrisca, inclusive, a determinar ano e local para a “morte” do urbanismo moderno: o ano de 1972, quando ocorreu a implosão do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, em St.Louis (EUA), um dos símbolos da concepção modeladora do tecido urbano e do urbanismo moderno.

Surgem daí, no mesmo ano, concepções de arquitetos e urbanistas como Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour, que se manifestaram no sentido de um urbanismo que busque o entendimento da dinâmica urbana como pressuposto para a atuação na transformação desta. Toda esta manifestação convergia para um ambiente de mudanças políticas e culturais promovidas neste período. A busca por referências identitárias explodiu em diversos movimentos contestatórios na defesa dos direitos das minorias. O diferencial identitário começa a ser buscado com maior força inclusive no âmbito das cidades, o que provoca mudanças estratégicas no tratamento das políticas públicas direcionadas a estas, configurando o início de um “urbanismo pós-moderno”.

1.1.3 – O urbanismo pós-moderno

No período que se inicia da década de 1960 até os dias atuais o movimento pós-modernista surge lançando um “grito particularista” frente à perspectiva totalizante do modernismo. A valorização do singular toma proporções nunca antes vista no âmbito sócio-cultural e político. Nas artes, de uma forma geral, se pode ter um exemplo bem claro desta perspectiva. Nelas se refletem estes sentidos de uma busca pela “preservação” das identidades culturais, e a recombinação destas com elementos contemporâneos, como denominador comum de um movimento estético então insurgente.

Esta perspectiva influencia o contexto do urbanismo e da arquitetura, nos quais a meta é agora a afirmação deste paradigma de valorização do diferencial cultural, inaugurando projetos que busquem inicialmente o entendimento da dinâmica urbana, para só depois

idealizarem transformações, o que se configura numa espécie de arquitetura e urbanismo “etnográficos” (GONDIM, 2007). Esta perspectiva passa a utilizar tais referências identitárias em combinações e recombinações livres, num prisma quase “anárquico”. Ocorre daí a utilização da mistura entre passado e futuro, entre práticas locais e atuações em nível global. O hibridismo surge como uma maneira de valorização da identidade cultural típica do urbanismo pós-modernista.

A cidade expressa tais transformações e os projetos urbanísticos passam a priorizar os simbolismos e a monumentalidade, que incitavam, entre outros objetivos, a revalorização dos antigos centros históricos como forma de resgate das referências identitárias e a geração de um sentimento comum de pertença no contexto das grandes cidades. Neste contexto surgem documentos como a Carta de Veneza (1964) que assinalam esta mudança de perspectiva dentro do cenário do urbanismo.

É a partir dela que surgem termos precedidos com o prefixo RE, como “revitalização”, “reabilitação/renovação”, os quais denotam a busca pela valorização do elemento histórico dentro das reformas urbanísticas. Expressam, por exemplo, procedimentos que buscam: “dar nova vida ao espaço urbano”, no primeiro caso; e, no segundo, a “recuperação da estima e consideração” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p.58) em espaços que conservam uma dinâmica urbana subvalorizada. O que dará origem futuramente, como iremos observar mais adiante, a expressões derivadas como requalificação e regeneração.

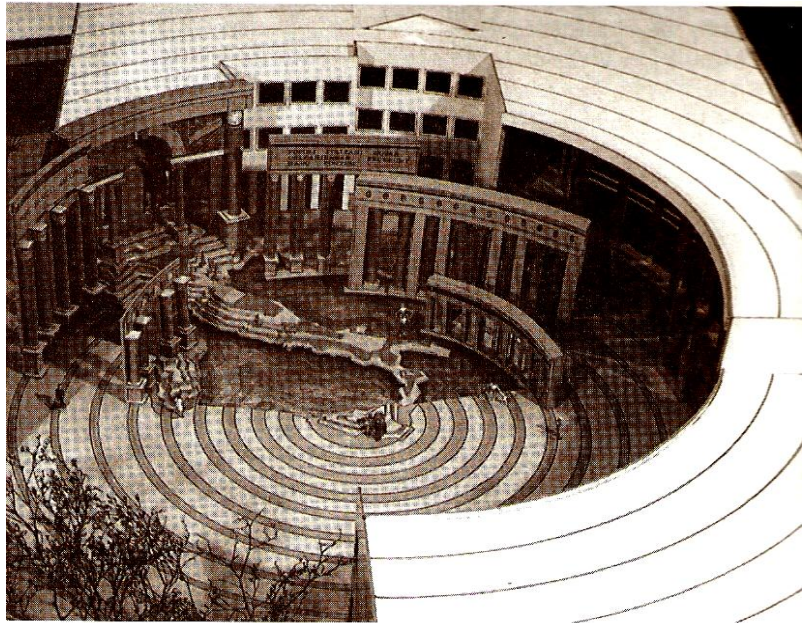
Por outro lado, a partir desta “culturalização”, os projetos arquitetônicos e urbanísticos passam a assumir, neste período, cada vez mais, a perspectiva do que Debord chama de mercadoria-espetáculo - ao “gosto do cliente” (em contraposição à postura extremamente tecnicista e padronizadora do modernismo). O que acontece é que a “personalização” dos projetos, buscada com a valorização das identidades culturais, passa a se concentrar essencialmente no prisma estético, priorizando a forma, sem maiores preocupações com o conteúdo.

Isto se dá porque, a partir do viés mercadológico da espetacularização da sociedade, imagens e signos são disseminados de forma tão intensa que as construções passam a ter que impressionar os olhos para obterem destaque, combinando e recombinao as referências identitárias, num grande “mosaico” cultural, simbólico e monumental. O que na maioria das vezes faz com o significado de determinado referencial estético torne-se esvaziado de sentido, ou em outras palavras, entendido como a “forma pela forma”.

Esta busca por referências pode ser entendida a partir do que analisa HARVEY (2006), como uma busca pela preservação do “eu” frente à velocidade crescente da percepção espaço-tempo. Isto ocasiona numa recorrente citação do passado, principalmente, porque é daí que as identidades coletivas se estruturam. É a partir dos objetos ditos “históricos” que o simbólico toma forma. Neste sentido, é que os projetos arquitetônicos deste período se destacam por utilizar recorrentemente este referencial.

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. [...] O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada.” (HARVEY, 2006, p. 85)

FIGURA 5 – Piazza D’Italia (Nova Orleans - EUA) – Charles Moore. Segundo David Harvey um dos exemplos frequentemente citados como obra clássica da Arquitetura Pós-Modernista.



Fonte: HARVEY (2006: p.94)

A partir dos anos 1970, de uma forma geral, esta busca pelas referências ao passado é refletida em uma forma principal. Estas tomam como foco as reformas de prédios históricos em áreas centrais e a disposição física utilizada em estruturas como os *shopping centers*, onde prioriza-se a reprodução da antiga rua, característica da *flaneurie*, como estratégia para o incentivo às compras. Aí a monumentalidade e o simbolismo aparecem de forma marcante, utilizando a referência ao passado e as tradições locais como artifício de *marketing*.

FIGURA 6 – Shopping Gallery – Harbor Place (Baltimore). Um dos exemplos dos muitos *Shopping Centers*. Modelo difundido no mundo a partir da década de 1970, que busca reproduzir um ambiente seguro, similar ao da antiga rua de “encontros”.



Fonte: HARVEY (2006: p.80)

Neste contexto há de se considerar que o pensamento urbanista de então acreditava que a reabilitação do tecido urbano poderia ser dada priorizando-se apenas a caracterização de prédios e ou outras estruturas como Centros Culturais e Shoppings. No entanto, tal perspectiva se mostrou precária, pois, mesmo potencializando os lucros obtidos a partir de tais estruturas, não foi suficiente para a construção de novos sentidos à cidade como um todo. Estas lições serviram de inspiração para o surgimento nos Estados Unidos, no princípio dos anos 1990, de uma nova visão de administração pública.

Esta se inspirava, segundo Vainer (2000) nos preceitos empresariais da *Harvard Business School*, que colocava que as cidades estão sujeitas aos mesmos desafios que uma empresa enfrenta. Partindo-se deste pressuposto, elaborou-se uma nova estratégia de planejamento urbano que mudou o tradicional círculo de atuação do poder local, restrito a questões como racionalização do uso do solo e provisão de equipamentos urbanos, para uma nova questão: a “competitividade urbana”. Nas palavras de Vainer (et. al., 2000, p.76):

Se durante longo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexos central à problemática da *competitividade urbana*.

A competição se dá: 1) por investimentos de capital e tecnologia; 2) pela atração de novas indústrias e negócios; 3) através do *marketing* relacionado aos serviços oferecidos; e 4) pela força de trabalho adequadamente qualificada. Conseqüentemente pode se inferir que, para a cidade se colocar neste círculo de atuação, devem ser feitas pelo menos três analogias. É o que explicita Vainer (et. al, 2000, p.77): ela é mercadoria - pela forma como é vendida; é empresa - pelo modo como é administrada; e deve ser uma “pátria” - pelo sentimento de identidade que se tenta gerar e difundir como uma marca constitutiva neste ambiente de competição.

Neste movimento o espaço que poderia reunir as condições de convergência dos preceitos acima citados eram, sobretudo, os centros históricos. Este é o espaço priorizado nos projetos inspirados pelo *New Urbanism*, pois ali se fornece argumentos para a geração do *city marketing*, tomando por base as referências identitárias de formação do núcleo urbano em questão. Ali se gera o diferencial para a competição da cidade dentro mercado global, com vistas à atração de investimentos oriundos, principalmente, do turismo, o que atualmente se tornou uma das principais fontes de receita para as grandes cidades.

Com isto, surge desta nova prática - que se espalha não só nos Estados Unidos como em muitas das grandes cidades do mundo - novos conceitos dentro do urbanismo, como o enobrecimento e a requalificação. Estes procuram qualificar o espaço não só através da exploração do potencial econômico que os atributos culturais de áreas como os centros históricos oferecem. A “qualificação” viria inclusive com um público freqüentador mais abastado, com maior potencial de investimento, em substituição à população mais pobre. Daí viria a perspectiva de enobrecimento do espaço.

Cumprе ressaltar que aspectos do ideário esposado pelo *Congress of New Urbanism* estão presentes em intervenções que vêm ocorrendo em cidades localizadas não só nos Estados Unidos, como em outros países, sobretudo no que diz respeito aos centros históricos. Nesses casos, vale destacar a substituição da renovação urbana pelas idéias de requalificação, revitalização ou enobrecimento. Tal estratégia, em suas diversas acepções, significa a produção de novos espaços com ênfase em qualidades estéticas e sua apropriação ou uso por grupos sociais supostamente heterogêneos, incluindo turistas. (GONDIM, 2007, p. 82)

Toda esta transformação de conceitos é registrada, por exemplo, através da Carta de Lisboa (1995) que tenta sintetizar a definição destes. Vargas & Castilho (2006) colocam a seguinte diferenciação feita pelo documento:

- 1) Reabilitação Urbana/Requalificação: é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade a que dizem respeito;
- 2) revitalização urbana – engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção próxima da reabilitação urbana aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.
- 3) Regeneração – ligado a uma metáfora que compara a trama de um tecido da pele ao tecido urbano, a regeneração seria um processo de recuperação do tecido urbano sem, no entanto, rompê-lo. Esta noção surge na virada do século XX para o XXI como uma forma de amenizar os efeitos das requalificações e enobrecimentos

Cabe aqui ressaltar a confusão entre tantas denominações das práticas de valorização das áreas históricas. Os próprios documentos que tratam de tentar definir tais conceitos deixam nebulosos as nuances que procura dar. Estas revelam, sobretudo, uma postura crítica em relação à ânsia totalizante da transformação modernista. No entanto, o que se propõe é um pensamento ‘conservador’ de enfoque pelo que o contexto urbano “é”, e não pelo que “deveria ser” (ANDERSON), tomando esta assertiva para a exploração econômica dos produtos culturais que o espaço urbano pode oferecer.

No entanto, esta valorização dos produtos culturais acaba se tornando vazia de sentido. De tão multifacetada termina por expressar um conteúdo fugidio, sem uma referência específica, ou melhor, tendo apenas como referencial principal, a mistura estética de padrões culturais. Tudo isto contribui inclusive para uma mudança na forma como o patrimônio histórico é percebido, não mais somente como fonte de aprendizado, mas como produto.

Isto é o que pode ser observado, como se verá mais adiante, no desenvolvimento do discurso oficial em torno das políticas de preservação de patrimônio histórico e da relação deste com fases específicas do urbanismo modernista e pós-modernista.

1.1.4 - Conhecendo os usos e contra-usos dos espaços urbanos

Este é o contexto onde surgem as requalificações, este é o ‘uso’ que tais práticas fazem das cidades. Convém, na mesma medida, compreendermos que estas formas de pensar a cidade não se dão sem resistências na realidade. Elas sofrem reapropriações no cotidiano de cada contexto e o resultado destas requalificações no tecido urbano é uma síntese, entre o que é pensado pelos planejadores urbanos e tais reapropriações, ou “contra-usos” – utilizando o conceito de Leite (2004).

Nenhuma cidade, por mais planejada e controlada que seja, segue estritamente o modelo que a gerou. Com esta noção temos que, quando se fala em intervenções nas cidades, o diferencial de cada dinâmica urbana deve ser levado em consideração para a análise sobre o resultado final das requalificações em centros históricos, por exemplo.

Se de um lado, procura-se, através deste tipo de reforma, “museificar” a cidade, ancorá-la como expressão de certo contexto cultural fixo no passado - tendo o retorno econômico concentrado para determinado grupo social; por outro, tais práticas terminam por gerar contra-apropriações ou redesenhos do jogo simbólico nestes espaços, reafirmando a condição de espaço público destas áreas. Aqui vale ressaltar a dimensão de arena de disputas do espaço público. Como diz Leite (2004, p.23): “o espaço público como uma categoria sociológica [é] constituída pelas práticas que atribuem sentidos diferenciados”

Desta forma, quando se fala que as requalificações ou enobrecimentos contribuiriam, inclusive, para ressaltar a dimensão de ‘espaço público’ das áreas centrais, por exemplo, entende-se que estas práticas são geradoras de conflitos de interesses, de sentidos diferenciados do espaço. Este embate, por sua vez, tem como consequência - de uma forma ou de outra - a reafirmação da área pública como palco de disputas pelo espaço, através das delimitações e identificações espaciais.

Surge a partir disso a necessidade de se conhecer duas dimensões destas áreas públicas: os conceitos de espaço e lugar. O primeiro é a arena, são os ‘espaços de fluxos’ (Castells), enfim, as áreas físicas onde são travadas as batalhas da disputa simbólica dos mais diversos grupos sociais. Assim, é no espaço que se formam os ‘lugares’, ou seja, as delimitações e identificações espaciais concernentes a cada grupo social. O lugar dá forma à apropriação do espaço:

A noção de lugar, menos genérica e abrangente que a de *espaço*, retém uma distinção: podemos entender os *lugares* como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente. Um lugar pode, enfim, ser entendido como uma forma *estriada* de espaço, na medida em que consiste, como definiu Guattari (1985), em ‘territórios de subjetivação’. (LEITE, 2004, p. 35).

Os centros das cidades reúnem todas estas características. São arenas da disputa simbólica instaurada a partir da prática do enobrecimento, e são também lugar, a partir das reapropriações cotidianas, próprias da dinâmica urbana, além de inserirem nesta disputa o componente histórico como incremento a tal relação. Neste sentido, vale ressaltar a abordagem de Bordieu (2004), que propõe o conceito de campo, ou seja, a instância social através da qual se manifestam as práticas e os saberes de determinado grupo. Assim, se deve levar em consideração, sobretudo, que estas representações simbólicas são fruto de uma disputa ideológica que ocorre, principalmente, por meio da imposição ou legitimação de certos símbolos culturais por seus “agentes culturais”.

Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode realmente ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se contruir este espaço são propriedades actuantes, ele pode ser descrito também como um campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações directas dos agentes. (BOURDIEU, 2004, p. 134).

Portanto, a legitimidade das representações culturais e das palavras está essencialmente com quem pode impor os seus próprios símbolos de poder, disseminando-os como uma “verdade”. Isto se caracterizaria como uma forma de demarcação das fronteiras sociais entre as classes, o que resulta em um estado constante de lutas voltadas às classificações, ou seja, na busca à “autoridade” (nas mais diversas instâncias: moral, política, econômica, científica etc.)

Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a

‘eles’, aos ‘outros’ e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. (BOURDIEU, 2004: p. 124).

Para esboçarmos como se dá o desenho deste jogo simbólico na prática há de se considerar outras duas dimensões: a relação entre *estratégias* e *táticas*. É neste ponto que se concentra a forma como a produção dos lugares, em determinados espaços, é negociada. É a partir desta relação que se dão os usos e ‘contra-usos’ dos espaços urbanos. Para De Certeau (1994, p. 99) *estratégia* pode ser entendida da seguinte forma:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se pode gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças [...].

Tendo em vista este ‘plano de poder’, que é o conceito de estratégia, se deve considerar, na mesma medida, *as táticas*, ou seja, as resistências, as formas que escapam ao domínio totalizante imposto pelas estratégias. Esta é, sobretudo, a “arte do fraco” (CERTEAU), que busca, através do improviso, brechas “nas fronteiras do inimigo”. Como são desempenhadas sempre no decorrer do jogo elas se caracterizam por ser movimento. A tática é, sobretudo, determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado do poder. Note-se que

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo [...] (DE CERTEAU, 1994, p. 100)

A partir destes dois conceitos Leite (2004) nos traz ainda uma noção intermediária que é a de ‘contra-usos’. Este seria uma forma de tática, mais ou menos recorrente, cuja prática já se torna vernacular no espaço urbano. Por conseqüência, esta característica possibilita subverter os ‘usos’ esperados para determinado espaço urbano, fazendo muitas vezes, que este se cinda, superando os “planos de poder” idealizados para tal espaço, a partir da sua atuação sempre presente. Os contra-usos, dessa forma, superam a atribuição de serem meras táticas cotidianas, marcadas essencialmente pela improvisação, e se caracterizam por

redelimitarem a arena do jogo simbólico, redesenhando as fronteiras de atuação dos grupos menos favorecidos neste processo.

As táticas, quando associadas à dimensão espacial do lugar, que as torna vernaculares, se constituem em um '*contra-uso*' capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado como de possibilitar que o espaço que resulta das estratégias se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que nesses contra-usos realizam. (LEITE, 2004, p.215, *grifo do autor*)

Ao analisarmos os planos urbanísticos oriundos das propostas requalificação de áreas históricas devemos ter em mente a dimensão do seu processo de implantação. Como veremos neste trabalho, o destino das populações que desqualificam o 'espaço' a ser requalificado é minimizado ou trabalhado de forma superficial em tais planos, os quais, na maioria das vezes, privilegiam grandes reformas urbanísticas ao invés de um real trabalho voltado para aos problemas oriundos da esfera social.

1.2 – Fases do urbanismo moderno e pós-moderno e o tratamento da preservação do patrimônio histórico: marcos para as políticas de requalificação.

1.2.1 - O Início das políticas voltadas ao patrimônio

Para compreendermos o surgimento da questão da valorização do patrimônio pelo Poder Público, devemos ter como marco inicial a mudança de pensamento ocorrida a partir dos efeitos da Revolução Francesa (1789). Segundo Scocuglia (2004), este é considerado o marco mundial da produção desta nova noção, onde um patrimônio passa a ser preservado por evocar uma idéia de nação. Na época, isto se mostrou necessário devido à emergência da reconstrução de uma identidade nacional francesa, pois a ameaça do vandalismo proveniente das revoltas populares punha em risco, até mesmo, a possibilidade de uma "unidade" nacional naquele conturbado período.

É uma nova visão da utilização destes bens culturais que até então eram vistos, por um lado, como "ilustrações dos textos antigos" – pelos humanistas; e por outro, como, simples expressões artísticas "involuntárias" de um período – visão esta compartilhada por arquitetos, escultores, artífices etc. Ocorre daí o princípio da utilização estratégica da noção

de patrimônio. O simbolismo exaltado pelo patrimônio histórico passa a ser expressão das referências identitárias de cada povo.

Isto é o que é reforçado durante o século XIX. Neste período, com a difusão dos efeitos da Revolução Industrial, de movimentos artísticos como o romantismo¹⁰ e da consolidação do Estado Francês, a concepção de patrimônio se estrutura a partir de dois eixos principais: de um lado, a noção que o coloca como elemento para a constituição de uma idéia de nação – utilizada, principalmente a partir do contexto da França; e, de outro, a noção que coloca o patrimônio como testemunho de uma época “áurea”. Esta última concepção se estrutura a partir de associações civis voltadas para o culto ao passado, existentes, sobretudo, na Inglaterra. Ali expressava-se os preceitos típicos do romantismo, como a necessidade da volta à vida simples do campo e da valorização do cotidiano livre dos males oriundos da industrialização das cidades.

Tal concepção romantizada do passado se contrapunha, desta forma, radicalmente à perspectiva do “*mise-en-valeur*” do modelo francês. Nesta prática, o patrimônio histórico deveria servir, principalmente, para exaltar personagens e histórias que ressaltassem a “identidade nacional”. Desta forma, a noção de de *mise-en-valeur* pode ser entendida como o “colocar em evidência”, ou seja, no contexto do urbanismo modernista, evidenciar os elementos úteis para a valorização do monumento, edifício ou obra reconhecidos como patrimônio histórico e artístico. construção de uma imagem determinada do patrimônio histórico. Ao mesmo tempo, tal noção justificava a demolição de áreas pré-industriais, vistas como entraves ao funcionamento “eficiente” da cidade moderna (SCOCUGLIA, 2004, p.39). O significado do patrimônio era direcionado para uma função específica de contar uma história “vencedora”, ou como é colocado, de manter os elementos históricos que permanecem “vivos”. Não seria qualquer construção histórica que deveria ser preservada, mas aquelas que detivessem um “valor de uso”, aspecto este que o diferenciava de uma ruína, por exemplo.

¹⁰O romantismo, em função da própria Revolução Industrial, assumia uma posição em relação ao passado longínquo diferente do Renascimento. Passava de cânone, fonte de conhecimento e modelos, para a idéia de um passado recuperável apenas através da memória afetiva, da sensibilidade estética, uma certa nostalgia. Para o imaginário romântico, os monumentos legados pelo passado perdido seriam documentos dessa realidade, prova de sua autenticidade. O culto à arte desenvolvido pelo Romantismo incorporou o monumento histórico, sem perda de sua conotação de testemunho do tempo passado. Enquanto documento, passou a ser primordialmente vinculado e utilizado pelo Estado, reforçado pelos historiadores que se voltavam para a história política, textos e documentos escritos na afirmação da nacionalidade (CHOAY. 1992, apud SCOCUGLIA, 2004: p. 34).

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insignes, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos [...] (IPHAN et al., 1995, p. 59, apud VARGAS & CASTILHO, 2006, p. 7).

Esta perspectiva se reflete, por exemplo, na já comentada reforma em Paris, promovida pelo então prefeito da cidade, Barão de Haussman, na metade do século XIX. Ali se conservaram prédios que remetessem à construção de um ideário nacional francês e pôs abaixo o restante do tecido urbano então existente, principalmente, na área central parisiense.

Este cenário do pensamento sobre a questão do patrimônio histórico se mantém como expressão do ideário do urbanismo moderno e inspira as principais reformas urbanas ocorridas no período. A influência francesa sobre o contexto cultural mundial nos fins do século XIX e princípio do XX dissemina o conceito do *mise-en-valeur* como prática recorrente no trato da questão. No entanto, com o arrefecimento do urbanismo moderno e com os efeitos da Segunda Guerra Mundial nas cidades (sobretudo na Europa), há a revisão dos conceitos sobre o patrimônio então vigentes e a ampliação da discussão começa a influenciar as práticas de preservação dos bens culturais. Isto é o que será observado nas fases do urbanismo que irão marcar a temática até os dias atuais: a Renovação Urbana (1950-1970), a Preservação Urbana (1970-1990) e, por fim, a fase da Reinvenção Urbana (1980-2000).

1.2.2. - A renovação urbana – 1950 – 1970

Com o fim da Segunda Guerra Mundial; no caso das cidades européias, após a destruição do tecido urbano pelos ataques bélicos, houve uma grande movimentação de recursos no sentido da reformulação do cenário urbano. No âmbito das grandes cidades americanas, por outro lado, houve um processo de suburbanização, com a saturação das áreas comerciais centrais e a criação nos subúrbios dos *shopping centers*, o que atraiu a saída dos setores médios das áreas centrais (e a conseqüente degradação destas).

Desenha-se neste contexto o início da tomada do centro como alvo principal de políticas de reconstrução e ressignificação da cidade.

Apesar deste cenário ainda tomar o esteio das práticas inerentes ao urbanismo modernista - que pensavam a cidade como um organismo funcional - neste período, por causa deste novo ambiente urbano do pós-guerra, observam-se importantes mudanças no tratamento da questão da preservação do patrimônio histórico. Isto se deu, por exemplo, por meio das ações que buscavam reverter o processo de degradação dos centros históricos (principalmente no caso dos EUA). Estas atuavam a partir de grandes projetos de dinamização econômica e cultural que se davam por meio de demolições de prédios subutilizados ou ocupados pela população de baixa renda, para dar lugar a construções de edifícios comerciais e pólos de animação cultural. A intenção de recuperar a importância econômica dos centros históricos representava uma destruição de conjuntos urbanos com valor histórico.

Neste contexto surgem documentos como a Carta de Veneza (1964) na qual são expressas preocupações em relação a tais mudanças. Entre outras coisas, estendia-se a noção de patrimônio para o entorno e para a ambiência de bens de valor histórico e artístico. Ou seja, o monumento era considerado a partir do seu meio e do conjunto arquitetônico no qual se inseria. Daí fortalece-se a caracterização de “cidades históricas” ou “cidades-patrimônio”. Por outro lado, foram incluídas naquele documento novas conceituações, como patrimônio ambiental urbano, monumentos ecológicos, patrimônio imaterial, científico e arqueológico.

Tudo isto colaborou para o início da superação da noção do *mise-en-valeur*. A funcionalidade do patrimônio já não se situava somente com vistas à construção de uma identidade nacional, mas sim, para uma perspectiva de preservação mais ampla, mesmo que de forma incipiente. Tal proteção colocava-se, principalmente, devido aos efeitos transformadores da cidade:

[...] a partir da *Carta de Veneza* (1964), foram redefinidas as relações entre o entorno e a ambiência, conduzindo dos monumentos às cidades históricas e seus centros históricos, aos bairros e aldeias. Em termos conceituais, isto representou o início da superação da noção do *mise-en-valeur* e de monumento, e a adoção de conceitos mais amplos como o de patrimônio cultural e natural de patrimônio ambiental urbano. Foram acrescentados novos valores à noção de monumento, além daqueles mais tradicionais, referentes à história e à arte. Aos valores estético-estilísticos incluíram-se outros tais como o sócio-cultural, o etnológico, o arqueológico, o científico e o ecológico [...] (SCOCUGLIA, 2004, p. 40)

Do ponto de vista da definição do que é monumento, a Carta de Veneza explicita bem esta mudança em relação à concepção do *mise-en-valeur*. A funcionalidade passa a operar baseando-se não só na “grandeza” de um determinado monumento, mas no significado cultural presente em obras mais “modestas”. Isto é o que se verifica no trecho da Carta (SCOCUGLIA, 2004, p.40-41):

Art. 1: A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Outro ponto importante que registra mudanças no pensamento sobre o patrimônio histórico da fase da renovação urbana é a *Carta de Quito* (1967). Nesta foram expressos os marcos para o zoneamento das áreas de proteção de sítios históricos. A partir daí a OEA (Organização dos Estados Americanos) lançavam as bases que procuravam guiar, por exemplo, o surgimento das primeiras iniciativas de proteção ao conjunto arquitetônico dos antigos centros urbanos, demarcando a separação de três zonas específicas de preservação. Estas eram: 1) de proteção rigorosa; 2) de proteção ou respeito; e 3) de proteção da paisagem urbana. Aplicava-se daí gradações que marcam o ambiente do patrimônio, ressaltando a proteção do seu entorno.

A partir de todas estas mudanças conceituais, observa-se o surgimento de novas utilizações da noção de patrimônio. É percebido, sobretudo, um avanço frente à concepção utilitarista do *mise-en-valeur*. No entanto, com o avanço e a massificação do mercado as práticas de preservação sofrem também uma forte influência de uma perspectiva mercadológica. A espetacularização do patrimônio faz com que este se torne um “produto diferenciado” que, a partir da cultura, tem a possibilidade de atrair diversos públicos consumidores. Isto é o que ocorre com o surgimento, no período entre 1970 e 1990, das práticas de *gentrification* (enobrecimento), que atingem, principalmente, as áreas centrais, assim como o fortalecimento da relação entre Poder Público e Iniciativa Privada para a promoção do patrimônio, o que torna-se marca da fase seguinte: a preservação urbana.

1.2.3. - A preservação Urbana 1970 - 1990

Com o surgimento no princípio da década de 1970 da crítica à perspectiva totalizante do urbanismo modernista, lançada, por exemplo, por arquitetos como Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour, vimos que os preceitos modernos foram, paulatinamente, substituídos por práticas que primavam por um urbanismo que valorizasse as particularidades culturais da cidade. No entanto, esta valorização surgiu como um diferencial de mercado, servindo como estratégia para o aproveitamento dos produtos culturais que as áreas históricas propiciavam. Isto, por sua vez, fez com que as políticas públicas voltadas à cidade se aproximassem, cada vez mais, dos interesses da iniciativa privada. É o que se observa com o surgimento, nesta época, dos programas de financiamento transnacionais e de empresas privadas, convergindo para diversos processos de revitalização de centros históricos em grandes cidades do mundo, como, por exemplo, Nova York, Baltimore, Boston Londres e Barcelona etc.

Estas intervenções estratégicas se davam, sobretudo, a partir da reforma de prédios e monumentos históricos pontuais, os quais detivessem uma visibilidade¹¹ frente à cidade. Acreditava-se que bastasse. Assim, não seria preciso demolir extensas áreas de regiões históricas da cidade para dar uma nova dinâmica cultural e econômica às áreas centrais, ambiente onde se situavam tais patrimônios. Nestas reformas, os patrimônios eram transformados em Centros Culturais, Museus, Centros Cívicos etc. O que, segundo Vargas & Castilho (2006, p. 17), “privilegia a preservação urbana, ao incorporar os edifícios históricos nos projetos de reestruturação das atividades nas áreas centrais, abrangendo as práticas tradicionais de comércio e serviços ali existentes.”

No entanto, esta prática recaiu em duas armadilhas principais: de um lado, houve projetos que privilegiaram o ponto de vista físico da estrutura do patrimônio, recuperando-o somente, sem estratégias que incentivassem uma maior frequência do público; e, de outro, houve projetos em que, somado à recuperação física dos patrimônios, ofereceram-se comércio e serviços. Esta última perspectiva mostrou-se a mais recorrente no período por obter maior sucesso no que se propõe: trazer uma nova dinâmica econômica para as áreas degradadas, sobretudo, as centrais.

¹¹ Esta visibilidade comentada acima pode ser compreendida pela localização privilegiada dentro do espaço urbano, ou seja, a presença em regiões que se colocam com maior frequência no imaginário de diferentes indivíduos de uma sociedade.

Com isto, devemos ressaltar que tal perspectiva potencializou a espetacularização do patrimônio, transformando-o em um produto, que muitas vezes passa a esvaziar o sentido que o constituiu como tal. Neste sentido, “congela-se” o significado cultural que esta estrutura representou, tornando-o um produto vendável. O que se insere daí é a prioridade por atrair um público “enobrecido” para tais estruturas, que as procura para exercer, sobretudo, uma experiência “exótica” de consumo. Para Arantes (1991, p.167):

Esses novos espaços deixaram de ser exclusivos das exposições contemplativas para se transformar em uma experiência extraordinária, exótica e de consumo. Os políticos que encontraram na cultura um nicho entenderam-na como alternativa para camuflar suas responsabilidades econômicas e sociais, por meio de atividades ‘lúdico-culturais [...] cuja principal *performance* consiste em encenar a própria ideologia que os anima

Desta forma, todo este cenário irá desenhar a discussão em torno da questão dos centros históricos a partir de quatro eixos: “o caráter ideológico na discussão sobre a privatização dos espaços públicos; o comércio e os serviços como estratégia de recuperação; a criação de cenários; e o entendimento do que é histórico” (VARGAS & CASTILHO, 2006, p. 29). O que se discute são, principalmente, as bases teóricas que pautam a recuperação das áreas centrais. A questão eminente é até que ponto a conversão deste bem cultural numa mercadoria realmente beneficia tais espaços.

Aqui vale considerar que não se rejeita a dinâmica trazida pelo incremento da atividade econômica; com certeza, a exploração turística de tais áreas, por exemplo, é benéfica para atribuir novos usos e novas dinâmicas a estes espaços que até então estavam subvalorizados. Por outro lado, sabe-se que existem formas de repropriações – contra-usos - deste espaço pela população “desprivilegiada”. O que se coloca neste contexto é a utilização dos centros históricos e o aspecto cultural a eles inerente como forma de “maquear” os problemas sócio-culturais que os centros expressavam até então. Daí há o não aproveitamento do aprendizado histórico que estes bens culturais podem oferecer.

Esta discussão irá ser aprofundada com a intensificação desta forma de atuação nas áreas históricas (principalmente, a partir dos anos 1990), quando há uma disseminação das revitalizações, reabilitações e congêneres no contexto das cidades, direcionadas, cada vez mais ao *city marketing*, o que veremos na fase da reinvenção urbana.

1.2.4. A reinvenção urbana (1980 – 2000)

Na década de 1980, desponta um novo contexto sócio-político, que já se delineava na década anterior. Com o fim dos blocos de países socialistas do Leste Europeu, o mercado nunca foi tão livre. Na cidade a busca pela valorização dos atributos culturais se consolida definitivamente como uma nova estratégia de geração de divisas e de emprego, tendo em vista a população flutuante, principalmente, turistas. Esta é agora ação obrigatória para qualquer campanha política municipal, o que exprime um deslocamento das atribuições, antes restrita ao poder central, para o poder local, o qual passa, paulatinamente, a ser responsável pela captação de mercados consumidores em nível global.

Com a difusão de tal estratégia, as cidades passam a disputar mercados consumidores, produzindo imagens que inventam e reinventam o seu cenário urbano. Paraísos são construídos em campanhas publicitárias que atacam os mais longínquos pontos do planeta. Como diz Debord (1967, p. 105), o paraíso poderia ser agora comprado a prazo pelo cartão de crédito:

Em seu setor mais avançado, o capitalismo concentrado orienta-se para a venda de blocos de tempo ‘todos equipados’, cada um constituindo uma única mercadoria unificada, que integrou um certo número de mercadorias diversas. Por isso, na economia em expansão dos ‘serviços’ e dos lazeres pode aparecer a expressão ‘pagamento com tudo incluído’ para o habitat espetacular, os pseudodeslocamentos coletivos de férias, as assinaturas do consumo cultural e a venda da própria sociabilidade sob a forma de ‘conversas animadas’ e de ‘encontros com personalidades’. Essa espécie de mercadoria espetacular, que evidentemente só pode existir em função da penúria das realidades correspondentes, também aparece entre artigos que promovem a modernização das vendas, e pode ser paga a crédito” (DEBORD, 1967: 105)

A análise de Harvey (2006, p. 91-92) sobre a pós-modernidade corrobora a citação de Debord:

Ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade. [...] Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreedimentismo urbano intensificados.

Todo este contexto contribui para a intensificação do que foi realizado até então nas práticas dos urbanistas pós-modernos e na relação destas com o patrimônio histórico. A diferença agora é “a dimensão dos projetos, o foco da intervenção, a forma de gestão e a propagação destes feitos, de ampla e intensa divulgação, conduzindo a uma proliferação de grupos e associações que passaram a se envolver nestas intervenções” (VARGAS & CASTILHO, 2006: p. 33). As áreas históricas são, sobretudo, os principais ícones a serem comercializados neste mercado mundial para a existência do diferencial da cidade frente às outras.

Isto é o que demonstra exemplos clássicos deste período como o caso de Barcelona (que iremos apresentar no tópico seguinte) no período pré-olímpico dos anos que antecederam a 1992. Houve naquela cidade, principalmente na área central, um investimento nunca antes executado em políticas de recuperação de patrimônios e do tecido urbano, tudo isto tendo em vista a promoção da imagem da cidade e o retorno econômico que vieram incentivados pela realização dos jogos olímpicos. Com a disseminação do sucesso deste paradigma em escala global, alguns autores afirmam inclusive que a maior característica do período da Reinvenção Urbana é o primado pela construção da imagem da cidade e não o bem-estar do cidadão:

A reunião dessas observações revela que, durante o período da reinvenção das cidades, diferentemente dos períodos anteriores, não é o cidadão a razão do urbanismo ou da intervenção nos centros históricos. Ela é feita para a população flutuante. Sendo assim a cidade, que outrora refletiu o contexto social, agora valoriza exacerbadamente a imagem, a estética e maquiagem (VARGAS & CASTILHO, 2006, p. 44).

A estética, a imagem e a forma precedem o conteúdo social no contexto cultural da pós-modernidade. Estes são elementos importantes para o sucesso da captação de mercados consumidores, no entanto, servem também para ocultar fortes conflitos sociais e graves desigualdades. Leite (2004, p. 60) comenta assim este processo:

O equívoco não é associar, *per se*, turismo e patrimônio. Uma política que sacralize um bem cultural a ponto de torná-lo alheio à visitação também é igualmente indesejável. O problema é que as demandas empresariais da indústria do turismo não subvertem apenas a lógica da seleção dos bens a ser preservados, evidenciando apenas aqueles potencialmente bons para o retorno financeiro. Pelo consumo massificado, reforçam exatamente os aspectos mais monumentais desses bens, alienando-os dos seus significados históricos locais, construídos pelas práticas cotidianas daqueles que com eles convivem.

Toda esta transformação é registrada, por exemplo, por documentos como a Carta de Lisboa (1995), a qual tenta denominar e conceituar estas práticas que se diferenciam do que até então foi realizado na área do patrimônio. Estas serão observadas, como veremos a seguir, na apresentação de alguns dos exemplos práticos de requalificações em grandes cidades. Há de se ressaltar que é a partir da disseminação dos êxitos proporcionados por estes casos que o paradigma da requalificação chegou a muitas cidades, as quais passaram a aplicar tais modelos quase como um receituário.

1.3. – Exemplos de Requalificações como influência para outras Cidades

Apresentar-se-á, a seguir, exemplos de grandes cidades que passaram por iniciativas de requalificação voltadas aos seus centros históricos no mundo e que, por sua vez, foram tomadas como modelo a ser copiado por outras metrópoles. Irá se demonstrar ainda, como este paradigma aportou como uma moda de política pública em algumas das grandes cidades brasileiras, construindo um panorama de como as requalificações dialogaram com o desenvolvimento da questão do patrimônio histórico no Brasil.

1.3.1 – Cidades-modelo de requalificações

Para se desenhar o mapa e se entender como as requalificações se tornaram modelo de política urbana (na segunda metade do século XX) a partir da difusão de casos paradigmáticos, se deve fazer uma primeira parada na cidade de Boston – EUA.

Ali, nos anos 1950, foi elaborado um plano de recuperação do centro da cidade onde se demoliu quase toda a área, seguindo-se os preceitos típicos da Renovação Urbana. Daí foi incentivada, inicialmente, a ocupação da região por novas construções, resultantes de concursos públicos, entre as quais se previu, inclusive, a instalação de um centro cívico, cujo papel seria de se tornar o catalisador do processo de requalificação.

Até então se acreditava que o erguimento de novas edificações bastava para atribuir novo sentido ao espaço degradado - estratégia careceu de uma integração maior dentro da dinâmica da cidade. A partir disto foi que, tendo em vista a elaboração de idéias que ultrapassassem este caráter meramente físico das reformas direcionadas à área central, a coordenação dos projetos e a geração de idéias voltadas ao centro de Boston ficou a cargo

de uma parceria estabelecida entre Poder Público municipal e empresários da região, criando em 1965 uma agência especial de desenvolvimento que iria reunir os esforços destes dois agentes, a *Boston Redevelopment Authority*.

Esta deveria seguir as normas prescritas pelo Plano geral idealizado para a área central, acrescentando um eixo diferencial: a integração da região com o mar. Para isto, muitas das construções feitas pelo Poder Público se voltaram para este fim, foi o caso de obras como o *New England Aquarium*, uma das principais construções que se juntavam ao papel de catalisador do Centro Cívico no resgate da área. Esta era, por sua vez, uma das primeiras experiências do gênero aberta à visitação pública nos EUA.

FIGURA 7 – New England Aquarium (Uma das primeiras construções que impulsionaram o processo de requalificação da Área Central de Boston – EUA)



Disponível em:
<http://www.panoramio.com/photo/7918988> .
Acesso em 11/07/2008

Inaugurado em 1969, a proposta obteve tanto sucesso de público que este se tornou o elemento central da revitalização em curso naquela cidade. Eram lançadas daí as bases do modelo de resgate dos centros históricos por meio de estruturas destinadas ao entretenimento e ao lazer. Isto ocorreu durante os anos 1970, já sob inspiração dos preceitos da Preservação Urbana, com a construção de centros de compras ou *festival malls*, nos moldes dos *shopping centers*, a partir de estruturas abandonadas como antigos mercados. Este foi o caso da reforma do *Quincy Market e Faneuil*, que após concluída ficou conhecido como *Market Place*. Este passou a atrair um público de mais de 10 milhões de pessoas por ano, comparável com o total de pessoas que visitaram a Disneylândia no mesmo período, oferecendo artigos diversos e uma rede de restaurantes, o que transformou a região num importante pólo gastronômico da Cidade.

FIGURA 8 - Quincy Market e Faneuil Mall, Boston.



Fonte: Del Rio (2000)

FIGURA 9 - Entre o centro cívico e o *waterfront*, o conjunto histórico do Quincy Market e Faneuil Hall foi reciclado em centro comercial e gastronômico.



Fonte: Del Rio (2000)

Toda esta movimentação de pessoas e de recursos levou uma enorme valorização imobiliária da região. Os imóveis circunvizinhos chegaram a ter uma alta de preços de até 25%, enquanto em outras áreas da Cidade, registrava-se uma desvalorização de até 16% no mesmo período nos anos 1970. O que aconteceu foi a ocorrência do enobrecimento do espaço através das práticas inerentes à requalificação. Isto foi ressaltado, entre outras coisas, pelo fato que a região central de Boston passou a ser desejada como abrigo de sedes de grandes empresas, o que contribuiu para um processo de verticalização da área. Del Rio (2001) coloca assim este processo:

Os projetos da prefeitura e a recuperação dos prédios históricos do antigo mercado conquistou a confiança e o interesse dos investidores, fazendo com que o preço dos imóveis em seu entorno subisse bem mais do que no resto da área central. Frieden & Sagalyn (1990) observam que, de 1970 a 76, quando o Market Place ainda estava sendo projetado e construído, num raio de 5 quarteirões dele, os preços dos imóveis subiram 13% reais, enquanto que caíam 16% no resto da área central. Estima-se que, com sua complementação, o Market Place tenha valorizado o preço do solo de 20 a 25% e o valor do aluguel de salas de 5 a 15% acima do resto da área central, demonstrando haver sido um fundamental catalisador para o processo de revitalização e reaquecimento do mercado. (DEL RIO 2000)

FIGURA 10 – A integração da cidade com o mar buscada nos planos de revitalização da área central de Boston resultou no enobrecimento e na verticalização da Região.



Fonte: Del Rio (2000)

O modelo de Boston se tornou de tal forma paradigmático no contexto dos EUA que diversas cidades se puseram a construir estruturas que propiciassem esta junção entre entretenimento, referências culturais e compras. Outro exemplo clássico, que virou inclusive referência mundial desta perspectiva de políticas públicas urbanas, foi o caso da cidade de Baltimore, no estado de Maryland – EUA. Ali no final dos anos 1950 o projeto de recuperação da área central buscou, a exemplo de Boston, a reunião das idéias e dos agentes promotores da revitalização do centro em uma agência específica, a Charles Center Manegemet Inc.

Numa primeira fase, ocorreu a oferta de incentivos financeiros e construções para abrigar escritórios, lojas, um teatro e um hotel, além de apartamentos para a classe média-baixa. Tudo isto convergia para uma série de passarelas de pedestres e áreas abertas no meio dos quarteirões comerciais, interligando os prédios na direção do catalisador da recuperação da região, priorizado somente na segunda fase do projeto: o *Inner Harbor* (o que pode ser entendido como o “porto interior”).

Este compunha a área portuária da Cidade, que passou a receber os maiores investimentos direcionados à recuperação da região central de Baltimore. Ali foi construído, por exemplo, um grande centro de negócios – o Charles Center – a partir de um concurso de idéias. A estratégia deu tão certo que, inclusive, a firma de arquitetura que ficou em segundo

lugar no concurso investiu em um prédio comercial em uma área vizinha, terminando-o antes do prédio fruto da disputa de idéias.

FIGURA 11 – Charles Center (Baltimore – Eua).



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/1307709>. Acesso em: 11/07/08

O sucesso deste empreendimento serviu para exemplificar as perspectivas promissoras da região. A partir de 1973 o investimento em *Inner Harbor* retirou antigas construções danificadas e ergueu uma série de empreendimentos de múltiplas atividades direcionadas para o par entretenimento/compras. Segundo Del Rio (2001) foram investidos ali pelo poder público cerca de U\$ 240 milhões de dólares e pela iniciativa privada U\$ 22 milhões, o que rendeu um aumento significativo na arrecadação de impostos e na frequência turística.

Implantado a partir de 1973, com a retirada das velhas edificações abandonadas e a renovação do *waterfront* da área central ribeirinha, o *Inner Harbor* tornou-se o principal ponto de atração da cidade, concentrando um impressionante conjunto de empreendimentos e múltiplas atividades. Segundo Hall (1988), o projeto custou investimentos do governo federal na ordem de US\$ 180 milhões, do governo municipal de U\$ 58 milhões, e do setor privado de apenas US\$ 22 milhões, mas o aumento de arrecadação da prefeitura foi significativo: estima-se que apenas os impostos diretos da área de projeto tenham subido de US\$1 a 10 milhões. Para a área flui, diariamente, uma multidão de turistas, visitantes e gente que trabalha no centro que nos anos 90, segundo a revista *Pace*, alcançou a marca de 21

milhões de pessoas ao ano, superando Disneyworld (antes da inauguração da sua última fase). (Del Rio 2000)

Todo este lucro oriundo das estratégias voltadas para *Inner Harbor* foi complementado, por outro lado, pela aposta em setores diversos, que extrapolavam as práticas estritamente direcionadas ao entretenimento e às compras. Por exemplo, com a construção de um centro de convenções (aproveitando a proximidade com Washington D.C.) e de um centro de pesquisa (o Maryland Science Center). Contudo, foi mesmo no campo do entretenimento e das compras que a região se consolidou definitivamente em 1980 com a instalação de um grande *Mall*, o *Harbor Place* e de um aquário – ambos a exemplo de Boston – que vieram a se juntar com as diversas atividades que já existiam em *Inner Harbor*.

Além das ações voltadas ao comércio, negócios e entretenimento, vale ressaltar ainda o programa voltado a incentivar a habitação na região central de Baltimore. Lá a partir de uma inovadora estratégia conseguiu-se incrementar de uma só vez a reforma e a habitação popular na área, que se encontrava tomada por habitações degradadas e abandonadas, devido a um projeto inconcluso de desapropriação do Estado. Estas habitações foram ofertadas pelo valor simbólico de U\$1,00 para pessoas que não possuíssem outra residência na Cidade, concedendo a estas facilidades para a compra de material de construção para executarem a reforma em suas casas, propiciando, como contrapartida, a permanência nestas por pelo menos dois anos.

FIGURA 12 – O Harbor Place, *festival mall* do Inner Harbor



Disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp091.asp>.
 Acesso em 11/07/08

FIGURA 13 – Aquário Nacional de Baltimore, uma das principais "âncoras" da revitalização do Inner Harbor



Disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp091.asp>.
 Acesso em 11/07/08

Esta estratégia fez com a imagem de Baltimore se valorizasse sobremaneira, pois a partir de então foram atraídas diferentes comunidade étnicas de fora da Cidade o que, por sua vez, era uma outra forma de atrair turistas (através das visitas de parentes e amigos destes), além de trazer, a partir da habitação, novos usos para a região do centro, com os serviços oferecidos a estes novos habitantes (pequenos mercados, lojas etc.). Este processo foi posteriormente adotado para o restante da Cidade e foi mais um dos argumentos que reforçaram o modelo de Baltimore como um dos casos de requalificação a serem copiados por outras grandes cidades do mundo.

Este posto de cidade-modelo (quanto à requalificação em centros históricos) é ocupado ainda por cidades que se destacaram em outros períodos posteriores e que inauguraram novas perspectivas de tratamento da cidade, como é o caso clássico de Barcelona – Espanha, nos anos 1980. Neste contexto surge ali um processo de mudanças estratégicas desencadeadas por um Plano Geral, cujo diferencial principal era a gestão da cidade nos moldes de uma empresa capitalista, onde o enfoque na construção da imagem era uma estratégia para a obtenção de investimentos.

Isto ocorria a partir da interligação da resolução das questões sociais, ambientais e infra-estruturais em um só plano de trabalho, orientado para construir o *city marketing*. Entre outras metas, estava a busca por investimentos incentivados, por exemplo, pela escolha de Barcelona como sede dos jogos olímpicos, o que acabou se dando em 1986. Ocorre daí que até as olimpíadas de 1992, a cidade busca conseguir extrair o máximo desta condição. Segundo Riéra (2004), foram investidos mais de 6 bilhões de euros pelo governo espanhol no total das obras, e em alguns momentos quase 12 milhões de euros diários. Tudo isto se reverteu em projetos ambiciosos de renovação urbana, cujo objetivo principal era a construção de uma imagem vanguardista de Barcelona em nível global e a utilização disto para a busca por investimentos.

FIGURA 14 – Vista da renovação do Port Vell, Barcelona: shopping com cinemas, marina e passeio em deck retrátil para passagem dos barcos.



Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp091.asp>. Acesso em 11/07/08

FIGURA 15 - Ginásio Olímpico de Barcelona.



Disponível em:
http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq059/arq059_01.asp.
Acesso em 11/07/08

FIGURA 16 - Torre de telecomunicações de Montjuic, Barcelona



Disponível em:
http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq059/arq059_01.asp. Acesso em 11/07/08

Entre as principais medidas tomadas na Cidade, obtém destaque a reforma urbanística realizada na área portuária, incentivadas a partir da construção da Vila Olímpica. Naquela região histórica da capital catalã foram erguidas duas altas torres (uma delas comportou um hotel), além de conjuntos de escritórios (como a Eurocity de Piñon y Vilaplana), habitações e equipamentos com ênfase no lazer, o que propiciou um enobrecimento do espaço. Tudo isto ajudou a Cidade a impulsionar sua freqüência turística e a se interligar a projetos de investimento nos níveis regional, nacional e europeu, nos quais empresas buscavam se aliar ao volume de investimentos captados pela Cidade e sua imagem vanguardista. Campos & Somekh (2005).

A busca por uma construção da imagem positiva da cidade se tornou uma estratégia obrigatória a partir de então. Outro caso clássico desta perspectiva foi o de Lisboa, durante a EXPO '98 (Exposição Mundial de 1998), evento tradicional na Europa, que tem o objetivo de apresentar as manifestações culturais de diversos países do mundo em exposições itinerantes. Neste contexto a capital portuguesa se utilizou da temática desta feira ("Os Oceanos, Um Patrimônio para o Futuro") para celebrar os 500 anos dos descobrimentos portugueses e desfazer a imagem de cidade atrasada, ligada ao passado distante, construindo a imagem de uma metrópole vanguardista e global, com vistas a obter recursos através desta estratégia de *city marketing*.

Foram feitos daí investimentos com empréstimos conseguidos pelo governo português da ordem de US\$ 1 bilhão de dólares, a maior parte na construção do Parque das Nações - a área de realização da EXPO '98 - que expressou toda esta ânsia portuguesa por vanguardismo. Recheado de construções sob a inspiração da arquitetura pós-modernista, o Parque abrangeu uma região de 340 hectares, que durante os 132 dias de realização da Feira, serviu de vitrine de Portugal e de Lisboa para os 11 milhões visitantes das diversas partes do mundo¹².

¹² Para maiores informações visitar www.parquedasnacoes.pt.br

FIGURA 17 - Vista Geral do Parque Das Nações – Lisboa (Portugal)



Disponível em:
<http://www.leme.pt/imagens/portugal/lisboa/zonas-de-lazer/parque-das-nacoes/0001.jpg>. Acesso em 11/07/08

FIGURA 18 - Alameda dos Oceanos – Parque Das Nações



Disponível em:
http://aimagemdapaisagem.nireblog.com/blogs1/aimagemdapaisagem/files/097-2ip_122-11.jpg. Acesso em 11/07/08

Este evento lançou a imagem de Lisboa como cidade global e próspera para investimentos, os quais tinham como principal parceiro o governo lusitano. Esta estratégia de promoção de Portugal foi reforçada ainda pela realização do torneio de futebol da Eurocopa em 2004, o que mais uma vez lançou a imagem de um novo País na mídia mundial, demandando, segundo dados do governo português¹³, a ordem de 650,5 milhões de euros em investimentos.

O total de investimentos para a feira Internacional chegou à ordem de US\$ 1 BILHÃO, bancados pelo Governo Português e pela Câmara de Lisboa, que contrairam enormes empréstimos de empresas privadas para tal. Todo esse enorme investimento teve como intuito principal vender a imagem de um Portugal moderno e empreendedor, o que fica patente na chamada da reportagem do jornal O Estado de São Paulo: “com a Expo-98, Portugal quer evocar e celebrar o passado, mostrar seu próspero presente e lançar Lisboa como uma das grandes cidades do futuro” (Disponível em: <http://www.saplei.eesc.usp.br/sap612/SITE%20LISBOA/Lisboafinal%20TEXTOS3.htm>. Acesso em 14/07/08)

Observa-se daí a relevância que tais políticas de *city marketing* tomaram no cenário internacional. Os vultosos investimentos denotam a importância que a questão da imagem da cidade toma no urbanismo pós-modernista, é a consolidação da transformação do espaço

¹³ Dados disponíveis em:
http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Ministerios/PCM/MAPM/Comunicacao/Interacoes/20040319_MAPM_Int_Euro2004.htm. Acesso em: 14/07/08

em mercadoria. A venda deste é agora o principal produto das cidades que almejam, sobretudo, sua valorização através dos investimentos nas práticas de requalificação de áreas históricas que, uma vez enobrecidas, transformam-se em capital político e simbólico, como em fonte de receitas. Muitos são os exemplos em quase todas grandes cidades do mundo, como Nova York, Buenos Aires, Paris, Bilbao e Berlim, entre outras. Muitos são os espaços enobrecidos que recorrentemente figuram nos roteiros de viagens e guias turísticos.

FIGURA 19 – Times Square, Nova York



Disponível em: http://www.kenrockwell.com/trips/2006-11-nyc/images/DSC_5661-times-square.jpg. Acesso em 11/07/08

FIGURA 20 – Puerto Madero, Buenos Aires



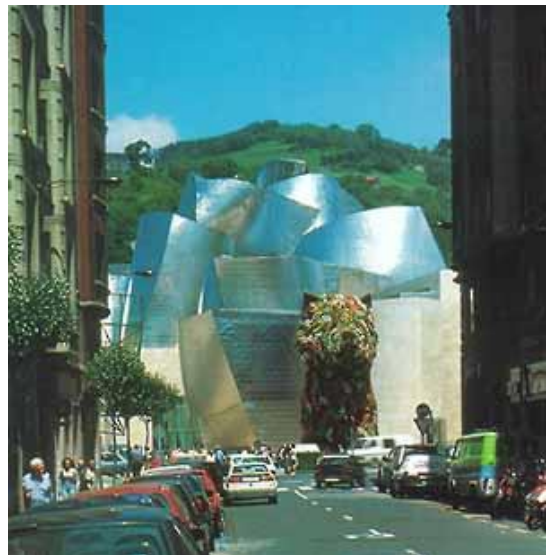
Disponível em: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a1/20060128_-_Puente_de_la_Mujer_\(Puerto_Madero,_Buenos_Aires\).jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a1/20060128_-_Puente_de_la_Mujer_(Puerto_Madero,_Buenos_Aires).jpg). Acesso em 11/07/08

FIGURA 21 – Museu do Louvre, Paris



Disponível em: <http://www.cs.technion.ac.il/~danken/all/louvre-nuit.jpg>. Acesso em 11/07/08

FIGURA 22 – Museu Guggenheim, Bilbao



Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp091.asp>. Acesso em 11/07/08

FIGURA 23 – Teatro em Potsdamer Platz, Berlim.

Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp091.asp>.
Acesso em 11/07/08

Veremos a seguir como estas práticas aportaram no urbanismo aplicado às cidades brasileiras, fazendo um paralelo com o desenvolvimento da discussão sobre o patrimônio histórico brasileiro. Esta relação, como será possível perceber, é um dos principais argumentos para o alavancamento das práticas requalificadoras nos centros históricos no País.

1.3.2 – A discussão do patrimônio histórico e a chegada das requalificações no Brasil

As atenções voltadas à questão do patrimônio histórico no Brasil e, conseqüentemente, as preocupações que dizem respeito à preservação dos antigos centros das cidades brasileiras têm suas bases no contexto do Estado Novo. Foi neste período que o Poder Público do País assumiu a responsabilidade sobre os bens históricos, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), contida no decreto-lei de 30 de dezembro de 1937.

O surgimento deste órgão estava diretamente relacionado com um projeto político modernista nacional, onde uma das principais metas era a construção de uma identidade brasileira que pudesse ser representada internacionalmente. Neste sentido, a criação de um órgão como o SPHAN justificava-se, considerando que uma das maiores características do modernismo era a afirmação do moderno a partir da afirmação do que era o antigo, do passado. Isto era o discurso de uma das maiores influências para esta discussão, a Semana

de Arte Moderna de 1922, que então representava estas aspirações ideológicas no cenário nacional das artes. Não por acaso, alguns de seus idealizadores - como Mário e Oswald de Andrade, por exemplo - irão ser os responsáveis pelos futuros direcionamentos das ações estratégicas do órgão.

A partir daí o mecanismo jurídico do tombamento¹⁴ é utilizado, principalmente, pela busca de expressões desta cultura brasileira originária, que representasse a autenticidade de uma cultura brasileira inicial. Como resultado disto, tem-se a elevação à condição de representante maior da cultura brasileira manifestações ligadas à época colonial como o barroco, tido como o primeiro movimento artístico estritamente nacional..

Neste sentido é que maioria das atenções iniciais do SPHAN vai se direcionar para as cidades históricas mineiras como Ouro Preto, cujo conjunto arquitetônico já vinha sendo fruto de reformas feitas pelo Estado brasileiro desde 1933 (precedendo a criação do próprio SPHAN). Outros exemplos destas medidas iniciais do órgão no período aparecem ainda nos tombamentos de patrimônios como o aqueduto da Carioca, da Igreja da Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro, da Igreja e do Convento de Santa Teresa (estes situados no Rio de Janeiro – capital federal à época), todos estes tidos como expressões destas primeiras provas de uma cultura nacional.

FIGURA 24 – Praça Tiradentes, Ouro Preto - MG



Disponível em:
www.fafich.ufmg.br/cibi2006/fotos_ouro_preto.htm. Acesso em 15/07/08

¹⁴As expressões 'Livro do Tombo' e 'Tombamento' provêm do Direito português, para o qual a palavra tomar significa: inventariar, arrolar ou inscrever nos arquivos do Reino, guardados na Torre do Tombo, em Lisboa, e foi usada pela primeira vez no Código de Processo Civil Luso de 1876, como sinônimo de demarcação. O tombamento é uma das diversas formas de proteção administrativa ao patrimônio cultural, ao lado de outras também previstas no parágrafo 1º do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, como os inventários, registros, vigilância, desapropriação e demais formas de acautelamento e preservação (BORGES, 2000).

No entanto, ao longo da história do SPHAN, foram muitas as intervenções políticas no tratamento da questão do patrimônio histórico. Isto pode ser observado, por exemplo, pelas diversas mudanças de denominação que o órgão passa a sofrer. Segundo Scocuglia (2004, p.28-29):

[...] o órgão responsável pela delimitação do patrimônio nacional passou por diversos níveis administrativos e assumiu as seguintes denominações: entre 1937/1946 - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); entre 1946/1970 – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); entre 1970/1979 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); entre 1979-1981 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); entre 1981/1985 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); entre 1985/1990, novamente Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; a partir de 1992, até hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Todas estas transformações podem ser divididas segundo a autora em três momentos distintos: 1) na fase das políticas de preservação efetuadas de 1937 à década de 1970, restritas à monumentalidade e ao significado estilístico dos patrimônios materiais; 2) a fase das práticas que buscavam aliar o trato dos bens históricos com o seu entorno e a dinâmica social, onde foi deslocada a obsessão pelo estilo que os patrimônios representavam (1970 a 1990); e por último, a partir dos anos 1990, 3) a fase da exploração econômica da preservação do patrimônio a partir do turismo, o que, por sua vez, fomenta as *gentrifications* e o *city marketing* nas cidades brasileiras.

Estas duas últimas fases começam a se desenhar a partir dos anos 1970, quando a União já não tinha condições financeiras de dar conta sozinha da atualização da questão do patrimônio. Neste sentido foi decisiva a influência que documentos como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Quito (1967) provocaram nas políticas de patrimônio no Brasil, uma vez que estas estendiam as preocupações sobre os bens históricos ao entorno destes, trazendo com isto, um encarecimento dos cuidados com os patrimônios materiais.

Neste contexto, as ações voltadas em nível nacional para o patrimônio histórico passaram a ter a complementação da criação nos níveis estaduais e municipais de órgãos de defesa do patrimônio histórico, os quais tinham como instrumentos legais os recursos dos tombamentos nos seus respectivos níveis. Foi o caso, por exemplo, do tombamento da área

do Pelourinho, situado no centro histórico de Salvador, feito em 1967 pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

FIGURA 25 – Pelourinho, Salvador - BA



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/6137995>. Acesso em: 15/07/08

Este caso foi, por sua vez, uma das primeiras ações no Brasil que registrou a preocupação do Poder Público em relação a perda da dinâmica dos antigos centros históricos e o surgimento de medidas que incentivassem o consumo cultural do espaço. Isto se deu porque, ao mesmo tempo que o Pelourinho era elevado à condição de patrimônio histórico da Bahia, órgãos como a UNESCO, por exemplo, recomendavam o incentivo ao turismo como estratégia para a reinserção deste na dinâmica da Cidade.

A estratégia deu tão certo que em 1985 o Pelourinho é elevado à condição de Patrimônio da Humanidade e reconhecido posteriormente como Sítio Urbano histórico. Fato este que fomentou à sua requalificação e proporcionou àquele espaço um processo, ocorrido nos anos 1990, de tombamento de construções e a reforma dos casarios, financiado pelos governos Federal e Estadual, além da participação da iniciativa privada, entrando hoje na 7ª etapa de sua revitalização.

O exemplo de Salvador demonstra bem a passagem deste segundo momento no trato da questão do patrimônio (onde há a ampliação da noção preservação do patrimônio histórico para um sítio urbano e não somente a edificações isoladas) para a exploração econômica dos bens culturais, cujo enfoque maior se dará na terceira fase relativa aos

enobrecimentos. É a partir de exemplos como este que se constata a multiplicação, na década de 1980, de diversas experiências municipais de revitalização, crescendo, na mesma medida, o número de cidades que reivindicavam o reconhecimento como bens do patrimônio cultural brasileiro. Destacam-se neste contexto o número dos convênios firmados entre Poder Público e iniciativa privada, além de agentes financiadores transnacionais, que tem como objetivos estes programas de resgates dos centros históricos.

Tudo isto é registrado, por exemplo, por documentos como a Carta de Petrópolis (1987) que tenta reunir no 1º Seminário para a Revitalização de Centros Históricos as discussões até então travadas por órgãos como o SPHAN, Programa de Cidades Históricas (PCH), Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e a Fundação Pró-Memória. Segundo Scocuglia (2004), como principal resultado a partir de então se tem - além da afirmação da condição de que a cidade é um organismo histórico e resultado do processo de produção social - a constatação da divisão da discussão sobre os centros históricos em duas correntes não excludentes. Uma, mais ligada à manutenção da destinação social que gerou os patrimônios edificados nas áreas históricas, observadas a partir de casos como de Olinda, Rio de Janeiro e São Luís. E, outra, mais ligada ao incentivo de uma nova dinâmica ou novas destinações dos patrimônios, incentivados pela livre exploração econômica do referencial cultural destes e das muitas variáveis na interligação com o uso turístico, como é o caso de Salvador.

Estes serão os direcionamentos que, geralmente, formarão os programas de requalificações de centros históricos no decorrer dos anos 1990. Muitos são os casos de cidades brasileiras que iniciam os debates e ações sobre os resgates de seus centros históricos neste período. Toda esta movimentação é incentivada pela criação de programas que injetam uma vasta gama de recursos financeiros como o Programa Cores da Cidade, idealizado pela Fundação Roberto Marinho no final da década de 1990 - que incentivava a reforma e a pintura das fachadas de prédios históricos nas capitais brasileiras; ou ainda, pela criação em 1999 do *Programa Monumenta*, parceria entre o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que instaurou um canal de investimentos que facilitava a parceria entre Poder Público e iniciativa privada para a restauração de patrimônios históricos. O grande diferencial deste último era, por outro lado, a prioridade por projetos que primassem pela auto-sustentabilidade, ressaltando definitivamente o viés econômico que a discussão do patrimônio passava a tomar.

Neste contexto, entre os casos que exemplificam toda esta atenção e todo o investimento voltado aos centros históricos no Brasil destaca-se, no âmbito das metrópoles nacionais, os processos de requalificação ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro, ambos com a implementação de projetos homônimos chamados de Corredor Cultural, os quais foram direcionados, respectivamente, para o resgate das regiões do entorno da Estação da Luz e da Lapa. Fora deste eixo, outros processos que se destacaram foram os das cidades de Recife (e a revitalização do Bairro Recife Antigo), a já comentada reforma do entorno do Pelourinho – Salvador (BA), Porto Alegre e São Luís (com a atuação dos investimentos do Programa Monumenta em seus centros históricos), João Pessoa (com a parceria feita com o Governo Espanhol para a revitalização de seu centro histórico), Curitiba (e a estratégia de city marketing a partir de suas áreas históricas, como o Jardim Botânico), além de experiências em cidades como Belém (na reforma de sua área portuária) e Aracaju (com as obras de restauração do entorno do Mercado Municipal da Cidade).

FIGURA 26 – Estação da Luz restaurada. Parte do projeto Corredor Cultural, desenvolvido no centro histórico de São Paulo



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/999661>.
Acesso em: 15/07/08

FIGURA 27 – Região da Lapa no Rio de Janeiro. Parte do Projeto Corredor Cultural na capital fluminense



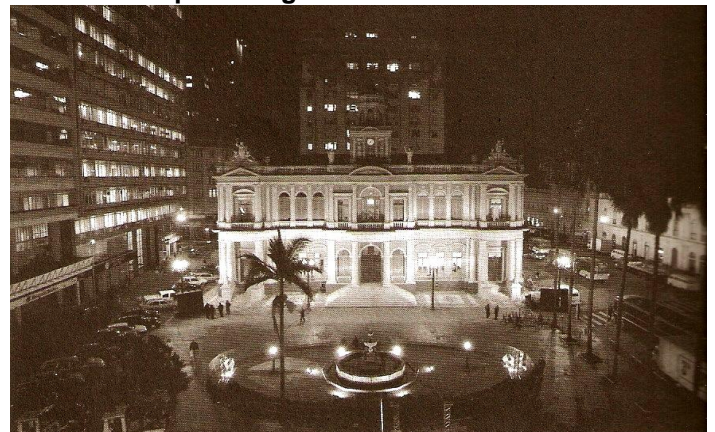
Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/1048583>.
Acesso em: 15/07/08

FIGURA 28 – Praça do Marco Zero, situada no Bairro do Recife Antigo



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/999661>.
Acesso em: 16/07/08

FIGURA 29 – Paço Municipal de Porto Alegre restaurado pelo Programa Monumenta



Fonte: Vargas & Castilho (2006: p. 134)

FIGURA 30 – Rua Portugal em São Luís – MA. Reforma dos Prédios Históricos e das Fachadas de azulejo promovida pelo Programa Monumenta



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/1807450>.
Acesso em: 16/07/08

FIGURA 32 – Novo design dado ao mercado Ver-o-Peso, em Belém-PA. Parte da restauração da antiga área portuária da cidade



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/1742702>.
Acesso em: 16/07/08

FIGURA 31 – Praça Antenor Navarro, em João Pessoa – PB. Exemplo do processo de restauração do centro da capital paraibana. 55



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/2693900>.
Acesso em: 16/07/08

FIGURA 33 – Jardim Botânico de Curitiba – PR. Um dos ícones do centro da cidade mais trabalhados na estratégia de *city marketing* da capital paranaense.



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/1742702>.
Acesso em: 16/07/08



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/6654154>.
Acesso em: 16/07/08

Seria muito extenso dissertar sobre cada uma destas experiências. No entanto, vale destacar a nova forma de representar o urbano, seja através de uma arquitetura que busca uma interligação das áreas históricas com as tendências pós-modernistas de intervenção na cidade, seja com o resgate dos moldes de antigas construções para se transformarem em pastiches ou focos de atração turística. Esta perspectiva, como foi possível perceber, acompanha o desenvolvimento da discussão do tratamento econômico e político que estas áreas históricas tiveram no âmbito mundial.

Analisar-se-á a seguir como esta discussão chegou ao contexto específico em Fortaleza, cidade que atualmente se caracteriza, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a quarta capital do Brasil quanto ao número de habitantes e que desde o princípio dos anos 2000 debate o processo de requalificação de seu centro histórico, movimento diversos agentes sociais, tanto do Poder Público como da iniciativa privada. Isto possibilitará, como foi afirmado anteriormente, acompanhar as discussões sobre tal processo e perceber os entraves inerentes à implantação desta nova perspectiva de visão de cidade.

CAP 2 – IDÉIAS E AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO EM FORTALEZA: PROPOSTAS DE USOS PARA O CENTRO HISTÓRICO.

2.1. – Contextualizando a formação histórica de Fortaleza

2.1.1 – Formação do núcleo urbano

As primeiras tentativas de colonização do Ceará feitas, em 1603, por Pero Coelho de Sousa, e em 1607, quando vieram os padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira. Estas tentativas objetivavam as riquezas da terra e a conquista da Serra da Ibiapaba, área que os portugueses consideravam o trampolim para o Maranhão, de grande importância, por que se desejava expulsar dali os invasores não portugueses (franceses, na época). Tal contexto configurava as terras do Ceará, até então, como um espaço de passagem para a obtenção de um fim específico.

Em 1612, veio colonizar o Ceará o açoriano Martim Soares Moreno (que inspirou *Iracema* de José de Alencar¹⁵) a mando da coroa portuguesa e instala na região da Barra do rio Ceará o Forte de São Sebastião, posteriormente destruído pelos índios. Em 1631, com o intuito de combater os holandeses, ele passa pouco tempo em terras cearenses, logo seguindo para Pernambuco e não mais retornando. Somente em 1649,

FIGURA 35 - Forte São Sebastião (Construído na expedição de Martim Soares Moreno – Barra do Ceará 1612)



Fonte: Arquivo Nirez

quando aqui aportou a expedição chefiada pelo holandês Matias Beck é que foi erguido o

¹⁵ *Iracema* é a expressão máxima do nativismo romântico cearense. Tendo como pano de fundo histórico a fundação do Ceará, o romance conta a história entre o português Martim e a índia Iracema, a "virgem dos lábios de mel".

forte localizado próximo ao morro de areia que os índios chamavam Marajaitiba (rincão das palmeiras). Nessa época, Beck descobriu um riacho, denominado Marajaig (riacho das palmeiras), que é o atual Pajeú, junto ao qual poderia ser levantado seu fortim e um aldeamento sem as desvantagens (principalmente no que diz respeito à água salobra) existentes no antigo local, situado na Barra do Ceará.

Em 1654, Matias Beck rende-se ao português Azevedo Barreto, o qual segundo Girão (2000), veio “libertá-lo” dos constantes ataques indígenas. Praticamente sitiados, sem possibilidade de sair de seu reduto, estavam os holandeses quase a passar fome, pois já devoravam até os muros de seus serviços. Do forte holandês denominado “Schoonenborch” nada ficou, nem mesmo o nome - que foi logo crismado de “Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção”, pelos portugueses. Somente a partir de então se tem início o arruamento da incipiente povoação. Em 13 de abril de 1726 foi, afinal, definitivamente instalada a Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

FIGURA 36 – Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, construída no mesmo local do antigo Forte Schoonemborch, erguido por Matias Beck

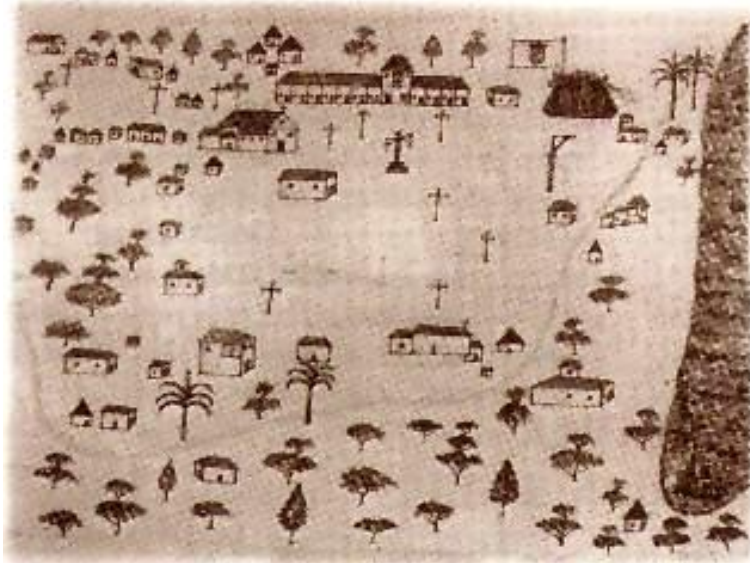


Fonte: Arquivo Nirez

O povoado, ao longo dos anos vai então se desenvolvendo em torno do forte que a denomina, na região localizada hoje dentro do que representa o seu centro histórico (Ver FIGURA 36). Com o desmembramento do Ceará da capitania de Pernambuco em 1799, Fortaleza passa a ter a atribuição de sede da província e vai tomando importância política. Antônio Bezerra [s/d] nos descreve assim o retrato daquela incipiente cidade:

É que, naquela época (por volta de 1810), nossa cidade apresentava ruas não calçadas, casas desarrumadas, etc. Somente depois, teve início um arruamento mais ordenado [...]. O arruamento de Fortaleza se daria assim: - saindo do Quartel para o Sul, Rua do Quartel; passando pela frente do Quartel e marginando o Pajeú, Rua de Baixo, ou dos Mercadores, ou Rua Direita [...]. (BEZERRA [s/d], p. 34)

FIGURA 37 - Planta da cidade de Fortaleza feita por Manuel Francês (1808)

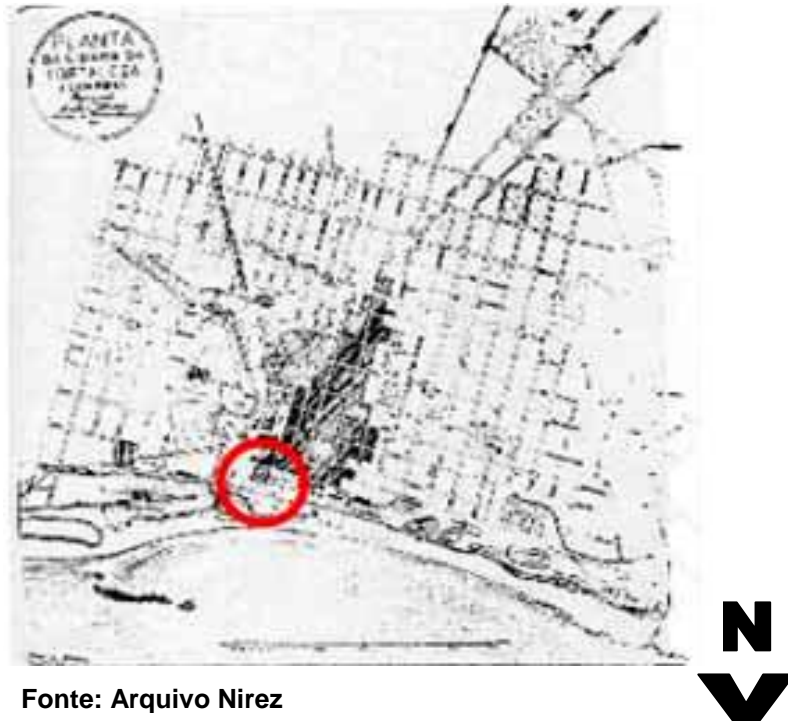


Fonte: Arquivo Nirez

Uma nova perspectiva para o povoado foi aberta com o decreto do imperador D. Pedro I, logo após a independência, elevando a vila à categoria de cidade, na data de 17 de março de 1823. Então crismada de “Fortaleza de Nova Bragança”, o povo continua a chamá-la – fiel à tradição – de “Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção”. O uso cotidiano, por sua vez, contrai o nome para “Fortaleza. A partir da segunda metade do século XIX, percebe-se claramente em Fortaleza um crescimento econômico, político e cultural impulsionado pelo aumento da exportação algodoeira, a qual é demandada principalmente pela Inglaterra, devido à suspensão do fornecimento do algodão americano durante a Guerra da Secessão. Os efeitos se faziam visíveis em toda a cidade: Fortaleza desenvolve-se a passos largos.

Desta forma, em 1875 é autorizada a elaboração de um Plano Diretor da Cidade, a cargo de Adolfo Herbster, em substituição ao anterior, formulado por Silva Paulet em 1818. Pela planta respectiva, vê-se que a cidade já se dilatara. A partir disto, determina-se para ela um desenho urbano e um melhor *aformoseamento*, sob influência francesa, baseado nas formas do plano da Paris *belle époque*, símbolo da “modernidade” na época.

FIGURA 38 - Planta de Adolfo Herbster (1875)



Fonte: Arquivo Nirez

Assim, a Cidade foi delimitada a partir de três *boulevards*, designação que se dava às atuais Avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel, as quais formavam, por assim dizer, as avenidas perimetrais da urbe de então. Este plano definiu também o formato de xadrez dos quarteirões e ruas, que podem ser observados até hoje no espaço do centro da cidade.

“Atualizando o sistema de traçado urbano na forma de xadrez esboçado por Silva Paulet para a cidade em 1818, o plano urbanístico de Herbster estendia o alinhamento das ruas até os subúrbios. Corrigindo becos e vias sinuosas, esse traçado agilizava o fluxo de pedestres, carros e mercadorias. Deixando a capital mais “aberta” e “transparente”, dificultava possíveis ocorrências de revoltas e distúrbios, facilitando a vigília dos poderes públicos sobre a capital” (PONTE, 2000: p.166)

“As dez ruas, todas do mesmo comprimento e largura, calçadas cortadas em retângulos formando quarteirões de cem metros quadrados. Eram, pelo plano de disposição, convenientemente ventiladas e, quando possível, alumiadas pelo sol. Mais de dez praças, grandes, arborizadas de castanheiras e mungubeiras, embelezavam a cidade, concorrendo assim para a salubridade do clima, até então, um dos melhores do Império.” (PAIVA, 1952: 98-99 pp. *apud* SABÓIA, 2000: 159-160 pp.).

A área central, que até então ainda se confundia com a própria Cidade, torna-se o palco das principais transformações no que diz respeito à urbanização e modernização de

Fortaleza, as quais se davam num ritmo frenético. Para citar alguns exemplos: as construções arquitetônicas em estilo *art nouveau* do Mercado Central, do Teatro José de Alencar, do Cine Majestic; começam a funcionar as Caixas Postais; na década de 80 do século XIX é remodelado o Passeio Público; e em 1902 é feito o ajardinamento da Praça do Ferreira - até então um vasto areal, como também das Praças do Carmo, do Coração de Jesus, do Pelotas (depois da Bandeira), da Sé e do Patrocínio, as quais contribuíram bastante na vida social da cidade. Ali viriam a circular as principais linhas de bondes elétricos - construídas em 1914, e os primeiros automóveis.

Além destas transformações urbanas, que segundo Paulino Nogueira (1899, *apud* PONTE, 2000, p.162), estava trazendo finalmente a civilização e a modernidade para a Cidade, a importância do espaço do centro decorre de sua referência na formação sócio-econômica, política e cultural da Cidade. Foi lá que se fizeram presentes movimentos culturais como a Padaria Espiritual, o Centro Literário e diversos jornais que retratavam a efervescência intelectual que se vivia em Fortaleza nos fins do século XIX, principalmente, a partir da influência dos princípios iluministas “importados” pelos jovens de classe média alta que iam estudar em outros centros urbanos da época, entre os quais se destacavam Recife e Rio de Janeiro.

Para o Centro convergiam todos os trajetos de consumo, pois era a única referência comercial da Cidade até então. A partir desta característica o Centro transformou-se também no local preferido das principais manifestações políticas vistas, já que as praças e ruas existentes ofereciam espaço de visibilidade frente à sociedade como um todo, além é claro, do fato de ali terem se situado as sedes dos governos, estadual e municipal.

Toda esta movimentação sócio-política, econômica e cultural propiciou à Cidade, cada vez mais, o contato com os referenciais modernos do período da virada do século XIX para o XX, despertando um sentimento de identificação com tal ideário. Isto se expressava na influência da cultura francesa que atingia, sobretudo, as transformações e reformas dos equipamentos urbanos a partir da inspiração do moderno modelo estético francês, expressão máxima do progresso modernista de então.

2.1.2 – Fortaleza Belle Époque

O período da Belle Époque em Fortaleza pode ser compreendido dos anos que vão da segunda metade do século XIX - em que a Cidade experimentava os frutos do desenvolvimento econômico, propiciado pelo comércio do algodão e começava, a partir disto, respirar os ares modernos - até meados da década de 1930, quando a cidade começa a vivenciar os primeiros efeitos de seu “inchamento”. Neste ínterim, registros historiográficos e literários retratam bem como a Cidade se enxergava: de um lado, vivenciando os frutos de um desenvolvimento moderno; e, de outro, como palco de disputas pelo espaço urbano, potencializadas pelas levas de migrantes oriundas das cidades do interior do estado, seja através das correntes migratórias provocadas pelas constantes secas, seja por quem ia simplesmente tentar melhor sorte na Capital, buscando fugir das dificuldades econômicas do interior e na expectativa de melhoria de vida na crescente cidade.

O crescimento populacional ocasionado no período foi tal que de 1890 a 1940 a população de Fortaleza saltou de 40.902 para 180.165 habitantes (SOUZA et al, 2000, p. 221), num aumento de quase 210%. Esta explosão demográfica, por sua vez, ocorreu, sobretudo, nas camadas carentes da população, as quais, especialmente após a abolição da escravidão, distribuíram-se principalmente pelas periferias, formando, a partir de meados do século XX, as atuais favelas, sobrevivendo como podiam através da mendicância ou de subempregos.

Por outro lado, apesar do crescimento desordenado, os estratos sociais como os comerciantes ou “caixeiros” - que faziam circular as mercadorias na Cidade - vão se destacar como parte das classes médias e altas. Assim, ao final do século XIX, os comerciantes se encontram em plena ascensão social, a exemplo da aristocracia de tradicionais famílias, quase todas beneficiadas com o auge do negócio do algodão.

Desta forma, as práticas culturais que podem ser percebidas em Fortaleza - em sua grande parte, vão carregar como características a mescla de elementos que remontam a esta “cultura local do interior” ou de “cidade pequena”, o culto à modernidade e do “progresso” e, acima de tudo, às práticas que demarcam as distâncias sociais entre as classes. Como arquétipo destes aspectos, podemos observar cenas do cotidiano em relatos exemplificados no caso da reclamação de um turista em visita à cidade em 1879, e também no comentário de um personagem de *A Normalista* de Adolfo Caminha:

“De todos os costumes da vida do norte o que revelava menos pureza de gesto e educação é o das rodas de calçada que só se encontra no Ceará” (Jornal *O Cearense*, 1879)

[...] Sim, porque todo homem de talento, na opinião da sociedade cearense, deve acompanhar a moda em todas as suas nuances, em todos os seus requintes, deve ter sempre uma casaca à última moda, conforme os figurinos, para ‘momentos solenes’, deve ser enfim, um sujeito ‘correto’ na acepção mais lata da palavra” (CAMINHA, 1973, p. 22)

Assim, a partir da tensão entre o conceituado como “atrasado” (práticas culturais peculiares locais) e o “moderno” (práticas alinhadas com as grandes metrópoles mundiais da época) verificava-se no cotidiano da Fortaleza *Belle Époque*, uma sociedade que buscava afirmar sua identidade. Nesta perspectiva, o que se nota ao longo dos relatos históricos do cotidiano e das práticas culturais da Cidade é que quase sempre se remonta a esta tensão dicotomizada. De um lado, as tentativas de disciplinarização da pobreza e da imposição de normas de controle social, que se revelam como uma forma de mascaramento ou negação desta pobreza. De outro lado, se dava, na mesma medida, a resposta destes indivíduos negados, em que, geralmente, era utilizada a sátira ou escárnio frente à obsessão pela cópia dos modelos importados e estranhos à cultura local.

Dentro deste contexto, um dos primeiros momentos em que se considera o embate entre esta Fortaleza “pobre” e “atrasada”, e a Fortaleza “próspera”, “moderna”, e que revelava toda a perspectiva de negação das classes carentes, pode ser representado através do relato dos efeitos da seca de 1877. Assim, a historiografia e a literatura cearenses - através de Rodolfo Teófilo, nos relatam as cenas desta tragédia:

O ano de 1878 seria calamitoso! [...] O novo governo (do Dr. José Júlio de Albuquerque Barros 1878/1880) encontrou a província nas mais desoladoras circunstâncias. Na Fortaleza, mais de cento e quarenta mil almas de população adventícia, abarrancadas em roda da cidade e, por cúmulo de incúria do governo da província, nos edifícios e casas particulares do centro da capital (TEÓFILO, 133, *apud* SABÓIA, 2000, p. 76).

Em apenas um dia do mês de dezembro de 1878, o cemitério do Lazareto da Lagoa Funda recebeu 1.004 cadáveres. Aquele 10 de dezembro ficou conhecido como ‘o dia dos mil mortos’ (PONTE, 2001, p. 84).

[...] Realmente, a grande seca de 1877 a 1879, impressionaria toda uma geração de moços de classe média urbana cearense [...] (TINHORÃO, 1966, p. 48-49 *apud* SABÓIA, 2000, p. 76).

Nesses relatos podemos perceber como o *centro da Capital* era colocado – principalmente, por Rodolfo Teófilo. Há em seu relato uma demonstração daquele espaço à época aparecendo como o retiro do poder econômico e político de uma classe social que estava, naquele momento, tentando se mostrar indiferente à tragédia social vivida. Esta negação da pobreza irá ser encontrada, principalmente, neste espaço, visto que era ali que as diferenças sociais mais facilmente apareciam.

No cotidiano da vida social da Cidade este aspecto se percebia ainda mais nitidamente nos espaços do Centro referentes ao lazer. Isto porque era a partir destas atividades que a Cidade tinha a oportunidade de se retratar, de se olhar “no espelho”; ou ainda, no caso das classes mais abastadas, de poder colher os frutos da acumulação de riquezas e do *status quo* modernos. Estes espaços eram, nos fins do século XIX e início do século XX, representados por praças, clubes, cafés e pelo Passeio Público, por exemplo. Adolfo Caminha nos dá um relato de como se dava esta diferenciação social em *A Normalista*:

[...] pobre em Fortaleza, ainda que pesasse quilogramas d'onradez, era sempre o pobre, maltratado, espezinhado, ridicularizado, enquanto que o indivíduo mais ou menos endinheirado, podia contar amplamente, largamente com a simpatia geral: tinha ingresso em todos os salões, em toda a parte, embora fosse um patife, um grandessíssimo canalha [...] uma terra de famintos. Fome, miséria, patifaria era o que se via. (CAMINHA, 1973, p.54, *apud* OLIVEIRA, 2000,p.186).

Um retrato desta diferenciação entre “ricos” e “pobres”, que em Fortaleza obedecia regras severas, pode ser notado, por exemplo, no Passeio Público, principal palco do lazer fortalezense naquele período. Assim é que, no espaço de seus três pavimentos, três classes sociais se dividiam, sendo que não havia nenhuma lei que os obrigasse a isto. Otacílio de Azevedo (1992, p. 50) nos descreve assim os espaços sociais e as demarcações simbólicas que ali ocorriam:

O Passeio Público era uma ampla praça dividida em três partes iguais. A primeira era a Caio Prado, onde fervilhava a fina sociedade local; a parte do

meio era a chamada Carapinima, destinada ao pessoal da classe média e onde a banda da Polícia Militar executava operetas e valsas vienenses. A terceira era a Avenida Padre Mororó, freqüentada pela ralé – as mulheres da vida, os rufiões e os operários pobres.

Exemplos são abundantes no que diz respeito às demarcações dos espaços sociais frente às diferentes classes no início do século XX. Casos como o dos bondes de primeira e segundas classes, que se distinguiam pelas testadas verdes e prateadas, respectivamente; exemplos inclusive dos espaços do cemitérios São João Batista, o qual separava alamedas de acordo com os estratos sociais, nos revelam uma Cidade que já aparecia dividida.

Este quadro de diferenciação e exclusão social que se observava no espaço central da Cidade no início do século XX, revela a postura das classes dominantes frente às demais em Fortaleza. Afinal, o contexto de remodelação e de aspiração à modernidade representava, na verdade, um anseio de apenas uma parte dos fortalezenses – os estratos sociais que durante tal crescimento econômico havia acumulado capital e ideais “civilizadores”. Este era representado por grupos como os do setor comercial e os profissionais liberais (médicos, bacharéis e outros egressos das academias). Neste contexto, deixava-se à margem todas as formas de representação do espaço que tinham trabalhadores pobres e excluídos.

FIGURA 39 - Av. Caio Prado no Passeio Público



Fonte: Arquivo Nirez

FIGURA 40 - Café Java (local de reunião da Padaria Espiritual)



Fonte: Arquivo Nirez

Por outro lado, o poder de resistência das classes mais carentes se mostra claro, principalmente, em episódios como a deposição da oligarquia Accioly. Isto se deu em 1912, após 14 anos no poder e um histórico de corrupção e desmandos, através de um movimento que, apesar de ser articulado por setores da elite e da classe média, revelou uma faina de destruição destes ícones “modernos” por parte das camadas menos abastadas, as quais, em três grandes passeatas, sendo a última marcada pelo confronto de 600 crianças e a polícia, conseguiu a renúncia de Accioly e pôs o seu opositor Franco Rabelo no poder.

FIGURA 41 – Passeata das 600 crianças. Estratégia usada pelos opositores de Nogueira Accioly para tentar barrar as ações policiais de repressão. No entanto, houve o pisoteamento dos manifestantes pela polícia montada, fato que potencializou as manifestações pró-Franco Rabelo.



Fonte: Sousa (2000, p. 182)

Tal fato se tornou singular quanto à demonstração da insatisfação dos que estavam marginalizados, tanto em relação ao governo deposto, como em relação à remodelação “moderna” imposta por ele. Neste sentido, foram quebrados todos os ícones desta reordenação que se encontravam ao alcance da população, representando assim, através da depredação, uma resposta contrária a todo o processo.

O povo à tarde, destruiu a avenida Accioly na praça Marquês de Herval. Nada respeitaram os bárbaros. Estátuas, jarros, bancos, tudo foi quebrado. Quando mais nada faltava para saciar sua loucura, valeram-se do fogo e incendiaram um dos cafés da praça. Entrei no dia seguinte na avenida e o meu coração se confrangeu diante daquelas ruínas. A loucura do populacho havia passado por ali na sua faina de destruição [...]. (TEÓFILO, 1912, p. 123)

Se atentarmos bem, este poder de resistência perdura até hoje. E é importante destacar que estas classes sociais resistiam também, segundo Ponte (2001), através de outras estratégias que se expressavam no cotidiano da Cidade de diferentes formas, entre as quais: “[...] a conservação de crenças, ritos e posturas, a bilontragem, o desapego ao trabalho sistematizado, a fuga; ‘o se fazer de louco pra melhor passar’, o escárnio, a irreverência, o riso e a vaia (PONTE, 2001, p. 60).

Estas formas de resistência cultural revelavam-se em diversas situações, mas a historiografia destaca com especial intensidade a característica “moleque” como algumas se davam frente à realidade, que cotidianamente buscava alienar quem não se enquadrasse nos padrões “modernos”. Deriva daí o epíteto “Ceará Moleque”, assim denominado principalmente pelas classes que enxergavam naquela postura um sinal de “atraso”, e que estaria principalmente ligada, segundo Silva (2002), ao “povo pobre ou a todos aqueles que de alguma maneira inobservam as formas de comportamento de uma sociedade dita ‘civilizada’”. O “lugar urbano” ou a “sede social” deste “Ceará Moleque” - como o autor por último citado considera - era a Praça do Ferreira (espaço do “Coração da Cidade”). Eis algumas passagens que nos informam um pouco de como se dava esta forma de disputa de forças:

Justamente ali onde desfilavam bondes, automóveis, modas, novidades e gente de todos os segmentos sociais, e onde se concentravam os principais cafés, as mais elegantes lojas e a chefatura da polícia, desfilavam também as vaias, o escárnio, os apelidos e os ditos mais jocosos [...]. Qualquer pessoa, coisa ou episódio que sugerisse exagero ou quebrasse a normalidade do

cenário urbano poderia arrancar gargalhadas ou ser motivos pra vaias. (PONTE, 2001, p. 176 *apud* SILVA, 2002, p. 24)

[...] é plausível [...] ler os tipos populares como uma via que o povo encontrou para através da irreverência, do riso, do sarcasmo e da balbúrdia públicos, expressar seu descontentamento para com a normalização urbana, a carestia e as más condições de vida e trabalho. (PONTE, 2001, p. 183 *apud* SILVA, 2002, p. 25)

O centro também era o reduto de ocupação dos mendigos e flagelados de grandes secas, como a de 1915. Isto, entre outras coisas, motivou as classes mais abastadas a um movimento de procura por espaços em outras áreas mais afastadas, o que leva a expansão da Cidade, a partir dos anos 1920 e 1930, para outras áreas adjacentes, como os bairros de Jacarecanga, Praia de Iracema (Praia Formosa à época) e Benfica.

Em conseqüência, verifica-se um recrudescimento das ações de disciplinarização do espaço público. Há a partir de então uma notória tentativa de um ajustamento do cotidiano da Cidade a normas e posturas que se enquadrem com a identidade “moderna”. Na maioria das vezes, estas ações buscavam a disciplinarização, a higienização e o enquadramento social. A ordem urbana, a partir destes preceitos, deveria se dar através de um conceito básico de regularização, ou seja, de uma forma que todo o cotidiano pudesse ser previsto e calculado.

O corpo deveria ser “educado” a este novo contexto e deveria ser uma extensão do “organismo urbano” funcionalista. Desta forma, estratégias que visavam o saneamento da Cidade, a criação de asilos mentais, o arejamento das casas e a limpeza urbana objetivavam o funcionamento de uma sociedade “saudável”, com todos no seu lugar. Principalmente, os trabalhadores, os quais não podiam se deixar levar por doenças, ou ainda, pelas perdições e “vadiagens” que lhes atrapalhassem a produção.

Iremos observar no Código de Posturas de 1865, exemplos desta preocupação que se dividia em numerosos artigos e tinha uma ampla abrangência, necessitando, por sua vez, de uma ampla capacidade vigilante frente à sociedade. Os artigos versavam sobre inúmeros pontos, desde a ordem no fluxo das coisas e de pessoas na Cidade, através de medidas que coibissem tudo que pudesse atrapalhar o rápido deslocamento, até a proibição do uso de tintura de doces e massas com óxidos pelos confeitadores.

As disposições contidas no código de posturas municipais que se seguiram são numerosas e demonstram uma ampla vontade de esquadramento urbano. Elas intentavam uma fiscalização pormenorizada de ruas, casas, edificações, produtos, gêneros alimentícios, oficinas, etc. Chegavam ao detalhe de proibir a tintura de doces e massas com óxidos, cobre e mercúrio por parte dos confeitores, obrigavam a limpeza do riacho que corria nos quintais dos moradores da rua do mercado, limpeza da frente das casas e exigiam que matérias fecais domésticas fossem guardadas em vasilhas fechadas e estacionadas em lugares a serem previamente designados, a partir das 9 horas. (PONTE, 2001, p. 79-80)

Nesta época se observa, segundo Macedo (2002), uma preocupação especial das ações públicas pela ordenação das ruas e calçadas da cidade, as quais deveriam obedecer normas para a rápida dinâmica que a modernidade requeria, disciplinando o lugar para uma nova figura - que viria a ser o pedestre. Este novo personagem deveria encarnar - a partir do estereótipo do cidadão “moderno”, a postura de “*passante*”, próprio de um lugar transitório, fora da coletividade, o qual se diferenciava do “*caminhante*” - *agente de improviso constante e traçados fugidios* - que se apropria do espaço da cidade. Para o pedestre, os territórios da rua e da calçada detinham seus habitantes bem definidos; a rua para os carros e veículos de locomoção em geral; e a calçada como seu lugar único e exclusivo.

A vigilância na área central pelo cumprimento destas normas, de acordo com a posição que ela ocupava para a Cidade, se dava de forma ostensiva. E, justamente por tornar mais visíveis as desigualdades entre as classes sociais, impelia maior rigor quanto à fiscalização do seu cumprimento. As principais razões pelas quais se vigiavam e se puniam, principalmente, as classes subalternas, eram pela “vadiagem”, delito combatidíssimo e tido como “mãe de todos os vícios”. Este tipo de delinqüência nas ruas do Centro, a cada ano ocorria em proporções maiores, certamente, devido à penúria causada pelo desemprego e pelas constantes secas, que traziam cada vez mais migrantes.

A “vadiagem” podia se dar de várias maneiras: seja através dos prostíbulos e casas de jogos situados àquela época nos segundos pavimentos dos antigos prédios da área central da Cidade; seja através dos chamados “falsos mendigos” que, segundo as autoridades, abusavam da boa fé do cidadão. Todas estas formas, enfim, eram consideradas como atentadoras contra “a moral e os bons costumes da família”. A partir desta situação, órgãos conservadores de imprensa se esforçavam numa batalha em que denunciavam às

autoridades toda “a pouca vergonha” existente. No entanto, poucos efeitos práticos, no sentido da diminuição destas práticas, obtiveram.

Com o crescente aumento populacional potencializando as distâncias sociais entre as classes, e tendo em vista o pensamento administrativo da Cidade voltado para o ordenamento estético urbano, estas posturas e normas de enquadramento social vão, a partir da década de 1930, cada vez mais se acirrando e situando o problema na esfera policial. O centro da Cidade, por sua vez, vai se consolidando, cada vez mais, como principal palco de conflitos, assistindo, particularmente depois do declínio da produção algodoeira na primeira metade do século XX e das crescentes correntes migratórias vindas das secas, o acúmulo dos personagens tidos como “vadios”, os quais “se viravam” para sobreviver trabalhando em subempregos, principalmente, como “vendedores ambulantes”.

As discussões causadas pela presença dos “vendedores ambulantes” no centro da Cidade proporcionaram - e ainda proporcionam – exemplos freqüentes das tentativas de enquadramento social - através de normas e posturas, as quais procuram isolar do reduto do “coração” ou do “espelho” da Cidade tudo o que seja *antiestético* ou o “enfeie”. Desta forma, podemos observar panoramicamente o eixo central de como é tratada a “questão social” em Fortaleza. E em especial no centro da Cidade, onde a fixação pela ideologia e estética de conformidade com uma postura “moderna” sobrepuja o estudo mais aprofundado dos problemas vividos. O intuito é tentar, justamente num espaço caracterizado como o “coração” ou “espelho” da cidade, ocultar os principais problemas por meio da força e da visão unilateral.

2.1.3 – *Expansão e inchamento*

A partir do fim do período *Belle Époque*, com o cada vez maior acirramento das contradições sociais em Fortaleza, a Cidade assiste à surpreendente explosão demográfica e seu “inchamento” nas décadas subseqüentes. Segundo o IBGE, entre as décadas de 1940 e 1950 o aumento populacional se deu na ordem de 50% (fazendo com que Fortaleza chegasse ao número de 270.169 habitantes); e entre as décadas de 1950 e 1960, a população cresceu 90,5% (chegando a mais de meio milhão de habitantes), quadro que continuava a engordar cada vez mais os bolsões de miséria, concentrados a princípio ao

longo das linhas férreas, mas se fazendo sentir também em todo o perímetro urbano, através do aumento da mendicância e da prostituição - sempre combatidos através da postura recorrente dos órgãos competentes, que tratavam do problema com medidas disciplinadoras. Mostravam, assim, o intuito da manutenção da “ordem” e da “beleza urbana” modernas, encarando, por outro lado, o problema como “caso de polícia”.

[...] com uma favela a mais e uma praia a menos’. Observa-se, nesse depoimento, a preocupação de impor normas de controle ao crescimento urbano de forma homogênea a toda a cidade [...]. O que interessava, prioritariamente, era a manutenção da ordem e da beleza urbanas, deixando-se problema insolúvel da pobreza. (JUCÁ, 2003, p. 50).

Podia-se notar também que outras centralidades continuavam a se formar, no que diz respeito à concentração urbana de habitações. Além de bairros como Jacarecanga, Praia Formosa (depois Praia de Iracema) e Benfica (entre 1920 e 1950), a Cidade passa a se expandir para a área leste, a partir de bairros como a Aldeota, que a partir dos anos 1950 se consolida como refúgio da elite da sociedade local e da classe média alta, que buscavam espaços “exclusivos”, longe da agitação do comércio e das multidões próprias da área central. No Centro, ficaram famílias, em sua grande maioria, de classes de menor poder aquisitivo que lá haviam herdado casas. Este movimento fez com que tal desocupação transformasse estas antigas residências em armazéns e imóveis comerciais.

Do outro lado da Cidade, na área oeste, passava-se a se revelar a divisão social de Fortaleza. Lá passaram se concentrar as maiores favelas, a partir, principalmente, da proximidade com o pólo industrial da Avenida Francisco Sá. Nesta área é que surgem ocupações como o Pirambu (situado na faixa litorânea) e o Arraial Moura Brasil (situado atrás do Pátio de Manobras da Estação João Felipe). Devido à proximidade, o Centro passa então a ser o espaço a ser ocupado pela população proveniente destas áreas, que ali iam em busca de sustento pelo comércio informal, a prostituição ou a mendicância.

Por outro lado, a área central de Fortaleza configura-se definitivamente como espaço comercial. Neste sentido, em 1947, é discutida uma proposta do engenheiro Sabóia Ribeiro, que tenta um planejamento e uma reforma mais ampla e profunda no Centro, priorizando o alargamento das ruas como ponto principal de intervenção, diferentemente do cunho decorativo até então empregado nas reformas anteriores. Apesar de ter sido aprovada na Câmara Municipal, a proposta de Sabóia, além de dispendiosa, ia de encontro aos interesses econômicos e ao poder de barganha dos cada vez mais prósperos comerciantes do local.

Este fato termina por revelar claramente o papel que o Centro vai assumir no contexto da Cidade: de principal referência comercial, durante os anos que viriam a seguir, e área que cada vez menos concentra residências.

Esta característica de referência quanto ao comércio também faz com na área aumente a cada dia o número de comerciantes informais, ou “vendedores ambulantes”, o que se deu com tal intensidade que se transformou em um problema de segurança e saúde pública. Por exemplo, em 1947 as reclamações sobre esta temática pediam, por meio da Prefeitura, a retirada do Centro das “garapeiras” e das bancas de café pela alegação de serem anti-higiênicas. Posteriormente, o caso dos ambulantes foi tratado mais como uma espécie de estorvo comercial frente às lojas e estabelecimentos situados no espaço central, fazendo com que aumentasse as pressões, principalmente, a partir dos comerciantes “oficiais”, forçando as autoridades no sentido de tomarem decisões que retirassem do Centro tal problema. JUCÁ (2003, p. 71 – 72) nos mostra como acontecia o quadro em foco:

[...] As reclamações aumentavam, afirmando-se que não havia quem pudesse andar pelo centro. Os espaços reservados a pedestres diminuía, sobretudo na hora das refeições. Muitas pessoas preferiam andar pela rua para não perder tempo. Na Praça do Ferreira vendia-se de tudo nas calçadas: frutas, camarão seco, algodão, nylon, pó de arroz e revistas velhas. Nas ruas ficavam os pipoqueiros, os assadores de castanhas, os boleiros e até vendedores de bacorinhos

[...] Nem as autoridades podem concordar com o que ocorre no momento, sob o ponto de vista urbanístico e de trânsito, como sob o ponto de vista higiênico. Não se concebe como proliferam no meio das ruas e pelas calçadas os mercados de taboleiro, ocupando a cidade em pontos centrais, obrigando os transeuntes a torcer caminho, incomodando casas de famílias e casas comerciais, embora se alardeie que todas têm direito a viver honestamente.

Vale ressaltar que, além das tradicionais medidas empregando-se o uso excessivo da força pela polícia e pela fiscalização da Prefeitura, as quais quase sempre terminavam por apreender toda a mercadoria dos ambulantes, outras medidas se deram. Citam-se: a dos policiais “Cosme e Damião” - que impediam a fixação dos ambulantes em cada rua do Centro, além da construção do Mercado do Joaquim Távora - medida bastante almejada pela “opinião pública” e que visava definitivamente resolver o problema dos ambulantes. No entanto, o referido mercado só funcionou temporariamente, sendo desativado alguns anos depois, pois não teve força para absorver todo o comércio ambulante.

A partir dos anos 1960, este posto do Centro, de referencial quanto ao comércio da Cidade, é sustentado, por outro lado, por outras medidas que transformavam o tecido urbano de Fortaleza. Neste período o Banco Nacional de Habitação buscava a solução do problema da favelização com o investimento na construção de inúmeros conjuntos habitacionais. Em Fortaleza foram construídos os Conjuntos José Walter, Ceará, Jereissati, Marechal Rondon etc. Todo este contingente populacional contribuiu ainda mais para a metropolização e o inchamento da Cidade, a qual tinha como principal ponto de referência comercial o Centro.

Segundo Gondim (2007), a área central não comportava tal pressão social. Suas ruas eram (e ainda são) estreitas, carentes de locais de estacionamento, o que transformou o trânsito naquela região num quadro caótico. Isto contribuiu, entre os anos 1970 e 1980 para a saída do comércio para outras áreas, como a região sul da cidade (Avenida Gomes de Matos), a região da Av. Bezerra de Menezes e para áreas voltadas às classes mais abastadas como as vias da crescente Aldeota. Este quadro se consolida definitivamente com a construção de *shoppings centers* como o Center Um (em 1974) nesta última região e o Iguatemi (em 1982) na área adjacente do Cocó. Aliás, este aspecto do crescimento da Aldeota e adjacências como outra centralidade de Fortaleza (situadas, principalmente, ao longo da av. Washington Soares e proximidades do centro administrativo do Cambéba, como o Cocó, Água Fria, Edson Queiroz etc) é verificado ainda pelo grande crescimento imobiliário ocorrido nos anos 1970 e 1980, proporcionado pela concessão de financiamentos do BNH para a compra de imóveis na região.

Estudo sobre o atual tipo de consumidor do comércio do Centro, realizado pelo SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Empresa (2004). O que se observa é que os consumidores do Centro pertencem, sobretudo, às classes “C” e “D” (a partir da classificação¹⁶ da ABIPEME – Associação Brasileira das empresas de Pesquisa de Mercado) (TABELAS 1 e 2). É a partir desta constatação que a busca pela qualificação do público consumidor do Centro passa a ser enfoque recorrente nas propostas, projetos e relatórios surgidos em torno da requalificação daquela região.

¹⁶ Os responsáveis pela elaboração do sistema acreditavam que, durante a coleta dos dados, algumas pessoas poderiam se recusar a responder diretamente o valor de suas rendas. Portanto, o método de classificação dos consumidores entre as classes deveria empregar variáveis que pudessem garantir uma boa estimação de renda doméstica. As variáveis escolhidas deveriam contornar eventuais dificuldades tais como desatualização das informações devido a aumentos salariais e inflação. Com este objetivo, foram selecionados oito indicadores discriminantes da renda: número de rádios, TV em cores, automóveis, aspirador de pó, máquina de lavar roupa, geladeira, empregada mensalista, banheiros e nível educacional do chefe de família. Em seguida, atribui-se pontos à posse destes itens. Conforme a pontuação de corte das classes, o indivíduo é classificado, respectivamente, entre os estratos, a partir dos pontos obtidos (PUC-RIO, 2008)

TABELA 1 – Consumidor do Centro segundo classificação sócio-econômica (2004)

Frequência	Total	(%)
A	13	0,6
B	220	9,8
C	923	41,3
D	893	39,9
E	188	8,4
Total Geral	2.237	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil do Cliente do Centro – SEBRAE (2004)

TABELA 2 – Renda Média Mensal do Consumidor do Centro (2004)

Renda	Masculino	(%)	Feminino	(%)	Total	(%)
Até 240,00	158	45,3	191	54,7	349	15,6
De 241,00 a 500,00	297	52,8	266	47,2	563	25,2
De 501,00 a 1.000,00	234	67,8	111	32,2	345	15,4
De 1.001,00 a 2.000,00	98	70,5	41	29,5	139	6,2
Acima de 2.001,00	24	80,0	6	20,0	30	1,3
Não Opinou	310	38,2	501	61,8	811	36,3
Total Geral	1.121	50,2	1.116	49,8	2237	100,0

Fonte: Pesquisa Perfil do Cliente do Centro – SEBRAE (2004)

Tudo isto contribui para uma desvalorização simbólica do espaço do Centro, pois estes estratos sociais que, cada vez mais, afastavam o seu cotidiano do centro de Fortaleza eram os principais formadores de opinião. Outro aspecto que se somaram a isto foi, por exemplo, a saída da sede dos poderes municipais e estaduais do Centro, ocorrida também a partir da década de 1980.

A problemática relativa à área central de Fortaleza, desta forma, expressa um reflexo das ações descompassadas tomadas na Cidade. Nestas o planejamento pensado a partir dos planos diretores, por exemplo, não surte os efeitos esperados para um desenvolvimento articulado do tecido urbano. No entanto, como poderemos ver a seguir ocorre uma mudança de concepção política ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1980 no Ceará. Esta irá refletir na Cidade a inspiração das políticas neoliberais, que se reconhece em Fortaleza a

partir de intervenções urbanas que flertam com o urbanismo pós-modernista, trazendo para a Cidade uma nova forma de se perceber.

2.1.4 – *Flertes Pós-Modernos*

Com a ascensão política à esfera estadual do grupo ligado aos jovens empresários do Estado nos anos 1980, há o início de uma mudança de perspectiva no tratamento da política pública no Ceará. Estes jovens empresários, oriundos do Centro Industrial Cearense (CIC) estavam reunidos em torno da figura do governador eleito em 1986, Tasso Jereissati (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e se intitulavam de Governo das Mudanças. Entre algumas destas mudanças, estava o rompimento com as tradicionais práticas ligadas ao coronelismo, até então vigentes.

Além do rigor na administração das finanças do Estado, este grupo pregava o tratamento da imagem do Ceará no cenário da globalização, com vistas a extrair desta uma potencialização de investimentos no Estado. Para isto, uma das estratégias mais viáveis configurou-se por ser o turismo, o que no final dos anos 1980, passou a ser incentivado ainda de forma incipiente, mas que, durante os anos 1990, consolida-se por ser uma das áreas que recebeu maior atenção do Governo.

Neste sentido, Fortaleza, como capital do Estado, refletia os efeitos de toda esta mudança política ocorrida no cenário estadual, tendo, inclusive, se antecipado politicamente quanto à superação do modelo coronelista com a eleição, em 1985, da socióloga do Partido dos Trabalhadores (PT) Maria Luiza Fontenelle.

Isto já refletia a disposição da cidade de se transformar num importante instrumento para o projeto modernizador do Governo das Mudanças.

A principal meta do Governo das Mudanças era lançar a Cidade como “global”. Para tanto, a estratégia durante os governos encabeçados, ou influenciados, por Tasso Jereissati durante os anos 1990 era fomentar, por um lado, as bases infra-estruturais, como recursos hídricos, energéticos, de transporte e educação para uma cidade que atingia, no princípio da década de 1990, a marca de mais de 1.700.000 habitantes; e, por outro, lançar estes feitos como prova que se vivia uma nova fase da história cearense, onde haviam sido superadas as imagens ligadas às secas e ao passado marcado pelo “atraso” econômico.

O projeto de inserir o Ceará na globalização incidiu-se timidamente, com a inclusão do turismo entre os setores prioritários da política de desenvolvimentos do governo estadual. Com a criação da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará (Conditur) – posteriormente substituída pela Secretaria Estadual do Turismo – o planejamento da atividade turística passou a ser feito em moldes empresariais, apoiado na divulgação do Ceará e em parcerias com o setor privado. (...) Entre outras obras de infra-estrutura construídas no Ceará destacam-se o novo aeroporto e a rodovia estruturante, ligando a capital às praias do litoral oeste. O governo estadual também investiu em programas de capacitação de recursos humanos, por meio de parcerias com empresas privadas, prefeituras e órgãos federais como o Sebrae¹⁷ e o BNB¹⁸. (GONDIM, 2007, p. 136)

No nível municipal, após a desgastada passagem de Maria Luiza Fontenelle pela Prefeitura de Fortaleza que, entre outras coisas, não detinha apoio no nível estadual, assume Ciro Ferreira Gomes para um mandato que iria de 1989 a 1992. Contando com a proximidade política de seu aliado Tasso Jereissati, a nova administração então eleita segue os ditames do ajuste fiscal executado no nível estadual. No entanto, na metade de seu mandato, o prefeito Ciro se lança ao governo do Estado em substituição a Tasso, logrando êxito em 1990. Em seu lugar na prefeitura de Fortaleza, assume Juraci Vieira Magalhães, que inaugura uma fase na história política e urbana da Cidade de aproximadamente 12 anos, marcada pela popularidade provocada pelo intervencionismo no tecido urbano e transformações que mudaram radicalmente o desenho da Cidade. Entre algumas destas reformas, obtém especial destaque a restauração em 1991 da Praça do Ferreira (FIGURA 42), a partir de uma releitura tipicamente pós-modernista do formato desta entre os anos 1930 e 1960, quando o então prefeito José Walter demoliu seu símbolo máximo, a Coluna da Hora, causando insatisfação popular.

FIGURA 42 - Vista Noturna da Praça do Ferreira após a reforma de 1991, feita na administração de Juraci Magalhães



Foto: Ação Novo Centro – CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas)

¹⁷ Serviço Brasileiro de Apoio a Empresa

¹⁸ Banco do Nordeste do Brasil

Vale destacar que Juraci obteve, nos primeiros dois anos de administração municipal, popularidade suficiente para formar um grupo político que se contrapõe ao grupo de Tasso, passando a disputar espaço nas campanhas municipais e estaduais. Isto se mostra, por exemplo, na eleição do sucessor de Juraci em 1992, Antônio Cambraia, que contou com a popularidade do padrinho político antecessor, o qual iria ainda se eleger novamente nos anos de 1996 e 2000. No entanto, tanto as administrações estadual como municipal convergiam no sentido de lançar a Cidade como uma metrópole interligada com os padrões pós-modernos de exploração turística do tecido urbano nos anos 1990. Segundo Gondim (2007, p.137):

Assim, a transformação de Fortaleza em 'cidade global' longe de ser uma estratégia definida nos marcos de uma política de desenvolvimento econômico, deve ser entendido como parte de um projeto político, no qual a produção de novas imagens é elemento central.

[...] Essa imbricação entre imagem e realidade aparece com clareza quando, num texto sobre relações econômicas do Ceará com o exterior, um economista do Governo Tasso Jereissati propõe a adoção do slogan 'Fortaleza é a capital do Caribe brasileiro' – como estratégia de apoiar iniciativas de aproximação dos países que compõe a Comunidade dos Estados Caribenhos (Caricom).

Para tanto houve uma série de investimentos, onde se subsidiou inclusive o lançamento da imagem do Ceará e de Fortaleza em telenovelas de alcance nacional, divulgando as belezas da *caliente* "terra do sol" como paraíso tropical. Isto se somou nos anos 1990, a proliferação, em Fortaleza de ícones com inspiração pós-modernista, que denunciam esta ânsia por lançar o Estado e a Cidade como um atrativo vendável em nível global. Este fato se revela nas construções e na estética pós-moderna adotada em equipamentos como o novo Aeroporto Internacional Pinto Martins (1996), a nova Praça do Ferreira (reformada pela Prefeitura de Fortaleza em 1991), o novo Mercado Central (1998), e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (1998), entre outros, além da adoção da imagem da Beira-Mar como ícone mais recorrente dos cartões postais e propagandas turísticas para a Cidade.

FIGURA 43 – Beira-Mar de Fortaleza. Uma das imagens mais divulgadas na estratégia de *city marketing* da Cidade.



Disponível em:
www.pbase.com/alexuchoa.
 Acesso em 17/07/08

FIGURA 44 - Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (inaugurado em 1998)



Disponível em: www.pbase.com/alexuchoa.
 Acesso em 17/07/08

FIGURA 45 – Bares do Entorno do CDMAC. Um dos maiores atrativos turísticos da Cidade

Disponível em:
www.pbase.com/alexuchoa.
 Acesso em 17/07/08



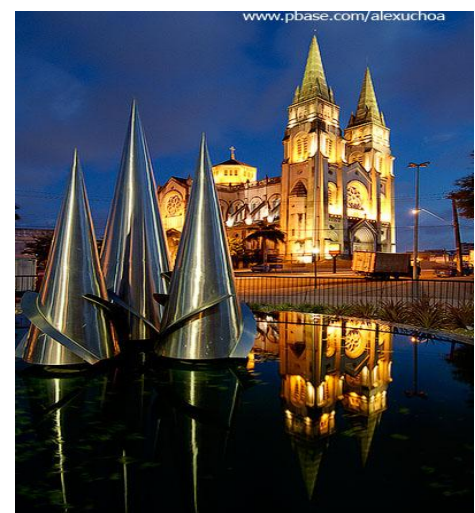
FIGURA 46 – Novo Mercado Central (inaugurado em



Foto: Leonardo Vasconcelos

Disponível em: www.pbase.com/alexuchoa.
 Acesso em 17/07/08

FIGURA 47 – Fonte cinética (Sérvulo Esmeraldo) em estilo pós-modernista em frente à Catedral de Fortaleza



Disponível em: www.pbase.com/alexuchoa.
 Acesso em 17/07/08

FIGURA 48 – Novo Aeroporto Internacional Pinto Martins (inaugurado em 1996)



Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/9313692>. Acesso em: 17/07/08

Toda esta movimentação faz com que as áreas históricas, e outros espaços que pudessem ser trabalhados para contribuir com o fluxo turístico em Fortaleza (como áreas ambientais e recreativas da cidade – parques, praias etc) fossem repensados estrategicamente.

Neste contexto, surgem as discussões sobre uma possível requalificação do centro de Fortaleza, tendo sido realizadas na Câmara Municipal até o fim dos anos 1990, pelo menos 25 audiências públicas sobre o tema. Como poderemos observar a seguir, isto mostra que o Centro vai ser um dos espaços buscados para se construir esta estratégia de *city marketing* de Fortaleza por reunir o referencial histórico e cultural da Cidade, o que é um elemento importante para o incremento turístico.

No entanto, inscreve-se aí um aspecto diferencial no cenário que comumente é encontrado nas requalificações no contexto das grandes cidades. Ao contrário do que, geralmente, se dá nos movimentos em torno do resgate das áreas centrais que buscam instaurar uma dinâmica econômica perdida ou muito “subutilizada”, o que acontece no Centro de Fortaleza é a busca por requalificar um espaço que, no que se relaciona à economia do Estado, inscreve-se sozinho como o segundo maior arrecadador de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) do Ceará, perdendo somente para o município de Maracanaú.

O que se observa neste contexto é uma série de investimentos financeiros e políticos, tanto do Poder Público, como da iniciativa privada, voltada a potencialização desta dinâmica econômica do Centro, o que se dá somada à valorização da dimensão simbólica deste espaço com diversas intervenções que passam a acontecer ali. O que ocorre é,

sobretudo, uma busca pela inclusão da utilização do centro histórico como instrumento de *city marketing*, o que se caracteriza até os dias atuais, mesmo com a ascensão ao poder municipal do grupo político de esquerda, de oposição à Juraci, liderado pela prefeita eleita em 2004, Luizianne Lins. De uma forma geral, é um processo em construção, com avanços e retrocessos, a qual reflete esta busca por inserir Fortaleza no cenário global, tendo em vista tornar a área central também um espaço enobrecido por tais práticas.

2.2 – O movimento de requalificação do centro de Fortaleza

De acordo com o que já foi comentado, no caso de Fortaleza, a idéia de uma requalificação de seu Centro Histórico se deu ao longo da década de 1990. As primeiras discussões foram incentivadas, principalmente, por duas motivações estratégicas dos setores públicos e privados. De um lado, lojistas interessados numa dinamização da economia daquela região, a qual se encontrava num período de franca decadência devido à concorrência com os muitos *shopping centers* que na época surgiam na Cidade. E de outro, setores dos governos municipais e estaduais, interessados em colocar o espaço central da Cidade no escopo do incremento turístico então ascendente na Capital.

Pelo consenso entre técnicos dos governos estadual e municipal e da Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL, nas diversas audiências públicas realizadas na Câmara Municipal até o final dos anos 1990, o Centro não estava “morto”, não precisando, portanto, ser “revitalizado”, mas sim, “requalificado”, a partir da instauração de uma nova dinâmica econômica. O que, no entanto, contrasta com o fato de que, mesmo em decadência, a região central de Fortaleza é, ao longo do período que se iniciam as discussões até os dias atuais, responsável pela segunda maior arrecadação de ICMS, como já foi comentado anteriormente.

A nova dinâmica econômica viria, principalmente, a partir do que era oferecido nos muitos exemplos de processo de requalificações adotados nas grandes cidades “globais” até então. No caso de Fortaleza, o modelo foi pensado no esteio do sucesso da experiência de Barcelona, que já gerava similares no Rio de Janeiro e São Paulo. A aplicação deste paradigma se deu por meio do grupo político ligado ao governo do Estado, que se uniu aos representantes da CDL e buscou fomentar idéias de ações estratégicas que tomassem o

modelo barcelonês como inspiração. Nesta iniciativa, o Centro de Fortaleza passaria a ser objeto de uma visão estratégica de desenvolvimento da Cidade, a qual se traduziria em um plano geral: o PLANEFOR (Plano Estratégico de Fortaleza). Este passou a expressar a articulação de idéias entre a iniciativa pública e privada, transformando-se institucionalmente em um consórcio ligado a CDL. O presidente do Plano Estratégico de Fortaleza, em entrevista que nos foi concedida, em 2004, comenta assim este processo de formação do PLANEFOR:

Jorge Parente, na época presidente do CIC, ele conheceu em Barcelona a grande revolução que ocorreu lá, e foi justamente do ponto de vista estratégico e, então articulou a vinda de técnicos de Barcelona pra vir nos apresentar. Ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro estava vivendo um processo de Planejamento Estratégico e, por coincidência o atual governador¹⁹, na época senador Lúcio Alcântara aqui em Fortaleza disse, 'olha precisamos trazer a experiência do Rio de Janeiro pra Fortaleza'. Fez um grande trabalho, na época dirigido pelo CIC, e foi decidido a reunir as entidades empresariais: CIC, CDL, FECOMÉRCIO, FACIC, FIEC para sustentar um plano desse, então foi um consórcio que foi estabelecido. Pra não ficar elitizado, então convidamos a Federação de Bairros e Favelas, Cearah Periferia e todas as outras organizações de bases populares como hoje é o NUHAB, Instituto das Cidades, e começamos o trabalho que é justamente pré-diagnóstico, diagnóstico, oficina estratégica, autorização do projeto e relatório final que foi apresentado à comunidade. (Entrevista realizada com o Diretor do PLANEFOR, em 30/04/2004, *apud* VASCONCELOS, 2004, p 25-26)²⁰.

A partir das discussões realizadas no PLANEFOR, cinco eixos de ação foram elaborados para o Centro de Fortaleza, alguns deles já tendo sido concretizados ou iniciados. São eles: elaboração do Plano Estratégico da Área Central de Fortaleza; Parque da Cidade (unindo as Praças José de Alencar e Lagoinha); estruturação do Forte de Nossa Senhora da Assunção como espaço público, turístico e cultural; e implantação de um Centro de Negócios artístico-culturais no Edifício São Luiz e a Complementação do Parque Pajeú (PLANEFOR, 2000). Todos estes em diferentes estágios de execução: uns já concluídos - como é o caso do Plano Estratégico para o Centro, o Centro Cultural SESC São Luiz e a inserção do Forte como espaço turístico; outros ainda incompletos - como é o caso do Parque da Cidade e o Parque Pajeú. Este último possui um projeto já finalizado, porém não tendo suas obras sido iniciadas.

¹⁹ A Gestão Lúcio Alcântara no Governo Estadual se deu entre os anos 2003 e 2006

²⁰ CIC (Centro Industrial do Ceará), FECOMÉRCIO (Federação do Comércio do Ceará), FACIC (Federação das Associações do Comércio, Indústrias, Serviços e Agropecuária do Ceará), FIEC (Federação das Indústrias do Ceará), NUHAB (Núcleo de Habitação e Meio Ambiente).

Conseqüentemente, frente à relevância atribuída às transformações idealizadas para o Centro, estes eixos passaram a receber uma atenção complementar dentro do contexto do PLANEFOR. A partir da movimentação existente na Cidade promovida por um grupo de discussões da sociedade civil denominado Amigos do Centro, que contava com a participação de lojistas, originou-se a idéia de uma organização não-governamental própria do âmbito da CDL, sob a tutela do PLANEFOR, e nos moldes de outras do gênero como o Viva o Centro de São Paulo: a Ação Novo Centro (ANC). Posteriormente esta ONG, já transformada em uma OSCIP (Organização Social Civil de Interesse Público),²¹ além da função de planejar e impulsionar os projetos da CDL relacionados ao Centro, se colocou como uma importante forma de captação de recursos. O atual diretor da entidade nos comenta assim a formatação desta:

A intenção foi inspirada naquele projeto do “Viva o Centro” de São Paulo [...] À medida que a cidade começou a se expandir pro lado leste, pra Aldeota e as pessoas começaram a se distanciar, houve um esvaziamento. A própria Aldeota, hoje é um novo centro. Então que é que aconteceu? A chegada dos *shoppings centers*, que oferecia, segurança, conforto, limpeza, eu acho que foi um dos fatores de esvaziamento do centro. O deslocamento da cidade, na parte de habitação, ter sido todo pra zona leste de Fortaleza e pra zona sul que é o bairro novo do Edson Queiroz, esvaziou. Isso foi um processo natural.

Então a Ação Novo Centro foi criada pra tentar resgatar, principalmente, assim, por que tem o interesse enquanto cidadão das pessoas que montaram a Ação Novo Centro, que é o Pio Rodrigues, o Riamburgo Ximenes. Primeiro por que eles têm interesses comerciais no próprio centro, eles fizeram investimento, suas famílias têm edifícios no centro – o próprio Pio Rodrigues. E enquanto negócio eles viram a necessidade desse resgate. E enquanto cidadão, que são pessoas muito comprometidas, eles gostam do Centro.

Então a Ação Novo Centro foi criada a partir de uma associação chamada Amigos do Centro e que ela cresceu e a gente achou que poderia fazer uma ONG. Foi criada inicialmente como uma ONG, depois que virou uma OSCIP. Por que a OSCIP é mais ágil na questão da captação de recursos. Ela dispensa licitação, por exemplo, quando a gente quer fazer um projeto. (Entrevista concedida em 13/05/2008).

Desta forma, as principais idéias, ou em outras palavras, os “usos” propostos pela iniciativa privada para a área central da Cidade vão ser organizadas ou co-organizadas pela Ação Novo Centro. Além de tratar da execução das diretrizes propostas nos eixos do

²¹ As OSCIP´s e as ONG´s diferenciam-se, principalmente, no caso das primeiras, por estas receberem o reconhecimento do Poder Público no tocante ao tipo de retorno social de suas atividades, podendo assim, receber recursos e estabelecer parcerias com órgãos públicos. (BRASIL, 1999).

PLANEFOR para o Centro, a ANC idealizou outros os projetos de destaque para a região, os quais analisaremos mais a frente. Entre algumas destas idéias estão: o Projeto de Restauração de Fachadas – a primeira iniciativa que se colocou de fato na perspectiva de uma requalificação do Centro, o Projeto da Rua das Praças, a realização de eventos como o “Arraiá do Cumpade Ferreira” e o “Natal de Luz” (QUADRO I – p.89), além da concepção de novas propostas, como atualmente está se dando, com o Projeto dos Belvederes.

Tendo em vista esta movimentação por parte da iniciativa privada, o Poder Público Municipal se sentiu pressionado para atuar em relação ao Centro. Neste sentido, o Prefeito Juraci Magalhães idealiza, entre 2002 e 2003, uma Gerência Administrativa exclusiva para a área central de Fortaleza, dentro do ambiente da Secretaria Executiva Regional II (SER II).²² Entre as principais ações do órgão, além das funções básicas de conservação do patrimônio público municipal no Centro, está o planejamento de projetos de impacto no sentido da requalificação da área central.

Existia já há muito tempo, uma solicitação da própria sociedade de ter um diferencial para o centro da cidade. Com a criação das regionais, o centro ficou com a Regional II, que é a Regional que tem todos os bairros de maior potencial econômico, financeiro, cultural. [...] E o centro ficou inserido no meio desses vinte bairros. O tratamento do centro vinha sendo há muitos e muitos anos dado da mesma forma que era dado a outros bairros e, por uma iniciativa do prefeito Dr. Juraci, atendendo a esse anseio não só da população, mas também de segmentos lojistas que já vinham sugerindo isso há muito tempo. Então foi criada uma gerência que é uma gerência administrativa ligada a Regional II [...]. (Tereza Neumann, Diretora da Gerência Administrativa do Centro em 2004, em entrevista ao autor em 12/01/2004).

Entre alguns dos projetos estratégicos do órgão destaca-se, em 2003, a execução do concurso público de idéias para o Parque da Cidade²³, realizado em parceria com a ANC. Este projeto, que é a interligação da Praça José de Alencar com a Praça da Lagoinha e a união destas com uma estação do METROFOR, forma a maior área aberta do Centro (com aproximadamente 40.000 m²). Por sua vez, este é também um dos projetos mais audaciosos voltados à requalificação do Centro de Fortaleza, sendo considerado um dos maiores

²² As SER's (Secretarias Executivas Regionais) – implementadas no governo Juraci Magalhães nos anos 1990, são as seis subdivisões administrativas da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Nestas, propõe-se uma aproximação entre a população e a atuação do poder público, a partir da execução dos serviços públicos direcionados às especificidades das regiões da Cidade.

²³ Este projeto será analisado de forma mais detalhada no item 2.3.1 deste capítulo

impulsionadores desta. No entanto, a idéia enfrenta como principal obstáculo a resistência e os problemas políticos da retirada do Centro de Comércio Popular, conhecido como Beco da Poeira, o qual se situa, justamente, entre as duas praças envolvidas no Projeto.

Todo este contexto voltado à área central durante o ano de 2003 vai ser marcado ainda pela criação do Fórum Permanente do Centro, instância que foi proposta a partir do meio acadêmico e reuniu representantes das esferas públicas e privadas, além de interessados na temática. Este Fórum, que tinha a intenção de ser uma reunião permanente de tais instâncias atuou somente até meados do ano de 2004. O professor idealizador deste espaço de debate comenta como foi a criação:

A partir do nosso interesse, lá na universidade [Universidade de Fortaleza], na minha disciplina de Urbanismo e Meio-ambiente, nós sentimos que havia uma solicitação em todo o material que a gente leu [sobre o Centro]. Inclusive na Câmara dos Vereadores já tinham sido feitas 25 reuniões, e sempre a conclusão era que deveria surgir um fórum, porque muitas idéias boas estavam sendo lançadas a público e não tinha nenhum escritório ou entidade que coletasse e avaliasse esses dados para formar um banco de dados. Então vimos a necessidade de se criar um fórum. O sentido do fórum é mobilizar a população, mobilizar os profissionais das entidades do poder público no sentido de juntos descobrimos saídas para aproveitar a infraestrutura existente no centro da Cidade” (Arquiteto e professor idealizador do Fórum Permanente do Centro, em entrevista concedida em 17/03/2004, *apud* VASCONCELOS, 2004)

No âmbito do Poder Municipal, a partir da eleição do novo grupo político liderado por Luizianne Lins (Partido dos Trabalhadores – PT) para a Prefeitura de Fortaleza em 2004, todas estas idéias e projetos passaram a contar com mais um órgão no sentido do tratamento da questão da área central da Cidade. Além da Gerência do Centro surge ainda, no dia 3 de maio de 2005, a Secretaria Extraordinária do Centro (SECE).

Esta era inicialmente mais uma instância de orientação técnica das ações voltadas ao Centro, o que muitas vezes causou inclusive uma confusão dentro da definição de funções previstas entre a recém criada SECE e a Gerência do Centro. No entanto, a partir da reforma administrativa realizada no ano de 2008, este órgão se tornou a Secretaria Executiva do Centro, com orçamento próprio e autonomia administrativa frente às outras regionais. A área de abrangência desta toma hoje a região onde se situa as principais edificações de referência histórica para a Cidade, tomando o quadrilátero que vai das ruas Princesa Isabel e

Analisaremos a seguir algumas destas propostas de “usos” idealizadas até hoje para a Área Central da Cidade. Tomaremos em mais detalhes as propostas contidas no Projeto do Parque da Cidade, no Projeto de Restauração de Fachadas e na Restauração do Passeio Público, uma vez que estes se dão em espaços abrangentes do Centro, tanto do ponto de vista físico, quanto simbólico, e já foram quase totalmente concluídos. Esta escolha decorre também da impossibilidade de se estudar todas as muitas ações em curso para a requalificação do Centro; no entanto, não se esquecerá de tecer um breve comentário sobre outras propostas como, por exemplo, a ordenação da Feira da Catedral da Sé.

2.3. – Propostas de usos/idéias para o Centro de Fortaleza

Muitas são as idéias para o Centro de Fortaleza, muitos são os “usos” pensados para uma requalificação da área central, tanto do ponto de vista econômico, como simbólico. No entanto, estas propostas se dão, geralmente, de forma pontual, sem uma articulação maior entre si, fazendo com que muitas vezes sobressaia-se somente o caráter físico das intervenções.

Entre as principais ações estão os projetos estruturados no QUADRO 1. Estes se dão nos seguintes eixos: 1) embelezamento, muitas vezes restringindo-se somente a restauração de equipamentos públicos, sem um programa consistente de ocupação destes; 2) transportes, no intuito de ordenar o fluxo “caótico” de trânsito, que hoje caracteriza o Centro (o que tem impacto direto no volume de vendas do comércio); 3) habitação, o que teoricamente incrementaria o valor simbólico da região, além de incentivar a freqüência ao Centro não só em dias úteis; e 4) estruturação do Centro para uma exploração turística. Outro ponto que se observa é a estruturação do comércio ambulante no Centro, o que é hoje um dos maiores problemas a ser enfrentado pelo poder público e iniciativa privada.

Tendo em vista tais idéias é necessário conhecer como os projetos foram concebidos e qual Centro requalificado estes se propõem a construir. Como forma de entender o que é este pensamento, toma-se aqui o comentário mais detalhado sobre três projetos paradigmáticos: os do Parque da Cidade, da Restauração de Fachadas e da Recuperação do Passeio Público. Estes ajudarão a conhecer os “usos” pensados para o Centro, sendo tais idéias representativas do referencial pós-modernista na Cidade.

QUADRO 1 - Principais projetos previstos ou em execução com impacto no Centro de Fortaleza

AGENTE PRINCIPAL: PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
PROJETO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
LEGFOR	Revisão do Plano Diretor ora em vigor	O relatório final do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPF) 2008 está atualmente em discussão no legislativo municipal
Parque da Cidade	Reconstituição e ampliação da Praça José de Alencar, englobando quadra adjacente (Praça da Lagoinha) e a construção de uma estação do METROFOR.	Foram feitas as reformas no desenho das Praças, no entanto o projeto não foi concluído ainda devido ao impasse na retirada do Beco da Poeira para a construção, no local, da estação do METROFOR.
Restauração do Passeio Público	Restauração física e paisagística do Passeio Público.	A Restauração física e paisagística do espaço foi concluída em outubro de 2007. No entanto, os projetos de ocupação, mesmo sendo tocados por uma organização contratada, não tiveram uma continuidade devido a pouca presença de público.
Reforma e ampliação do Palácio do Bispo para sediar o Gabinete Prefeitural	Reforma estrutural do Palácio e construção de um Parque às margens do Riacho Pajeú aberto à visitação pública	Obra sendo efetuada, prevista para ser encerrada em outubro de 2008.
Reforma da Praça dos Leões e implantação de Iluminação Artística	Reforma dos equipamentos da Praça e instalação de luminárias em áreas estratégicas	Obra concluída em 2008
Bairro Central	Operação consorciada envolvendo a remoção do comércio atacadista da R. Gov. Sampaio, a recuperação do Riacho Pajeú e suas margens, e a construção de condomínios residenciais.	Projeto ainda não implementado. No entanto, importantes incentivos foram dados para a habitação no Centro. Entre as ações de destaque, está a redução de 50% da cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) paras as residências no Centro
Pré-Carnaval da Praça do Ferreira	Evento que leva o Bloco "Concentra mas não Sai" durante os sábados do período pré-carnavalesco	O evento já se encontra na sua quarta edição, sempre com grande presença de público.
Cadastramento dos Vendedores Ambulantes do Centro	Levantamento do número de vendedores ambulantes no centro	Resultados a serem publicados
Remoção da Feira da Sé para um novo local	Cumprimento da medida judicial feita pelo Ministério Público que ordenou a retirada da Feira realizada diariamente na Praça Pedro II (Praça da Sé).	Um novo local está em estudo por parte da Prefeitura. Através de um liminar o Município conseguiu a postergação do prazo determinado anteriormente pela Justiça (junho 2008). Com isto, prevê-se que a medida deverá ser cumprida no princípio de agosto do ano corrente.

AGENTE PRINCIPAL: PODER PÚBLICO ESTADUAL		
PROJETO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Centro Multifuncional de Feiras e Eventos	Construção de equipamento de grande porte para feiras e eventos em aterro na extremidade norte do Centro e da Praia de Iracema	Após diversas manifestações por parte da população sobre a localização, o Governo do Estado está revendo o local.
Restauração do Sobrado José Lourenço	Reforma do Sobrado histórico situado na Rua Major Facundo, 154 e criação de um centro cultural.	Reforma Concluída e as atividades do Centro Cultural estão voltadas a ser um espaço de convivência das artes visuais do Ceará

AGENTE PRINCIPAL: PARCERIAS ENTRE OS PODERES PÚBLICOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL		
PROJETO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
PRODETUR/CE II	Programa de desenvolvimento do turismo financiado pelo BID, com componente de recuperação de patrimônio histórico do Centro.	O Programa vem sendo fonte recursos para diversas restaurações de prédios históricos no Centro. Entre estes, destaca-se os prédios do Museu das Secas e da Associação Comercial do Estado.
METROFOR	Construção de 2 linhas de trens metropolitanos ligando o Centro à Maracanaú e à Caucaia	A construção da principal estação do Metrô no Centro, a qual comporá o Parque da Cidade está impedida pela permanência do prédio do Beco da Poeira no local.
BID-FOR (TRANSFOR)	Execução de projetos dos Planos de Transportes e de Circulação Viária do Município de Fortaleza, reestruturando os corredores de transporte coletivo.	A execução das reformas urbanísticas e técnicas nos planos do Transfor estão sendo realizadas e se prevê sua conclusão até o final do ano de 2008

AGENTE PRINCIPAL: INICIATIVA PRIVADA		
PROJETO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Plano Estratégico de Fortaleza – PLANEFOR (CDL)	Proposição de diretrizes e projetos para o desenvolvimento sustentável do Município.	As propostas sugeridas pelo PLANEFOR foram aplicadas em parte no Centro e as restantes compõem o texto do novo Plano Diretor da Cidade.
Projeto de Restauração de Fachadas do entorno da Praça do Ferreira (Ação Novo Centro)	Projeto que atua no convencimento dos lojistas para reformarem suas fachadas a partir de traços originários do prédio. Estes, por outro lado, recebem material e pessoal especializado para tal.	Foram restaurados até agora mais de 80% dos prédios previstos no plano original.
Natal de Luz (Ação Novo Centro)	Projeto que leva durante o mês de dezembro diversas atrações para celebrar o período natalino. Entre as ações de destaque, está a apresentação de um coral natalino infantil no Hotel Excelsior.	O projeto é um dos que mais reúne público no Centro de Fortaleza. Nos shows do coral infantil no Hotel Excelsior há a concentração na Praça do Ferreira de cerca de 15 mil pessoas a cada apresentação.
Arraia do Cumpade Ferreira (Ação Novo Centro)	Projeto que leva para a Praça do Ferreira durante os meses de junho e julho, quadrilhas juninas, shows de	O projeto está atualmente na sua quarta edição e é juntamente com o Natal de Luz

	forró, feirinha de comida típica e brincadeiras características dos festejos juninos	
Liquida Centro (Ação Novo Centro)	Estratégia de Marketing que articula a realização de promoções conjuntas das lojas do Centro	Promoção que se transformou numa importante ferramenta para a fomentação de lucros nas lojas do Centro em períodos de baixa estação como os meses de setembro, outubro e novembro, por exemplo
Rua das Praças (Ação Novo Centro)	Construção de calçada através dos centros das quadras, desde a Praça José de Alencar até a Praça da Estação.	Segundo o diretor da ANC, Paulo Albuquerque o projeto está prevista para ser executado até o final de 2009
Projeto Belvederes	Ampliação do Passeio Público a partir da cessão dos galpões da 10ª Região Militar (Forte de Nossa Senhora da Asunção)	Projeto em estudo
Restauração do Palácio Iracema (SESI/IAB-CE/CREA-CE)	Restauo do Prédio do antigo Hotel Norte, que já foi também sede do Clube da Sociedade União Cearense, para receber o <i>Museu da Indústria</i> , as instalações da Orquestra Filarmônica do Ceará e a nova sede do IAB/CE (Instituto dos arquitetos do Brasil – secção Ceará).	Projeto Concluído em outubro de 2007
Projeto Fortaleza a Pé (Projeto BNB/ Gerson Linhares)	Passeio turístico realizado a pé pelas ruas do Centro aos domingos. Idéia concebida pelo turismólogo Gerson Linhares e financiado pelo Centro Cultural do Banco do Nordeste	Projeto em execução
Projeto Trem da História (Projeto BNB/ Gerson Linhares)	Passeio turístico realizado por meio de “ônibus jardineira” pelas ruas do Centro aos domingos. Idéia também concebida pelo turismólogo Gerson Linhares e financiado pelo Centro Cultural do Banco do Nordeste	Projeto em execução

Fonte: Adaptado de Secretaria de Planejamento do Município de Fortaleza – SEPLA (apud DOURADO, 2006)

2.3.1 – O Projeto de Restauração de Fachadas da Praça do Ferreira

Um pouco de história da Praça

No espaço onde hoje se situa a Praça do Ferreira achava-se até 1859 um imenso areal, que até então fora chamado de Feira Nova (devido à realização ali de feiras semanais). Posteriormente, já denominada de Praça Pedro II, o logradouro veio mudar de nome novamente com a morte, em 1871, do boticário Ferreira, influente político à época,

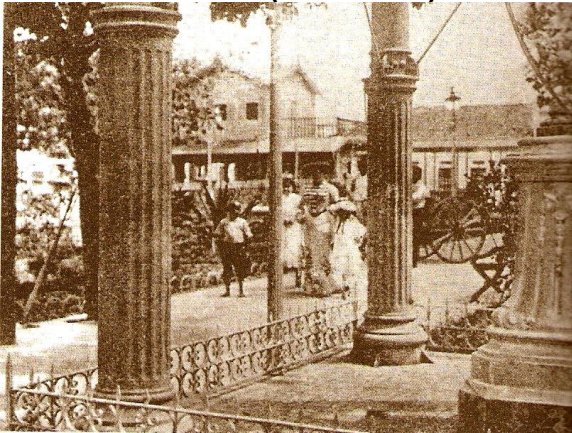
quando o espaço veio homenageá-lo com o batismo de Praça do Ferreira, nome que até hoje perdura.

O desenho da Praça, a exemplo da maioria dos espaços de Fortaleza, foi alterado diversas vezes. Entre estas reformas destacam-se as realizadas:

- em 1902: na gestão do intendente Cel. Guilherme César Rocha, criando-lhe o “Jardim 7 de setembro” e os cafés nos flancos da Praça, denominados de Java, Comércio, Elegante e Iracema;

- em 1920: na gestão do Prefeito Godofredo Maciel, que derrubou os cafés ali existentes e ergueu um coreto no centro da Praça;

FIGURA 49 – Jardim 7 de setembro na Praça do Ferreira (1902 – 1920)



Fonte: Sousa (2000: p. 164)

FIGURA 50 – Coreto no centro da Praça do Ferreira (1920 – 1933)



Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/Fortaleza/index.htm>. Acesso em 21/07/08

- em 1933, na gestão do Prefeito Raimundo Girão, que mandou derrubar o coreto ali existente e ergueu a Coluna da Hora em seu lugar;

- em 1949, na gestão de Moreira da Rocha, quando este construiu no antigo prédio da intendência Municipal, situado na parte norte da Praça um espaço denominado de Abrigo Central – onde se tinha uma série de pequenas vendas e cantinas;

FIGURA 51 – Coluna da Hora. Inaugurada em 1933



Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/Fortaleza/index.htm>. Acesso em 21/07/08

FIGURA 52 – Abrigo Central. Construído em 1949



Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/Fortaleza/index.htm>. Acesso em 21/07/08

- em 1969, na gestão do então prefeito José Walter, o qual, influenciado pela preocupação da ditadura militar em não permitir reuniões públicas “subversivas”, mandou redesenhar a Praça a partir de pavimentos altos e baixos, terminando por desfigurar qualquer resquício do desenho original da Praça;

- e em 1991, quando na administração Juraci Magalhães foi buscada a citação de elementos próprios dos antigos desenhos da Praça. Nesta reforma foi trazida uma nova versão da Coluna da Hora, somada a uma fonte iluminada, além da referência aos cafés nos flancos da Praça, através de arcos “pós-modernos”.

FIGURA 53 - Praça do Ferreira, totalmente mudada a partir da Reforma realizada em 1969



Disponível em:
<http://www.ceara.pro.br/Fortaleza/index.htm>. Acesso em 21/07/08

FIGURA 55 – A nova Coluna da Hora, feita na reforma de 1991

Foto: Leonardo Vasconcelos



FIGURA 54 – Detalhe da Reforma feita 1991 – Arcos em referência aos cafés antes existentes



Foto: Leonardo Vasconcelos

Discussões e Objetivos do Projeto de Restauração de Fachadas da Praça do Ferreira

Tendo em vista a importância que o espaço da Praça do Ferreira representa no imaginário da população de Fortaleza, ressaltado pelo número de intervenções feitas ali pelo Poder Público Municipal, a atuação neste logradouro configura-se como passagem obrigatória do processo de requalificação da área central da Cidade. Isto se iniciou, de forma

incipiente, a partir da reforma realizada em 1991. No entanto, é nos fim dos anos 1990 que o espaço vai se tornar um dos mais visados para as ações requalificadoras realizadas no Centro.

A Restauração de Fachadas de prédios históricos do entorno da Praça, é uma iniciativa da Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL local, através da Ação Novo Centro. O projeto surge em 2001 como umas das primeiras ações de intervenção prática, voltada diretamente para uma concepção de requalificação da Área Central da Cidade. Foi resultado das discussões sobre a temática em dois fóruns: o Fórum Fortaleza 2000, difundido pelo Jornal *O Povo* de 8/11/1999 e o Fórum Adolfo Herbster – *Repensando o futuro do coração de Fortaleza*, realizado no mesmo ano, ocasiões onde foram expressos os anseios mais recorrentes de intelectuais e técnicos de empresas privadas e públicas quanto à requalificação do Centro de Fortaleza.

De maneira geral, o principal diagnóstico era que o Centro encontrava-se esvaziado simbolicamente e carente de um referencial “identitário” que representasse a importância da Área frente à construção econômica e cultural de Fortaleza e, portanto, necessitando, a partir disto, de iniciativas que “resgatasse” o valor simbólico e cultural que o Centro outrora tivera. Neste sentido, a idéia do Projeto de Restauração de Fachadas é iniciar este processo de “resgate” cultural com um tratamento estético àquela área, em especial, o entorno da Praça do Ferreira.

A escolha e a reafirmação deste local como um dos principais ícones do centro de Fortaleza como um todo foi dada, entre outros fatores, pela eleição da Praça como ícone máximo da Cidade em consulta popular promovida em 2001 pelo Sistema Verdes Mares de Comunicação e o Banco Itaú. Na ocasião, a Praça recebeu 22,2% (305.013) dos votos de um total de 1.376.646 votantes, deixando em segundo lugar “as velas das jangadas do Mucuripe”, com 22% (302.252). (DIÁRIO DO NORDESTE, 13/09/2001)

A partir disto, o que o Projeto busca é a identificação do fortalezense com a Praça, como elemento estratégico para o incremento da frequência da área. A expectativa era atingir 40 pontos comerciais, os quais estão distribuídos em 16 edifícios (FIGURA 56), meta esta atingida em cerca de 80%. A partir disto, o que é buscado, sobretudo, pelos técnicos da CDL que idealizaram o Projeto, reflete-se na frase: “*Acreditamos que o Centro de Fortaleza terá um ganho de quantidade e qualidade de público, pois agregaremos à região o turismo cultural e de compras*” (AÇÃO NOVO CENTRO, 2001, p. 3). O atual diretor da ANC comenta assim os resultados deste projeto:

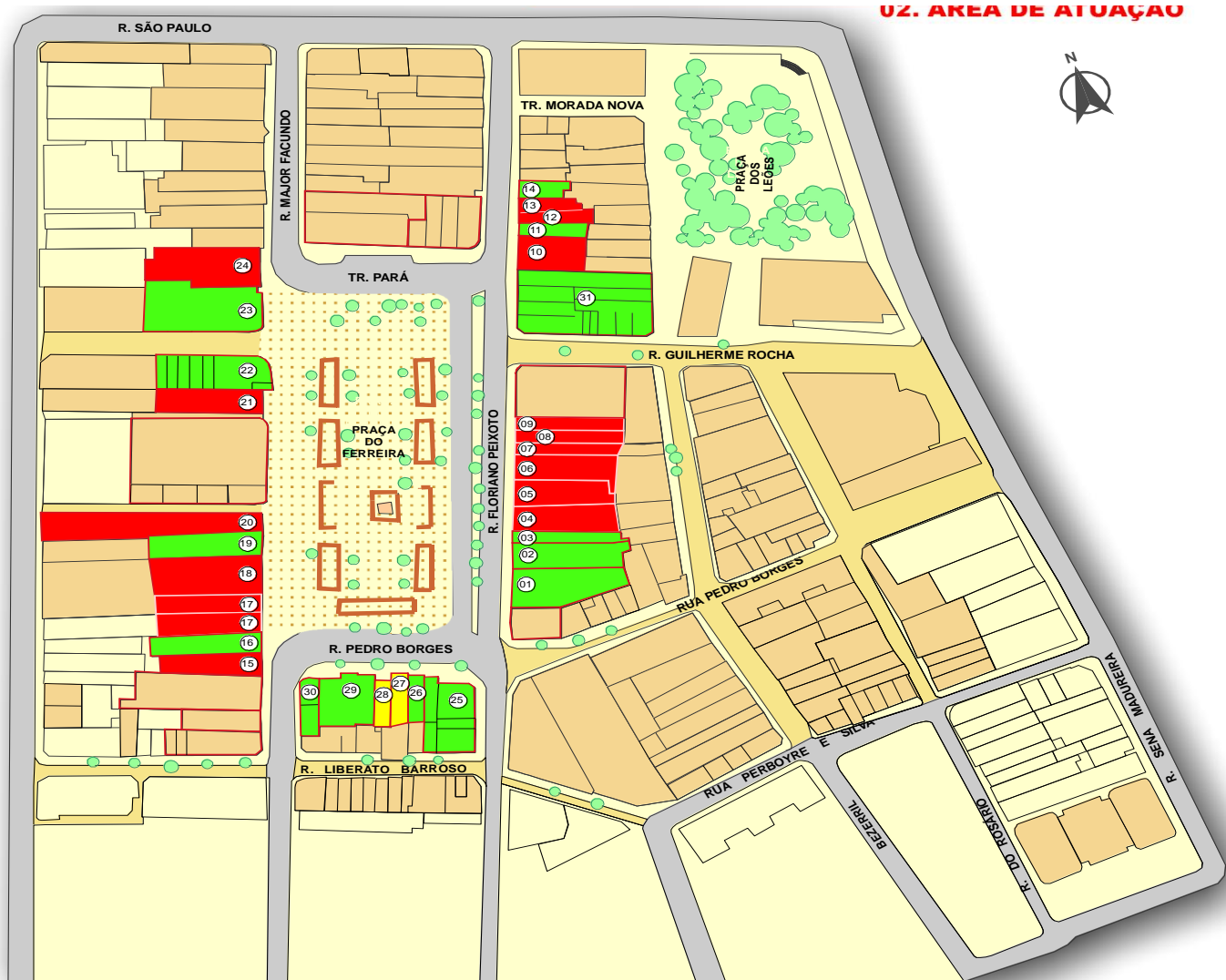
O [entorno] da Praça do Ferreira, 80% foi recuperado, passa lá. É porque a gente não foi percebendo, mas aquele shoppingzinho Lisbonense, Casa Pio, C. Rolim, Farmácia Osvaldo Cruz, aquelas lojas Marisa, aquele pedaço foi todo restaurado. Todos aqueles foram considerados sítios históricos, a tabacaria [...]. O Excelsior não foi feito um trabalho interno nele, porque não foi locado. Só tem uma imobiliária que é a do dono, mas a fachada foi recuperada. Onde funciona o Lescale em cima foi restaurado, a Caixa Econômica foi recuperada. Parece que ficou faltando dois só, desse projeto. É porque não tem muito impacto porque cada um foi fazendo aos poucos. Mas tem um sentido de redução do IPTU, pra quem faz, quem recupera a sua fachada. (Entrevista concedida em 13/05/2008).

O que o Projeto traz é, desta forma, a utilização deste referencial simbólico que a Praça possui no sentido de uma potencialização econômica daquela área. O que viria a completar a requalificação da área iniciada na reforma do princípio da década de 1990, idealizada pelo arquiteto Fausto Nilo²⁴, durante a primeira gestão do prefeito Juraci Magalhães. Nesta reforma, o entorno da referida Praça não foi incluído de forma a integrar o plano arquitetônico que acabou por caracterizar esteticamente o local.

Por sua vez, a reforma das fachadas viria a se unir à principal novidade trazida, a partir da reforma da Praça do Ferreira em 1991: a introdução da estética e da concepção pós-modernista para Fortaleza, aliada à reformulação urbana com base na *gentrification*. Este aspecto é percebido, por exemplo, pelo novo *lay out* conferido à Praça, onde a idéia pós-modernista dos espaços públicos buscou unir ali o contemporâneo ao passado, combinando a história à velocidade dos espaços de fluxos (Ver FIGURAS 57 a 62).

²⁴ Entre outras obras do arquiteto em Fortaleza, destacam-se projetos arquitetônicos como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e a concepção do Novo Centro Multifuncional de Feiras e Eventos – este ainda em discussão devido ao impacto ambiental que provocará, uma vez que a construção do mesmo pressupõe um aterro no mar. Em quase todos seus projetos uma característica principal do Arquiteto é a estética pós-modernista.

FIGURA 56 – Área de atuação do Projeto de Restauração de Fachadas



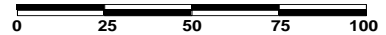
Fonte: Ação Novo Centro – CDL (2001)

LEGENDA

- 01. Loja Otoch
- 02. Loja Otoch
- 03. Alaor Comercial Ltda
- 04. Mundial Vídeo Bingo
- 05. C. Rolim Tecidos
- 06. Fortaleza Bingo Cidade
- 07. Café L' escale
- 08. Farmácia Avenida
- 09. Lojas Helga
- 10. Livraria Paulus
- 11. Dentistas
- 12. Real Imports
- 13. Papel & Cia
- 14. Aulu's Loteria
- 15. Milano
- 16. Farmácia Oswaldo Cruz
- 17. Duda's Burguer
- 18. Ponte Magazine
- 19. Farmácia Avenida
- 20. Marisa
- 21. Banco Mercantil do Brasil

- 22. **Ed. Granito**
 - Pulseira Jóia (R. Major Facundo)
 - Tok Discos (R. Major Facundo)
 - Classic Jóias (R. Guilherme Rocha)
 - Casa Americana (R. Guilherme Rocha)
 - Edésio (R. Guilherme Rocha)
 - Discos Baratos (R. Guilherme Rocha)
- 23. **Ed. Excelsior**
 - Nobre Presentes (R. Major Facundo)
 - Óptica A Hora Certa (R. Major Facundo)
 - Destaque (R. Major Facundo)
 - Center Meias (R. Guilherme Rocha)
 - Centro da Molduras (R. Guilherme Rocha)
 - Inforcel (R. Guilherme Rocha)
 - Cd & Cia (R. Guilherme Rocha)
 - Aliança de Ouro (R. Guilherme Rocha)
 - Super Filme (R. Guilherme Rocha)
 - Belas Jóias (R. Guilherme Rocha)
 - Casa dos Relojoeiros (R. Guilherme Rocha)
- 24. **Shopping da Praça**
- 25. **Conjunto Leão do Sul**
 - Lanchonete Leão do Sul
 - Farmácia Avenida
 - Dammyler Jeans
 - Altos (03 pontos)

ESCALA GRÁFICA



- 26. Ótica Itamaraty
- 27. Roscel Jeans
- 28. Farmácia Pague Menos
- 29. "Ed. Art Decó"
 - Casa Amazônia (R. Pedro Borges)
 - Casa Pio (R. Major Facundo)
 - Altos
- 30. Casa Pio Caçados
- 31. Palácio do Pastor

- PONTOS CADASTRADOS
- PONTOS NÃO CADASTRADOS/ LIMITE QUADRAS
- VIAS / USO PEDESTRE
- EDIFICAÇÕES CARACTERIZADAS
- EDIFICAÇÕES SEMI-CARACTERIZADAS
- EDIFICAÇÕES NÃO CARACTERIZADAS

Todo este referencial estético, que combina passado e presente seria um atrativo para o incremento do consumo na região da Praça do Ferreira e adjacências. Este foi o tipo de argumento utilizado, por exemplo, para o desenvolvimento da estratégia principal do Projeto: o convencimento dos lojistas do financiamento da reforma das fachadas de suas lojas, principalmente, das que detém marquises que obstruem a visão da arquitetura mais antiga, ou que são “desviantes” do caráter histórico-cultural que a Área da Praça do Ferreira inspira.

A partir disto estes lojistas teriam suas lojas reformadas, além de incentivos fiscais como desconto no pagamento do IPTU. Superada esta primeira etapa de convencimento, a metodologia do Projeto se baseia na concepção, por parte dos arquitetos da Ação Novo Centro - CDL, do projeto arquitetônico e do gerenciamento da obra, tendo em vista uma classificação dos prédios históricos em: 1) Caracterizados (aqueles que conservam as fachadas originais, mas em estado de degradação); 2) Semi-caracterizados (aqueles que conservam traços das fachadas originais e localizam-se em áreas estratégicas); e 3) Não Caracterizados (aqueles que a fachada atual tem pouca ou nenhuma relação com a fachada original).

A intervenção nas fachadas não se daria de forma isolada. Segundo o Projeto, há a necessidade de uma série de ações que complementariam o impacto que as reformas viriam a trazer: feiras, eventos artísticos, manifestações políticas, entre outras atividades culturais que deveriam ser incentivadas. Entre alguns exemplos de ações que buscaram atender estas expectativas podemos citar: a realização do “Natal de Luz”, evento que leva, no período natalino, cerca de 15 mil pessoas para ver apresentações como o Coral do Hotel Excelsior; o “Arraiá do Cumpade Ferreira”, festejo junino (com quadrilhas e feirinhas típicas) promovido pela CDL que já se tornou tradicional; a prioridade do Poder Municipal em adotar a Praça como espaço privilegiado de shows promovidos pela Prefeitura; a consolidação do Pré-Carnaval da Praça do Ferreira, com o bloco “Concentra, mas não Sai” (formado por foliões que ali conferem as apresentações do bloco de rua aos sábados à tarde); as muitas manifestações políticas e ações sociais que desde o fim da década de 1990 passaram a adotar a Área quase diariamente como palco preferido; ou ainda, a recorrente presença da imagem da Praça do Ferreira nos cartões postais da Cidade.

Olha, eu venho dizendo que a Praça do Ferreira está estressada [...]. Não temos mais um momento de convivência na Praça do Ferreira, não tem mais aquela história de sentar nos bancos, para os aposentados fazerem o aniversário deles, dizerem poesia, não tem mais. Saiu um evento, entra outro;

saiu um evento entra outro e todos degradando a Praça, não tem um que não degrade. Furam buracos na praça, como é que se diz, querem ligar energia ilegal, entendeu; não tem contribuição, não pagam um centavo, entendeu? (Técnica da SECE, em entrevista concedida em 15/05/08)

Eu acho que a Praça do Ferreira é um ícone da cidade e referencial. [...]. São muitos eventos. É um dia sim, outro não que tem evento na Praça do Ferreira. É Feira dos sebos, lançamento disso, daquilo, cordel etc. Eu acho que isso é bom por que trás e atrai pessoas para o centro, por um lado é muito positivo. Mas por outro lado, faz a gente redobrar os cuidados pra manter a praça limpa. Tem eventos que furam a praça pra fincar as barracas, fazem crateras que tem tomar cuidado. (Secretário da SECE, em entrevista concedida em 12/05/08)

Percebe-se daí que a procura é, sobretudo, por uma construção da imagem da Praça do Ferreira e, por extensão do Centro da Cidade, como espaço de encontro, de lazer e de cultura de Fortaleza. Ambiente este que procura sobrepajar, tal qual a construção de um “produto”, as mazelas e os contrastes sociais refletidos ali, tendo em vista a criação de um ambiente propício à valorização simbólica do Centro, aliada à potencialização econômica daquele espaço.

O que ocorre é que há uma espécie de estetização, ou maquiagem do espaço público. O uso de iluminação e de pinturas que valorizam o estilo arquitetônico (Ver FIGURAS 57, 58 e 59) nas reformas que constituem as requalificações urbanas é a expressão de uma busca por uma espetacularização de cada patrimônio cultural, de cada relíquia utilizada como mecanismo de valorização simbólica e econômica de uma determinada área. Este é o caso, também, das reformas realizadas nos processos de requalificação: do bairro do Recife Antigo - estudadas por Leite (2004); do Centro Histórico de João Pessoa – analisadas por Scocuglia (2004), do entorno do

FIGURAS 57, 58, 59 – Fachadas Restauradas no entorno da Praça do ferreira



Fotos: Leonardo Vasconcelos

Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – analisadas por Gondim (2007), do Centro de São Paulo, pesquisados por Pinto & Galvanese (2006). Todos estes projetos foram patrocinados por entes privados, como a Fundação Roberto Marinho, em parceria com o Poder Público - isto, só para citar casos brasileiros.

FIGURA 60 – Brincadeiras do Arraiá do Cumpade Ferreira



Foto: Leonardo Vasconcelos

FIGURA 61 – Uma das quase diárias ações sociais que se dão na Praça do ferreira



Foto: Leonardo Vasconcelos

FIGURA 62 – Coral Natalino cantando na fachada do Hoel Excelsior. Um dos pontos altos do Natal de Luz



Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/imagem.asp?Imagem=243757>.
 Acesso em 22/07/08

A questão, tendo em vista tais casos, é, sobretudo, o tipo de prioridade que esta estratégia vem tomando no cenário das cidades. Com grande volume de investimentos públicos e privados, esta concepção tem como consequência a disciplinarização do espaço, uma vez que se dê a *gentrification*, em outras palavras, o enobrecimento do espaço.

Isto já se verifica no caso da Praça do Ferreira, onde em etnografia realizada para o meu trabalho monográfico (VASCONCELOS, 2004) pude observar que a presença de mendigos e ambulantes é controlada pela atuação mais intensa de fiscais, se comparada a outras áreas do Centro. Neste sentido, é visível a diferença de público freqüentador e do tipo de fiscalização exercida em outros espaços como a Praça José de Alencar e Praça da Lagoinha, espaços estes com grande freqüência de grupos menos abastados ou tidos como “marginais”.

2.3.2 – O Projeto do Parque da Cidade

Um Pouco de história das Praças José Alencar e da Lagoinha

Já tendo sido chamada de Praça do Patrocínio e de Marquês de Herval e sofrido por pelo menos quatro reformas que a caracterizaram de maneiras totalmente distintas, a Praça José de Alencar já passou por diversos estilos, dos mais comuns à *Belle Époque* à arquitetura típica dos anos 1950/1960. A Praça vem sendo alvo do padrão recorrente das reformas urbanas realizadas ao longo da história da Cidade, nas quais se destrói o antes existente para a consolidação do novo.

O logradouro onde se constituiu a Praça era antes um areal que se localizava em frente à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, nome este que a batizou nos fins do século XIX. Em 1903 (Ver FIGURA 63), é inaugurado um jardim típico do processo de aformoseamento de Fortaleza em sua *belle époque*, o qual possuía em seu centro um coreto, e era batizada de Nogueira Accioly, em homenagem ao Governador do Ceará na época. Este jardim, por sua vez, foi destruído como alvo da revolta popular no processo de deposição de Accioly em 1912 e o coreto foi transferido para a Ponte Metálica (Ponte Velha), sendo a denominação da Praça mudada para Franco Rabelo, o seu opositor. Somente em 1938, na Gestão do prefeito Raimundo de Alencar Araripe, a Praça veio a se chamar José de Alencar, em alusão ao famoso escritor cearense. (CUNHA, 1990, p.215).

FIGURA 63 – Praça Marquês de Herval (antigo nome da Praça José de Alencar – 1903 a 1938)



Em 1979, a Praça é reformada pela gestão de Lúcio Alcântara, quando se transformou em um terminal de ônibus que atendia grande parte da população (FIGURA 64). Neste período, devido ao trânsito intenso de pessoas, o local atraiu vendedores ambulantes dos mais diversos artigos, botequins, tráfico de drogas, prostituição, assaltos, enfim, atividades que contribuíram ainda mais para o afastamento

de um público mais abastado, somando para sua caracterização como local “perigoso”.

Foi na tentativa de mudar este quadro que a gestão da prefeita Maria Luiza Fontenelle, efetuou em 1988, uma remodelação da Praça (FIGURA 65), retirando-lhe os terminais de ônibus e localizando os vendedores ambulantes no outro lado do logradouro, em um local que ficou conhecido como “Beco da Poeira” (FIGURA 67). A reforma caracterizou o local até o início das obras previstas para o Parque da Cidade (FIGURA 66), em 2003. Em 2004 as obras foram paralisadas em função da dificuldade da retirada²⁵ dos comerciantes do Beco da Poeira e a construção do METROFOR (o Metrô de Fortaleza, que ali terá uma estação).

FIGURA 64 – Caracterização da Praça José de Alencar, após a reforma feita na gestão de Lúcio Alcântara (1979 - 1988)



Disponível em:

<http://travel.webshots.com/photo/2370249500086034629MHsL>
Uc. Acesso em 22/07/08

FIGURA 65 – Caracterização da Praça José de Alencar, após a reforma feita na gestão de Maria Luiza Fontenelle (1988- 2003)



Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/Fortaleza/index.htm>.
Acesso em 22/07/08

FIGURA 66 – Vista Aérea da Praça José de Alencar, após o início das reformas previstas para o Parque da Cidade (2003)

Foto: Google Earth 4



²⁵ O impasse na retirada dos comerciantes do Beco da Poeira é marcado, segundo o secretário da SECE pelo “desaparecimento” feito pela APROVACE (Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Ceará das verbas arrecadadas a partir dos donos de Box do local e a construção do novo prédio com um projeto que foi embargado pela Prefeitura por não ter alvará de funcionamento.

FIGURA 67 – Galpão do “Beco da Poeira”, construído na gestão de Maria Luiza Fontenelle (1988)



Foto: Leonardo Vasconcelos

O outro espaço atingido pelas reformas do Parque da Cidade é a Praça Capistrano de Abreu, popularmente conhecida por Praça da Lagoinha. O nome é alusivo a Lagoa antes existente naquele local, que até o ano de 1859 servia de depósito de lixo para a população da época. Por esta razão, como medida de “saúde pública”, foi construída neste período uma Praça por sobre a lagoa, aterrando-a.

Em 1881, o espaço passa a ser denominado em homenagem ao Coronel e Comendador Teodorico da Costa, batismo este que perdura até a gestão do prefeito Murilo Borges, quando, em 1965, a denomina de Capistrano de Abreu. Entre as construções que marcaram a Praça tem-se a presença, nos tempos da *belle époque*, de um grande chafariz (FIGURA 69), que, posteriormente, foi colocado na Praça do Banco do Nordeste (onde se encontra até hoje) e a existência de um coreto que permaneceu até sua demolição no princípio dos anos 2000.

FIGURA 68 – Vista Aérea da Praça da Lagoinha/Capistrano de Abreu entre os anos 1940/1950



FIGURA 70 – Vista Aérea da Praça da Lagoinha atual



Foto: Google Earth 4

FIGURA 69– Detalhe do Chafariz no centro da Praça da Lagoinha



Disponível em:
http://travel.webshots.com/photo/2769756430086034629_LxFRr. Acesso em:
 22/07/08

Disponível em:
<http://travel.webshots.com/photo/2105058150086034629ZdIKaA>. Acesso em: 22/07/08

Concepção da Requalificação do Centro de Fortaleza a partir do Projeto do Parque da Cidade

O projeto do Parque da Cidade, de autoria do arquiteto e urbanista Ricardo Muratori, surge no ano de 2002 com uma compilação de textos em forma de memorial ao projeto arquitetônico que concorreu no concurso de propostas para a Nova Praça José de Alencar. Esta foi uma disputa promovida pela Ação Novo Centro e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza no mesmo período.

Como diferencial básico da praça antecessora, o projeto deveria contemplar a construção de uma das estações do Metrô de Fortaleza²⁶ - que teve recentemente a previsão de conclusão de suas obras aumentada em cerca de três anos, para o início da próxima década (2012). Com isso, a idéia é a remodelação da Praça José de Alencar em sua concepção, tendo em vista o novo tipo de fluxo que a nova estrutura de transporte proporcionará, o que atinge o entorno da área da Praça, tornando necessária uma reestruturação da vizinha Praça da Lagoinha.

Não se restringindo a dissertar sobre as especificações técnicas da construção da obra e tendo em vista o impacto que tal empreendimento, de aproximadamente 40 mil m², pode causar no espaço do Centro de Fortaleza, Muratori apresenta, no projeto, sua idéia do que vem a ser um processo mais amplo de requalificação do Centro. Segundo ele, as intervenções arquitetônicas e urbanísticas devem estar interligadas dentro do espaço urbano. O Parque da Cidade comporia, portanto, um movimento de readequação do Centro, trazendo um novo conceito para a requalificação da área - a junção entre o “velho” e o “novo”, entre o histórico e o contemporâneo, a fim de trazer “novamente” o espírito de auto-reconhecimento da sociedade fortalezense em seu Centro.

Eu vejo atitudes isoladas que são por conta disso, isoladas assim: “- Vamos fazer a intervenção na Praça da Estação”. “- Vamos fazer a intervenção da na Praça da Estação.” “- Vamos fazer a intervenção no Mercado Central”. Faz a intervenção. Mas não existe um plano diretor de ações que busque articular essas intervenções dentro de um planejamento mais amplo, portanto, eu acho que essas intervenções são fadadas ao fracasso. Porque um espaço requalificado do ponto de vista físico e deixado lá isoladamente entregue à mesma situação estrutural que está hoje, vai se degradar igualmente como o que o procedeu. Então essas intervenções são parciais, são meio jogo de

²⁶ O Metrô de Fortaleza – Metrofor se constituirá, em parte, de um metrô de superfície de articulação de duas linhas, entre os municípios de Maracanaú e Fortaleza, o que dinamizará sobremaneira o fluxo entre estas duas cidades da Região Metropolitana quando as obras se encerrarem por volta de 2012, segundo previsões mais recentes dos técnicos de tal obra.

cena na minha opinião. (Ricardo Muratori, em entrevista concedida em 15/05/08)

Neste sentido, o principal entendimento do arquiteto é que o “esvaziamento” simbólico e econômico do Centro foi gerado pela negligência do poder público em articular no Centro aspectos básicos da urbanidade, como circulação, transporte, habitação, meio ambiente, economia e cultura, ocasionando um problema de enormes proporções para a Cidade, com solução possível somente com parcerias entre o setor público e a iniciativa privada.

O que falta ali são outras funções urbanas que, vamos dizer assim, pressione a sociedade e o poder público pela qualidade daquele espaço, só quem faz isso é quem reside ali ou quem usa cotidianamente aquilo em vários horários. Esse público fluido, esse público que vem e vai, não tem comprometimento com a qualidade daquele espaço, mas isso não quer dizer que você tenha que prescindir, deva prescindir dele muito pelo contrário. O que nós estamos querendo, que eu acho que deva ser, é agregar outras funções as que já estão lá. (Ricardo Muratori, em entrevista concedida ao autor em 15/05/08)

As parcerias viriam, antes de qualquer coisa, no sentido de proporcionar a intervenção nas seguintes áreas estratégicas para uma requalificação do centro de Fortaleza:

Sistemas de Circulação

Mal planejamento da circulação de transportes coletivos, de carga, individual/passeio e de pedestres.

Sistemas Viários

Ruas estreitas, sinalização precária.

Sistema Verde

Carências de áreas verdes como Áreas de Renovação ambiental (parques, revitalização de riachos históricos como o Jacarecanga e o Pajeú), má conservação do ajardinamento em praças públicas.

Corredor Cultural

Má preservação de patrimônios históricos.

Habitação

Pouco incentivo a residências novas e às já existentes.

Comércio

Pouco incentivo ao comércio central e falta de ordenação do mercado informal.

Hotelaria

Inexistência de um programa de reestruturação de antigos hotéis e a falta de incentivo aos novos.

A partir destas intervenções o Centro estaria, segundo o projeto, em vias para “se abrir ao mar”, ou, de forma mais clara, ao turismo que hoje se concentra no litoral da Cidade, como mecanismo de impulso a um novo desenvolvimento da Região. Toda uma rede de equipamentos, acessos e novos tipos de uso do espaço do Centro seriam fomentados com a parceria público/privada, buscando, de forma coligada, a revalorização simbólica, para qual, entre outras estratégias, seria dada pelo incentivo à moradia e à preservação do patrimônio histórico e ambiental.

Neste sentido, esta “abertura para o mar”, incluindo-se o Centro completaria e cumpriria em Fortaleza a “sua vocação de metrópole litorânea, sem recair na armadilha de cidade-balneário”. Isto se daria, principalmente, pela valorização do aspecto simbólico aliado ao turismo que a requalificação deve possuir, ressaltando a característica do Centro, de ser referencial simbólico que une Fortaleza através de sua história.

Este tipo de visão dinâmica do centro da Cidade contrasta, no entanto, com o aparecimento, no memorial do Parque da Cidade, de expressões “revivacionistas”. do tipo: “mas é possível erguer uma outra [cidade] com o mesmo espírito” (MURATORI, 2002, p. 01), significando tanto uma representação do passado, feita sob o olhar do presente, como uma volta a um passado “ideal”. Este tipo de perspectiva da Cidade remete, principalmente, ao tratamento dado aos espaços enobrecidos no contexto pós-moderno, que buscam aliar a história “museificada” como elemento diferencial para uma requalificação do espaço, o que parece ser a meta buscada, tal como definida no Parque da Cidade.

Por outro lado, se destaca algumas questões iniciais que o projeto analisado deixa em aberto: que tipo de personagens, símbolos e versões da história serão contados pela remodelação da área central para o turismo? Seria uma versão crítica, fruto de uma reflexão sobre uma cidade que cresceu partida entre centro e periferia? Ou uma versão que segue a prática recorrente das reformas urbanas em Fortaleza, nas quais se busca esconder ou disciplinar a pobreza em prol da inserção da Cidade num padrão de desenvolvimento modernista ou pós-modernista? Aqui, devido à intensificação de uma exploração turística de áreas históricas, pode-se, inclusive, reforçar outros problemas, como a prostituição. Com que tipo de história Fortaleza iria se reencontrar? Estariam estas questões na pauta da requalificação do Centro planejada neste projeto?

Isto remete a um dos pontos de maior destaque no Projeto que é o fato de, em nenhum momento, estar explícito algum tipo de fórum ou de discussão sobre as propostas apresentadas com a população em geral. Isto reflete a prática de alguns urbanistas que

imaginam o espaço urbano a partir do seu próprio referencial simbólico (geralmente convergindo com o dos seus financiadores), muitas vezes, esquecendo que o planejado para um determinado espaço deveria acompanhar a dinâmica própria que constitui cada sociedade. Todo este aspecto se contrapõe, por exemplo, se tomarmos a assertiva proposta pelo arquiteto, do reencontro da “sociedade” fortalezense com o seu Centro.

Deixando estas questões de lado, Muratori segue em seu diagnóstico e coloca que, além do “resgate” simbólico e da diversificação dos “usos” pela atividade turística na área Central, a construção deste “novo Centro” seria convergente com um outro tipo do uso do espaço central: o incentivo à moradia. Desta forma, para o incremento destes dois tipos de usos – o turismo e a moradia – pelo menos dois tipos de intervenções básicas teriam que ser feitas: 1) a adequação de novos usos para antigas edificações subvalorizadas e ameaçadas de demolição; e 2) a recuperação dos espaços públicos e da *área verde*. Para o arquiteto, somente com a valorização destes tipos de usos do Centro serão possíveis os encontros, o lazer, a boemia, convivendo com a oferta de comércio e de serviços já existente, caracterizando assim, uma urbanidade própria da área central de uma cidade.

Esta inserção da moradia viria, inclusive, incentivar o comércio que estaria, segundo o Projeto, em decadência no Centro, devido à concorrência com os *Shopping Centers*. Fato este que contrasta, por exemplo, com dados do Instituto Gama de Pesquisa de Mercado (2005), que revela que pelo menos 75% dos fortalezenses precisam do Centro para fazer compras ou outras atividades.

O que aparece como problemática sobre a relação comércio *versus* habitação é o fato de que, historicamente, a intensificação das atividades comerciais leva à procura por regiões mais tranquilas para a moradia. Isto foi o que se deu em Fortaleza, a partir dos anos 1930, quando outras áreas da Cidade começaram a absorver as famílias mais abastadas que moravam no Centro, criando “subcentros” ou outros pólos de desenvolvimento urbano (JUCÁ, 2003b).

O que se tem, em resumo, com as considerações feitas no memorial do Projeto é a relação apresentada a partir do QUADRO 2. Nota-se, portanto, que o arquiteto tenta buscar soluções para o problema básico da convivência harmônica entre desenvolvimento econômico e preservação simbólica da área. Como estratégia principal, se desenha a opção pelos incentivos ao turismo, à moradia, e uma conseqüente “qualificação” dos “usos” do Centro pela diversificação. No entanto, o que se coloca em questão é o fato de que a área central detém uma força econômica sustentada pelas classes menos abastadas que,

segundo foi visto, englobam a maioria dos consumidores do Centro, e que tem reflexo no fato de pelo menos 75% dos fortalezenses se utilizarem daquela região para as compras.

A questão é como o público atual do Centro será incluído em um processo de requalificação urbana, que corre o risco de recair na armadilha da *gentrification*?. Ou seja, como a apropriação econômica e simbólica pelas classes mais abastadas de determinados espaços, a partir do uso turístico e habitacional do Centro se relaciona com o comércio relacionado com classes de menor poder aquisitivo? Estas questões surgem a todo o momento na análise de uma concepção da requalificação do Centro contida no Projeto do Parque da Cidade. Qual seria o papel reservado aos grupos “marginais”, ou os grupos que hoje “desqualificam” o Centro nas propostas de requalificação, apresentadas para a Área central da Cidade?

QUADRO 2 - Noções Gerais para a requalificação do centro de Fortaleza, segundo o Projeto Parque da Cidade

Metas	Valorização Simbólica		Desenvolvimento Econômico
Estratégias	Moradia	Turismo	Reinserção do Comércio para as classes mais abastadas
Resultados Esperados	Encontros, Lazer, Boemia	Preservação do Patrimônio Histórico	Abertura para o turismo da Praia de Iracema e Beira-Mar
	Qualificação Econômica e Simbólica do espaço do centro de Fortaleza		

Fonte: Criado a partir do projeto técnico do Parque da Cidade - MURATORI (2002)

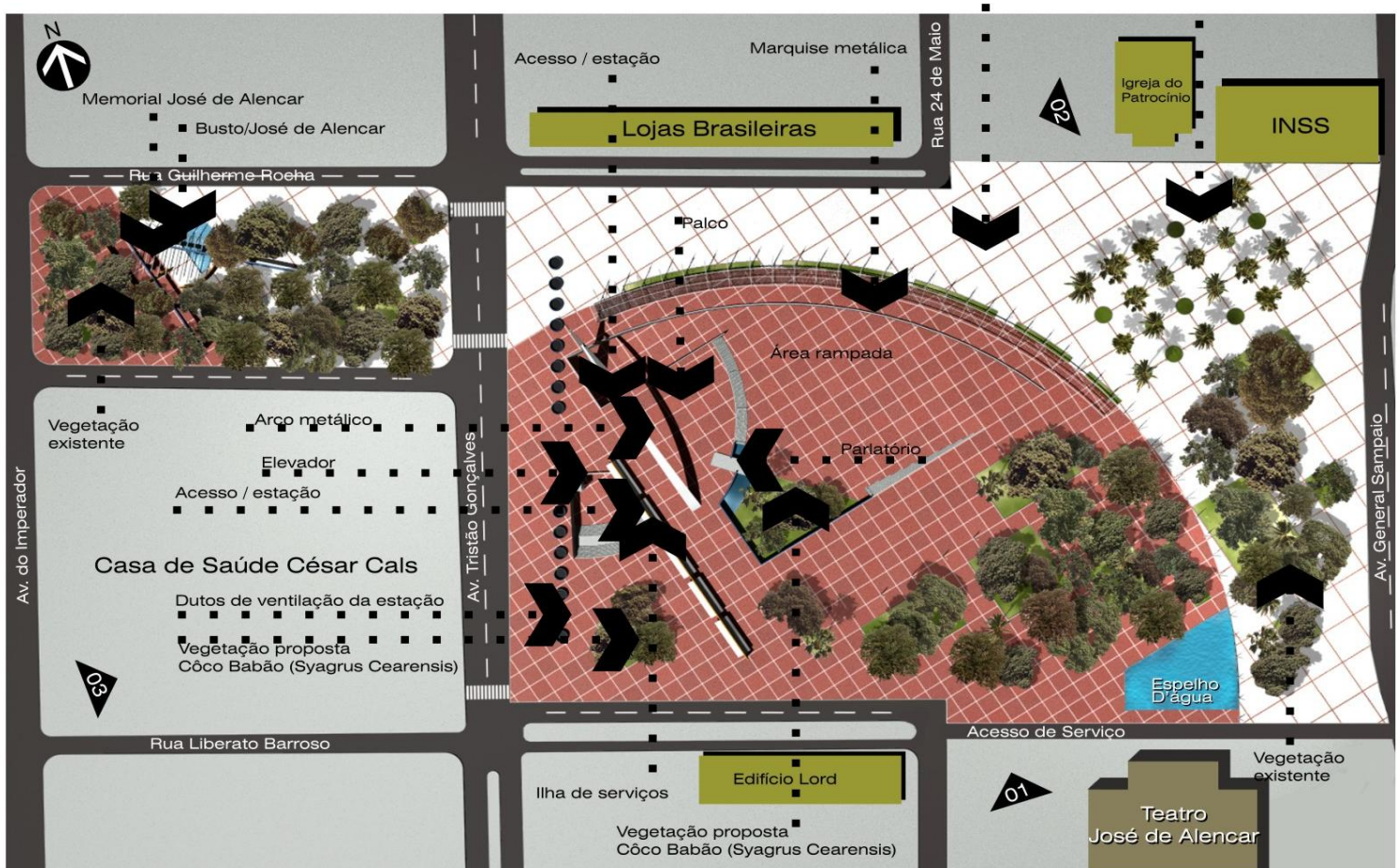
A Proposta Arquitetônica do Parque da Cidade

A proposta arquitetônica que o Parque da Cidade traz para a nova Praça José de Alencar é a busca pela inserção desta na perspectiva da requalificação do Centro de Fortaleza objetivada no Projeto acima exposto. Em seu desenho (FIGURAS 71 e 72) procura-se instaurar ali a combinação entre a velocidade de circulação - proporcionada pelos grandes espaços e a arquitetura que remete à rapidez de meios de transporte, como o metrô, aliada ao referencial histórico, em forma de colagens atemporais, como a presença de memoriais sobre a vida e obra de José de Alencar e outros símbolos que tentam se integrar com a atualidade de elementos estéticos mais contemporâneos.

Coligada a esta perspectiva, Muratori propõe a introdução de um novo conceito para logradouros públicos em Fortaleza - típico das recombinações pós-modernistas: a Praça/Teatro. Ou seja, uma praça que deva estar diretamente ligada ao Teatro, que no caso é o José de Alencar. Esta seria uma forma de unir o popular ao erudito, o cênico à arte de rua.

Aqui vale ressaltar o tipo de relação “apartada” que, segundo Muratori, ao longo do tempo o Teatro (FIGURA 73) teve com a Praça José de Alencar. Fundado em 1912 na gestão de Nogueira Accioly à frente do Estado, o Teatro José de Alencar, quase sempre, foi identificado com o público mais “elitizado”, freqüentador das peças e espetáculos que, geralmente, não contavam com a presença de um público de classes sociais mais diversificadas. A Praça/teatro seria, desta forma, um cenário para o espetáculo da vida social manifestada através do urbano, uma continuidade do Teatro e, por extensão, o Teatro seria uma extensão da Praça.

FIGURA 71 - Planta Geral da Nova Praça José de Alencar (Parque da Cidade)



Fonte: Ricardo Muratori

FIGURA 72 - Vista Horizontal – Parque da Cidade

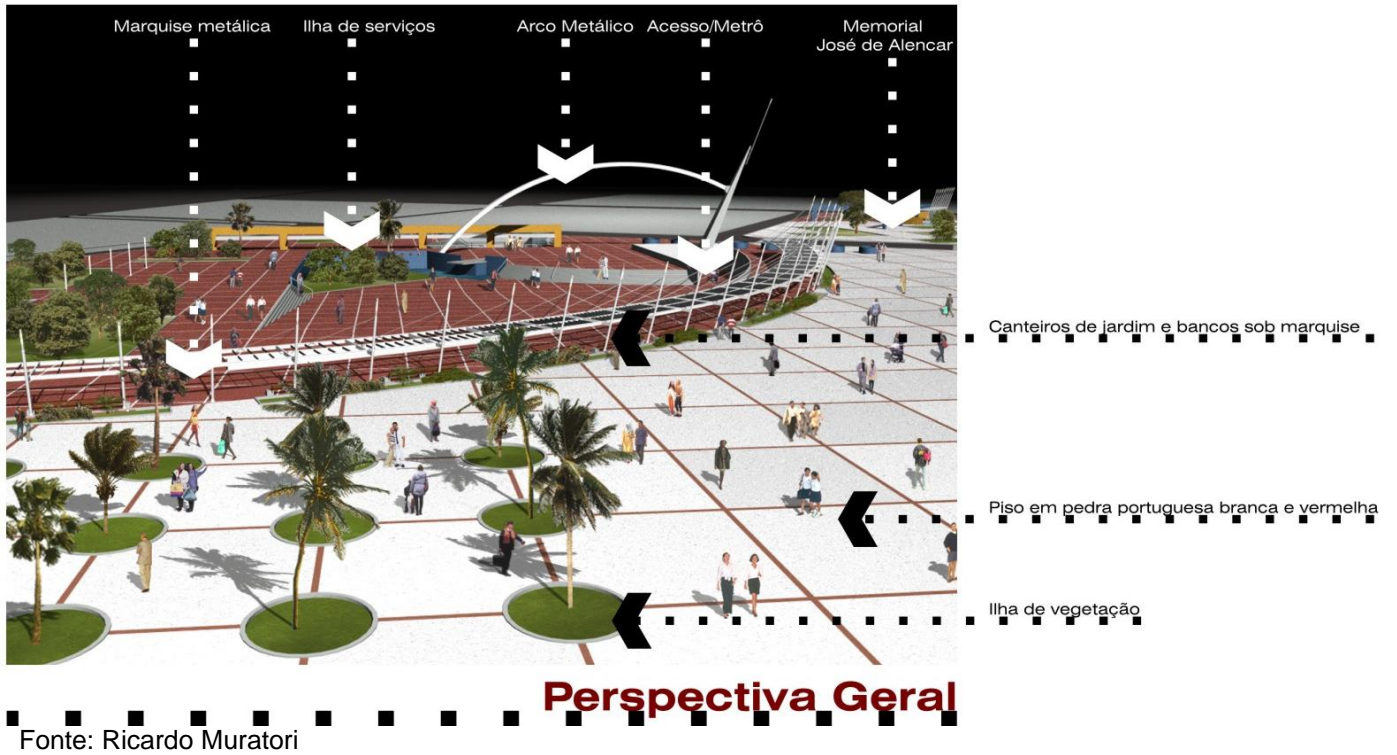
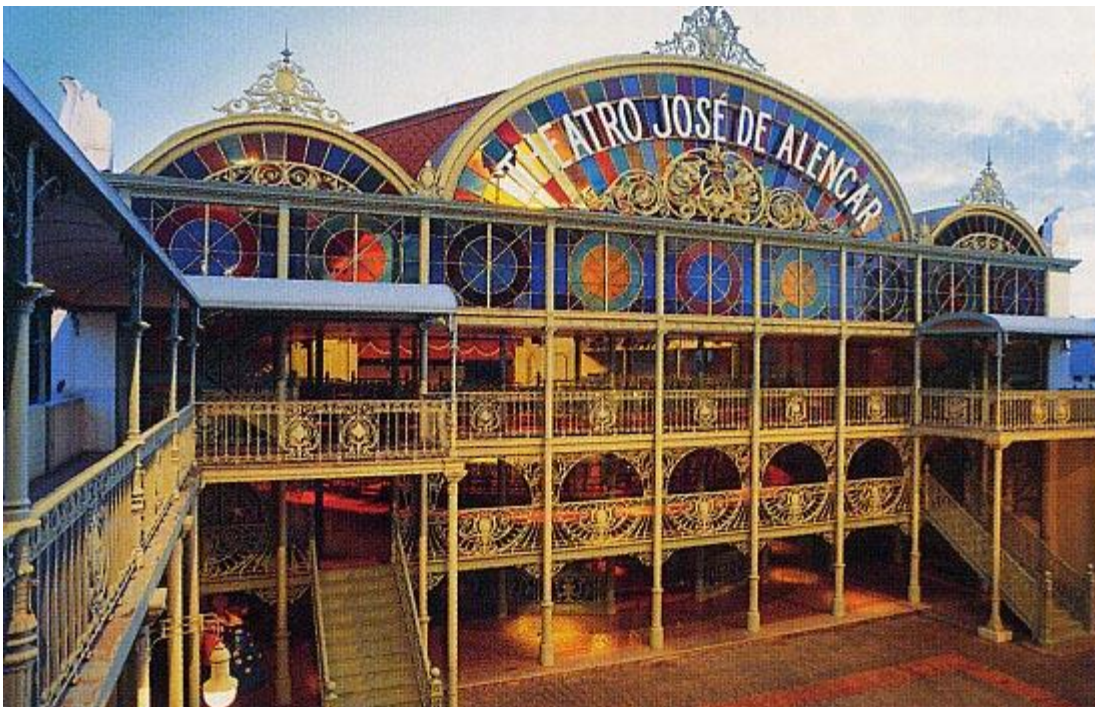


FIGURA 73 – Vista Interna do Teatro José de Alencar



Disponível em: <http://tabuleirocultural.files.wordpress.com/2008/03/cidade05.jpg>. Acesso em 22/07/08

FIGURA 74 – Vista Aérea do Local onde será concluído o Parque da Cidade



Foto: Google Earth 4

FIGURA 75 - Vista Aérea da localização da Praça José de Alencar em relação ao Centro Histórico de Fortaleza

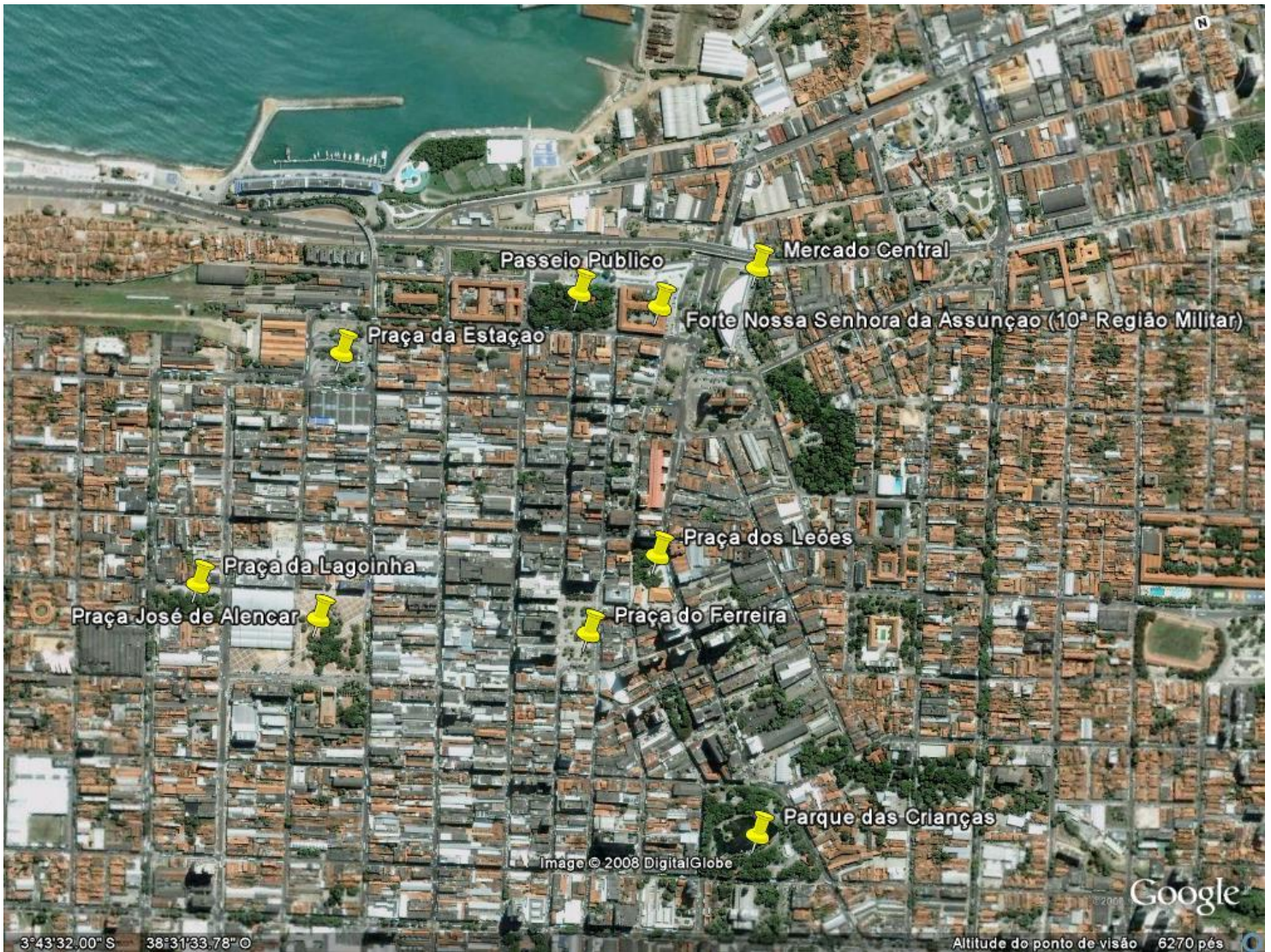


Foto: Google Earth 4

Para tanto, a estação do Metrô - o motivador principal do concurso no qual o Projeto participou - seria sobrepujada ou atenuada por um grande palco dotado de um imenso arco monumental, o qual apontaria a existência deste espaço privilegiado das artes, onde artistas de rua se apresentariam, assim como poderia ser o espaço para se acolher grandes shows e espetáculos com um público massivo. Desta forma, o que se configura é a criação de um enorme espaço aberto para o Centro, que se tornaria referência tanto para a circulação diária de pessoas (que viria a ser a maior da área central de Fortaleza) como em relação a possíveis eventos políticos e culturais que lá teriam lugar.

O parque ele tem um elemento modificado que é um grande arco que sinalizava a presença do palco e do acesso ao metrô. Esse é o único elemento construtivo que tem desse elemento novo, o resto é o pergolado que gera uma certa sombra ali e que faz alusão a estrutura metálica do Teatro que está lá dentro, está dito na memória do projeto e busca criar uma identidade visual para a praça. Eu acho que a cidade também vive de referências visuais e como o parque é imenso, a praça é imensa eu não acho que aquele elemento edificado, que é o único elemento edificado lá, tenha e vamos dizer, seja agressivo no sentido de interferir com os outros elementos. Eu acho que ele apenas sinaliza a presença de um lugar novo, até porque a praça não tem na memória das pessoas uma conformação física que permaneça na memória das pessoas, como tinha a Praça do Ferreira com a Coluna da Hora [...]. (Ricardo Muratori em entrevista concedida ao autor em 15/05/08)

Como é possível observar nas FIGURAS 71 e 72, quase nenhum resquício da Praça anterior é preservado no Projeto, não sendo possível ter noção do que era o espaço, a não ser por meio de fotografias mais antigas. No entanto, é interessante perceber a introdução da noção de Praça Memorial, no caso da reforma planejada para a Praça da Lagoinha, que viria a integrar o Parque.

Nesta, segundo o plano, irá se colocar o monumento a José de Alencar, hoje situado próximo ao Teatro, e uma série de referências às obras do escritor, como o seu livro *Iracema*, por exemplo. Fato este que contrasta com uma noção de preservação histórica mais ampla, uma vez que, por acaso, o nome oficial da Praça da Lagoinha hoje é Praça Capistrano de Abreu, e nela se inclui até uma estátua deste historiador cearense²⁷. O que ocorre é que não se encontra no próprio Projeto nenhuma referência se existirá algum lugar para a homenagem ao historiador no próprio Parque da Cidade ou em outro local.

Este descuido com a questão histórica é percebido ainda por outro aspecto ligado à Praça da Lagoinha. Dali foi retirado qualquer referência ao antigo coreto em forma de lira existente no centro da Praça até o princípio dos anos 2000. Espaço do Centro histórico por reunir as famílias que iam ali ver as apresentações de bandinhas de música, o coreto, inaugurado em 1929 era um dos últimos resquícios do desenho original da Praça, contraditoriamente retirado em prol de um projeto que se põe a tentar unir o antigo e o moderno.

²⁷ Para se ter uma idéia do tipo de tratamento dispensado por uma parte da população fortalezense à estátua de Capistrano de Abreu, situada na Praça da Lagoinha, este mesmo monumento, por ser de bronze, assim como outros existentes na Cidade, já foi diversas vezes alvo de furto, tendo sido recuperada e restaurada em pelo menos três ocasiões.

Aplauda-se a recuperação da Praça da Lagoinha, mas qual o motivo que se pode alegar em favor da destruição de seu belo coreto em forma de lira, exatamente o símbolo da música? Alegam os responsáveis pelo novo projeto, que foi “porque só restava a alvenaria”. Ironiza Marciano: “E por acaso coreto tem porta e telhado?”. Em décadas passadas, a Praça da Lagoinha abrigava as bandas da cidade para apresentações semanais, enquanto românticas mocinhas aproveitavam para flertar com cadetes da Escola Preparatória e mocinhos da “fina flor” de nossa sociedade. Além do lado artístico, que estimulava a familiaridade com a música clássica ligeira e o melhor do cancionário popular do Brasil, sólidas famílias fortalezenses ali tiveram seu início, em furtivos beijos roubados ao som da “Serenata” de Schubert ou de um chorinho de Ernesto Nazareth. (LOPES, *Jornal Diário do Nordeste*, Caderno 3. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/2000/08/21/030001.htm>, Acesso em 22/07/08)

Neste ponto, o próprio arquiteto Muratori admite ter sido um erro a retirada de tal monumento. Em entrevista ele comenta o fato:

E o coreto eu tenho que admitir muito claramente, muito honestamente que foi um erro nosso termos retirado o coreto. Hoje eu revejo essa posição e ele pode não ter uma importância arquitetônica ou artística, mas ele fazia parte da história daquela praça e a gente não deveria ter tirado o coreto ou pelo menos se tivesse tirado, deveria ter tirado deixando a marca do coreto, ou uma sinalização, ou o próprio coreto. Acho que não seria incompatível, quer dizer, no afã de fabricar uma coisa nova eu acho que nós cometemos esse pecado que foi o único erro ali grave que nós cometemos no projeto. Foi esse no qual eu me penitencio particularmente mais do que o restante da equipe. Deveria ter mantido. (Entrevista concedida ao autor em 15/05/08)

Afora as questões ligadas ao referencial histórico de que trata o projeto, outro ponto interessante a se discutir é o tipo de espaço reservado aos vendedores ambulantes, que passariam a compor uma ilha de serviços no Parque. Decorre daí uma tentativa de disciplinamento deste tipo de atividade informal que, segundo o texto do Projeto, caracteriza o “cotidiano de todas as praças (MURATORI, 2002, p. 18)”. Neste sentido, surge a dúvida quanto à capacidade deste planejamento comportar toda a gama de ambulantes e artistas de rua que a Praça hoje tem. Ou ainda, uma vez que esta capacidade não seja suficiente, para onde iriam esses vendedores? Como seria o tipo de fiscalização exercida na Praça? Estas são questões abertas quando se analisa o projeto.

Neste ponto vale salientar o fato que motivou a criação do Beco da Poeira no final da década de 1980, durante a gestão de Maria Luiza Fontenelle na Prefeitura Municipal de Fortaleza, que construiu este galpão para concentrar os inúmeros vendedores ambulantes que ocupavam aquela região do Centro. Atualmente, existe inclusive, uma disputa entre os

próprios comerciantes do Beco da Poeira e os ambulantes da Praça José de Alencar por clientes, uma vez que uma feira Informal é instalada na Praça de segunda a sexta, de 12h às 14h, e a partir das 18h (justamente quando não há atividade de fiscalização no local).

Por outro lado, o Beco da Poeira é também um dos principais entraves a ser solucionado para a concretização do Parque da Cidade, pois o processo envolve a transferência para um outro espaço de mais de 2000 permissionários daquele local, o que já se estende há quase três anos após o início das primeiras construções idealizadas no Projeto. A grande questão é a construção de outro espaço destinado a estes comerciantes. O atual secretário da SECE e uma técnica do órgão comentam este processo:

O entrave do Beco da Poeira foi que ali havia um acordo tripartite [METROFOR, Prefeitura e APROVACE] em torno do dinheiro. Prefeitura comprava e desapropriava as casas na 24 de maio - desapropriou e deu. A associação dos Permissionário – a APROVACE, que no termo de ajuste devia elaborar o projeto e construir o novo Beco da Poeira, ficou na metade. Acabou o dinheiro, teve dúvida na prestação do dinheiro, e por aí vai. (Atual secretário da SECE, em entrevista concedida em 12/05/08)

Então eles [APROVACE] pegaram esta área que a prefeitura tinha desapropriado e fizeram um projeto, só que eles fizeram um projeto da cabeça deles, sem atender legislação urbanística. É uma escada subindo e descendo e pronto, dois andares, uma caixa de concreto, de alvenaria, sem ventilação, sem iluminação adequada, sem segurança, sem aprovação do corpo de bombeiros, sem nada, sem alvará de funcionamento e começaram a construir. Só que aí a quantidade de *box* que tinha que ir para lá era a quantidade de *box* que já existia instalado aqui no beco antigo, entendeu, que está amarrado no termo de ajuste [2000]. Eles pegaram e venderam 500 (quinhentos) *box* a mais por conta própria [...]. (Técnica da SECE, em entrevista concedida ao autor em 15/05/08).

FIGURA 76 – Esqueleto da construção do Prédio para o Novo Beco da Poeira (idealizado pela APROVACE)



Foto: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

A partir da construção desta estrutura de concreto (FIGURA 76) criou-se então o impasse, pois nem a Prefeitura poderia liberar a construção de um prédio sem condições de receber alvará de funcionamento, nem havia mais dinheiro por parte da APROVACE para o término da obra, seguindo-se a legislação urbanística, pois este já havia sido empregado “todo” na obra inacabada, demonstrando daí uma incoerência no manuseio destas verbas. Para solucionar a questão, a Prefeitura sugeriu um novo local, o Galpão da Fábrica Thomaz Pompeu, situado na Av. do Imperador (duas quadras à leste do prédio do Beco atual), proposta esta que está em negociação tanto com o METROFOR (quem iria ajudar o Município com recursos financeiros), como com os permissionários.

Hoje ao andar pelo Beco da Poeira (FIGURA 77), a sensação que se tem é de se estar em um enorme labirinto, onde o assédio por parte dos vendedores se dá de forma constante e quase que automática. Os corredores estreitos e o calor que se sente, devido à cobertura metálica do galpão, propiciam ao consumidor que adentra a estrutura o desejo de sair daquele local o quanto antes - o que é atenuado somente pela variedade de opções de peças de vestuário e pelo preço acessível lá praticado. Todos estes fatores se coadunam com o fluxo intenso de pessoas em um entra e sai que se estende por todos os dias da semana (com exceção aos domingos), reafirmando o local como referência comercial do Centro e da Cidade como um todo.

FIGURA 77 – Vista Interna do Beco da Poeira



Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/imagem.asp?Imagem=171623>. Acesso em 22/07/08

Toda esta discussão em torno da questão do Beco da Poeira serve para exemplificar a precária referência no projeto do Parque da Cidade às implicações políticas e ao processo de discussão que deveria caracterizar qualquer intervenção em um espaço público. Deve-se considerar relevante tal ausência, por ser um tipo de intervenção que modifica sobremaneira a relação que uma área de referência como o Centro tem com a Cidade.

Este fato se coaduna ainda com a mudança do próprio projeto, ao gosto de interesses políticos, que transforma inclusive as proposições apresentadas pelo próprio autor quanto à concepção arquitetônica. Isto foi o que se deu, por exemplo, no caso da construção pela administração do prefeito Juraci Magalhães, no final de 2003, de quiosques na Praça José de Alencar, o que não estava na idéia inicial do Parque da Cidade. Estas construções tinham como objetivo abrigar a oferta de diversos serviços como bancas de jornal, cantinas etc. Estes quiosques, por sua vez, foram alvos de diversos protestos da população, liderados, principalmente, pelo Padre Ferreira, pároco da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, que argumentava, principalmente, que pelo fato da Igreja ser um marco para a formação da Praça, não deveria ter sua visão obstruída por estes quiosques.

Por fim, ao restringir o planejamento urbano a somente um tipo de enfoque - no caso o olhar do arquiteto ou urbanista - o projeto corre o risco de ignorar questões cruciais para alguns setores da sociedade, tais como, os desempregados que utilizam o Centro como espaço de trabalho informal. Deve-se considerar ainda mais grave o fato de que o projeto foi apresentado e aprovado em primeiro lugar em um concurso de caráter público, chancelado pelo poder municipal. Todos estes problemas apresentados pelo projeto passam a ser refletidos, portanto, na sua principal característica até hoje: a descontinuidade. Uma vez que não se deixa claro os passos a serem seguidos.

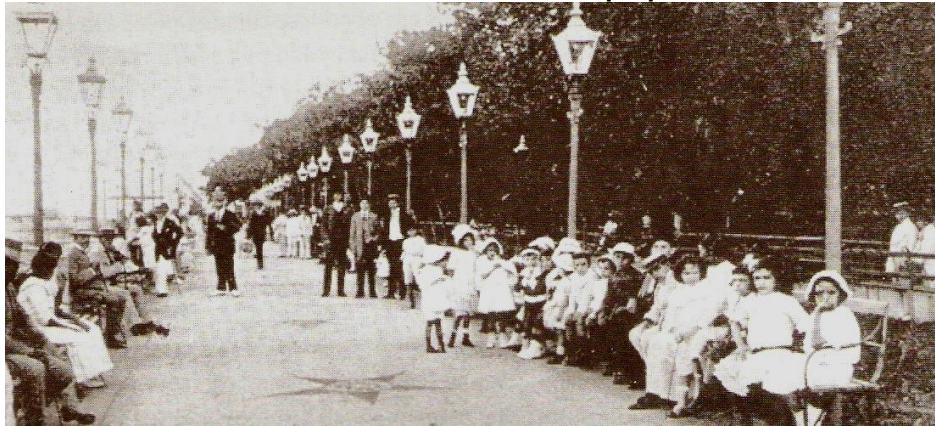
2.3.3 – A Restauração do Passeio Público

Outra medida que merece destaque neste processo de resgate simbólico do centro de Fortaleza, iniciado na última década, é a Restauração do Passeio Público. Espaço referencial na formação da Cidade por ser destino mais freqüente do lazer durante o período da *belle époque*, o Passeio, cujo nome oficial é Praça dos Mártires estava há muito tempo em estágio de degradação, devido à falta de zelo dos Poderes Públicos.

Situando-se ao lado da 10ª Região Militar (Forte Nossa Senhora da Assunção), o Passeio Público foi até o ano de 1879, conhecido como “Campo da Pólvora”, por ser ali o espaço de execução de criminosos, entre os quais, encontram-se, por exemplo, os participantes do movimento da Confederação do Equador (1824) no Ceará, como Padre Mororó, Carapinima, Azevedo Bolão, Pessoa Anta, Padre Ibiapina, todos mortos ali em 1825.

Por esta razão, a partir de 1880 é denominado de Praça dos Mártires (em homenagem aos revoltosos assassinados ali), sendo, no entanto, mais conhecido por Passeio Público, quando nesta época o espaço passa a receber Bandas de Música das Forças Armadas e inaugura-se ali um *ring* de patinação para jovens. Era a principal concentração do carnaval das elites de então, que travavam batalhas de confete na Av. Caio Prado.

FIGURA 78 – Av. Caio Prado, situada no Passeio Público. Espaço de deleite para as famílias ricas da Fortaleza Belle Époque



Fonte: PONTE
(2001, p. 114)

Com a criação de outras atrações culturais na Cidade, como o Teatro José de Alencar em 1910 e os cinemas, nos anos que se seguiram, o Passeio vai perdendo importância para o lazer dos fortalezenses. Apesar de ter sido reformado em 1940 nos moldes do Passeio Público do Rio de Janeiro e de ter sido tombado pelo IPHAN em 1965, a Praça vai caindo em degradação, principalmente, a partir da segunda metade do século XX. Neste processo, o espaço passa ser identificado com atividades marginais como: prostituição, assaltos à mão armada, tráfico de drogas etc.

Em 2007 surge a ação da Prefeitura de restaurar o Passeio através da parceria com a iniciativa privada. São ao todo, segundo o Jornal *Diário do Nordeste* R\$ 870 mil de investimentos financiados, parte pelo Poder Público Municipal (que conseguiu inclusive R\$ 150 mil em recursos do PRODETUR/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste) e parte por empresas. Quanto a este último agente financiador, destaca-se o

impulso prestado à restauração pelo evento de decoração e arquitetura “Casa Cor 2007²⁸”, cuja realização se deu no Palácio Iracema, prédio de frente ao Passeio, nas antigas instalações da Sociedade União Cearense e do Hotel Norte. O evento utilizou a Praça como ante-sala, o que, por sua vez, foi um estímulo a mais para a conclusão das obras. Estas se iniciaram em agosto de 2007 e terminaram no final do mês seguinte, a tempo, portanto, de haver a reinauguração do Passeio Público como parte das atividades de lançamento do Casa Cor daquele ano, que se deu entre os dias 10/10/ a 11/11/2007.

A restauração se deu nos mínimos detalhes, das rachaduras das estátuas, até a reforma do quiosque situado no centro do Passeio (e a retirada deste das atividades da junta militar que ali funcionava). Os elementos paisagísticos do espaço foram cuidadosamente tratados por profissionais especializados em patrimônio histórico do IPHAN e da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC). Na área de segurança tem-se a presença constante de contingentes da Guarda Municipal e da Polícia Militar dia e noite, em tempo integral. Para o desenvolvimento das atividades no Passeio depois de inaugurado, foi contratada uma ONG, com o intuito de coordenar ações recreativas e culturais.

Entretanto, neste ponto pôde se observar a problemática que atingiu a iniciativa de restauração do Passeio Público. A ocupação do espaço se deu nos primeiros meses, conforme prevista, desenvolvendo-se na Praça agradáveis atividades, como a instalação de mesinhas e tabuleiro de xadrez aos fins de tarde para os freqüentadores; a apresentação de grupos teatrais, que encarnavam personagens da época *belle époque* da Cidade; a efetuação de aulas de ioga durante as manhãs; a realização de *shows* musicais de chorinho e de piano em determinados dias da semana; a instalação de um café que vendia lanches, entre outras atividades. No entanto, com exceção da freqüência de um pequeno número de pessoas que vai para o Passeio no horário das sextas, estas atividades ao longo do ano de 2008 foram minguando por não conseguir atrair público. Foram fechando o café e cessando as atividades culturais, até que no fim do primeiro semestre deste ano, o contrato com a ONG responsável pela animação do espaço foi suspenso.

²⁸ Evento que se caracteriza por apresentar as últimas tendências nas áreas de arquitetura e decoração de interiores a partir da escolha de um local específico, onde podem ser vistas tais novidades na prática.

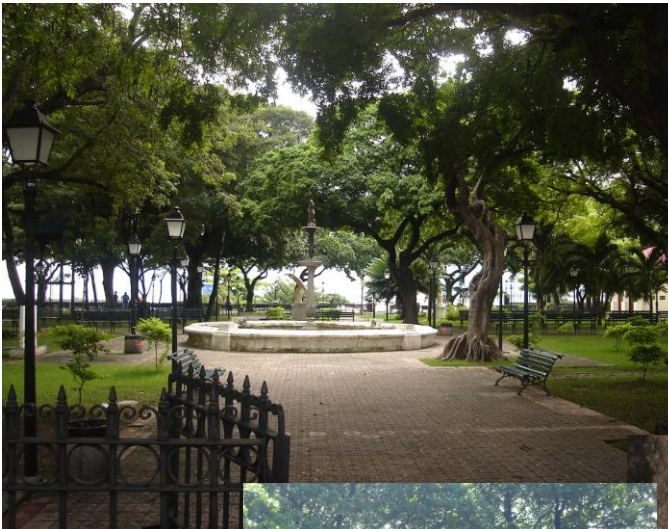
FIGURA 79 – Entrada do Passeio Público

Foto: Kélvia Menezes

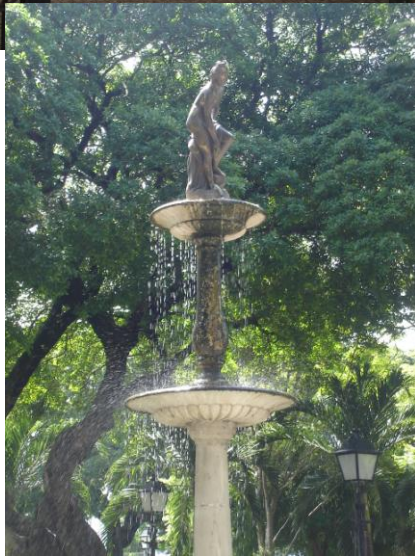
FIGURA 81 – Fonte em estilo neoclássico do Passeio

Foto: Leonardo Vasconcelos

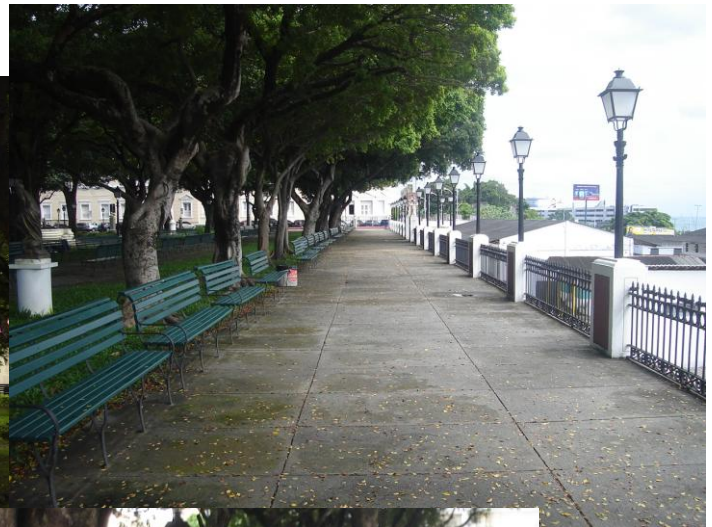
FIGURA 80 – Av. Caio Prado restaurada

Foto: Leonardo Vasconcelos

**FIGURA 82 – O Passeio como local das sestras do Centro**

Foto: Leonardo Vasconcelos

Tudo isto acaba por revelar, em mais um exemplo, a falta de articulação quanto às ações no Centro. De um lado, se tem atividades que ocupam quase diariamente a Praça do Ferreira e a “estressam”; de outro, atividades que minguam por não conseguirem atrair público suficiente para se manter um projeto, a somente algumas quadras de distância da Praça do Ferreira. O funcionário da Prefeitura que administra o Passeio e o secretário da SECE comentam este processo:

O Passeio é muito bom, o Passeio tem segurança, o Passeio é tranquilo, muito bonito, muito iluminado, dia e noite é tranquilidade, não tem problema. Agora está precisando de um apoio, de um apoio total. Uma mídia boa por

parte da Prefeitura, por parte da FUNCET²⁹ e os órgãos do Centro que ajude. (Administrador do Passeio Público, em entrevista concedida ao autor em 28/05/08)

Olha o Passeio Público é uma coisa que eu venho repetindo. Está muito bonito, muito bem preservado, mas, na minha opinião, deveríamos ter eventos mais chamativos. Ele fica muito isolado. A Cidade é costeira, mas a gente não enxerga o mar de Fortaleza. Por que ali no Passeio Público você está vendo o mar, mas não tem continuidade, tem ali a Santa Casa, tem o Quartel. Não leva, não chama ninguém, o povo não tem o hábito. O que era necessário era atividades culturais que fizessem o povo andar por lá. A praça e os eventos são da Funcet, eles faziam chorinho, algumas atividades artísticas, mas eu acho que não está mais acontecendo por que o público era muito pequeno, não deu pra manter. Num iam ficar tocando pra ninguém. Num sei, um bom restaurante ... Tá limpo, tá seguro, os equipamentos foram todos restaurados, mas o povo num vai... (Secretário do centro, em entrevista concedida ao autor em 12/05/08)

Tendo em vista este caráter desarticulado do processo de requalificação da área central de Fortaleza tomemos, a seguir, a análise de alguns projetos que se colocam neste movimento de resgate do Centro, mas que, não atuam em espaços tão representativos para o conjunto da Cidade como os apresentados acima (Praças José de Alencar, da Lagoinha, do Ferreira e dos Mártires). Estes, como pudemos observar no QUADRO I, se mostram em grande número, forçando-nos a escolher de forma arbitrária alguns mais representativos para a análise.

²⁹ Fundação de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Este órgão era então responsável pelas ações municipais no campo da cultura. Com a reforma administrativa realizada em 2008, a FUNCET se transforma em Secretaria – a SECULTFOR (Secretaria de Cultura e Turismo de Fortaleza).

2.3.4 – Outras propostas de usos do Centro

Tomando-se a deixa do comentário sobre a restauração do Passeio Público, analisemos alguns exemplos que demonstram estes novos “usos” na área central; esta mudança de perspectiva do uso do elemento histórico no Centro. Atravessamos a rua João Moreira e vamos à restauração do Palácio Iracema, prédio do referido evento do Casa Cor 2007, ou antigo Hotel Norte e Clube da Sociedade União Cearense. Construção tombada pelo IPHAN que estava prestes a ruir até o princípio dos anos 2000. Em 2003 é adquirido pelo SESI (Serviço Social da Indústria), com a parceria do CREA-CE (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e IAB - CE (Instituto dos Arquitetos do Brasil), os quais se põem a restaurá-lo para abrigar as sedes do Museu da Indústria, da Orquestra Filarmônica do Ceará e do próprio IAB – CE. Concluído no final de setembro de 2007, abrigou, como já se sabe, o Casa Cor 2007.

FIGURA 83 - Palácio Iracema Reformado dias antes de sediar o Casa Cor 2007



Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/opovo/vidaearte/733226.html>.

Acesso: 23/07/08

Ao longo dos anos 2000 é surpreendente a quantidade de prédios históricos sendo restaurados no Centro. Indicativo que o referencial histórico tomou outra importância no tocante ao tratamento da questão do patrimônio em Fortaleza, o qual é valorizado pelo *upgrade* simbólico – e econômico – que proporciona. Vejamos abaixo alguns exemplos disto:

FIGURA 84 – Prédio da Associação dos Servidores Públicos Nacionais (Rua Guilherme Rocha com Castro e Silva)



Foto: Kélvia Menezes, em maio de 2008

FIGURA 86 – Prédio do Restaurante Lions- Praça dos Leões



Foto: Kélvia Menezes, em maio de 2008

FIGURA 85 – Prédio da Associação Comercial do Ceará, em frente ao Passeio Público



Foto: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

Além da valorização do elemento histórico ter tomado setores da iniciativa privada, novos usos estão sendo formatados, ao longo dos anos 2000, a partir do tratamento dos prédios públicos no Centro de Fortaleza. Este é o caso do prédio do IFOCS (Instituto Federal de Obras Contra as Secas), atual Museu das Secas, que até o princípio da década estava em ruínas. Situada no cruzamento das ruas Pedro Pereira e Gen. Sampaio, esta construção tombada pelo IPHAN, está hoje em processo final de acabamento, com financiamento de sua restauração subsidiado

FIGURA 87 – Museu das Secas sendo restaurado



Foto: Kélvia Menezes, em maio de 2008.

por verbas do PRODETUR/NE.

FIGURA 88 – Paço Municipal (Palácio do Bispo) sendo restaurado



Foto: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

do Riacho Pajeú. Outra ação do Poder Municipal importante neste sentido é a recuperação paisagística e iluminação artística da Praça dos Leões (Praça General Tibúrcio).

Foto: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

Outro exemplo destas reformas pode ser tomado a partir da restauração do antigo Paço Municipal, que está em reconstrução justamente para que volte a sediar o poder Municipal. A entrega à população deste prédio se dará juntamente com a construção de um Parque no entorno deste, às margens

FIGURA 89 – Praça dos Leões restaurada com iluminação artística





Fonte: Centro Cultural Sobrado José Lourenço

Neste contexto, estas ações pontuais do Poder Público nos níveis municipal e federal são completadas em nível estadual pela restauração do Sobrado José Lourenço, situado na Rua Major Facundo. Este, até meados dos anos 2000, também se encontrava em ruínas e, após restauro feito pelos estudantes da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu e técnicos do Instituto de Arte e Cultura do Ceará, transformou-se em Centro Cultural destinado a abrigar cursos, palestras, exposições, livraria e café, destacando-se destes, o enfoque voltado às artes visuais.

Em contrapartida a todo este movimento de restauro, que toma como foco a valorização da arquitetura e do elemento histórico como contribuição de um processo de ressignificação da área central da Cidade, merecem destaque também

projetos que vão, justamente, na direção oposta desta perspectiva. Neste sentido, destaca-se aqui a concepção do Projeto da Rua das Praças, idealizado pelo arquiteto Deus-Dará e coordenado pela Ação Novo Centro. Esta idéia se dá em complementação ao projeto do Parque da Cidade e busca realizar a interligação das Praças José de Alencar (Parque da Cidade) e da Estação, a partir da desapropriação dos fundos das lojas dos quarteirões que separam estes dois logradouros.

O objetivo é criar um corredor comercial interligando estes espaços, oferecendo, em contrapartida, para os donos das lojas desapropriadas, duas frentes (uma para a rua 24 de maio e outro para a Rua das Praças). O que se coloca daí é o incentivo às compras naquela região que se daria, entre outras medidas, com a caracterização do espaço a partir de uma estética pós-modernista (diga-se de passagem, em total desacordo com a referência histórica da área). O projeto está em fase de

FIGURA 91 – Imagem geral em planta baixa da Rua das Praças



Fonte: Ação Novo Centro

negociação com a prefeitura e, segundo a Ação Novo Centro, se prevê que seja executado até o fim de 2009. O atual diretor da Ação Novo Centro comenta o Projeto:

FIGURA 92 – Perspectiva do que será a Rua das Praças



Fonte: Ação Novo Centro

FIGURA 93 – Perspectiva do que será a Rua das Praças em relação à referência histórica da Igreja do Patrocínio. Choque de arquiteturas?



Fonte: Ação Novo Centro

Esse projeto aqui chama Rua das Praças. Como é que vai ser? Pega três quarteirões ao lado ali da Igreja do Patrocínio. O que é que tem, aqui tem as frentes das lojas e os quintais são mortos, são focos de dengue, depósito de coisa velha. Porque são construções antigas, que eram muito compridas e estreitas. Qual era a idéia? Rasgar o meio do quarteirão. A gente indeniza as duas primeiras lojas daqui e as duas dali e o proprietário, ele vai ser indenizado, mas em contrapartida o que é que ele vai ganhar? Os fundos pra outras lojas, se ele quiser alugar ou abrir a loja dele pra ter duas frentes. O projeto é do Deus-dará, superbonito. Vão ser construídas estas estruturas, parecem umas árvores de ferro, que tem esta membranzinha, que dá uma filtrada no sol. Então vai ter um certo conforto de shopping. (O atual diretor da Ação Novo Centro, em entrevista concedida ao autor em 13/05/08)

A partir de todas estas intervenções propostas para o Centro é possível perceber que tipo de Centro de Fortaleza requalificado se quer, a partir destes projetos. Estes aliam, sobretudo, a referência histórica à valorização simbólica e econômica do espaço. Este é o principal “uso” proposto, para usar a definição de Leite (2004), exposta no início deste trabalho. A seguir irá se discorrer, justamente, sobre os “contra-usos”, ou o que se opõe a este ideário até agora exposto. Como poderemos acompanhar, estas contraposições são somente mais uns dos problemas ou entraves enfrentados para se requalificar o centro de Fortaleza que, como vimos, também carece de propostas que se articulem entre si.

CAP 3 – CONTRA-USOS DO CENTRO: ESTRATÉGIAS *versus* TÁTICAS DE REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A partir da definição de contra-usos que Leite (2004) constatou na realidade da requalificação do Bairro do Recife Antigo, vimos que as propostas de “usos” oriundas dos processos de enobrecimento urbano não se concretizam como uma totalidade imposta no espaço. Estas “usos” fazem concessões que, muitas vezes, de tão vernaculares e corriqueiras, se estabelecem como uma prática incorporada no resultado final dos processos de requalificação.

Neste sentido, é relevante notar como se dão as negociações na dinâmica do espaço urbano, como os sujeitos se interpõe no jogo de apropriações e reapropriações da realidade das cidades. Os contra-usos se dão, neste sentido, como uma cristalização das práticas desviantes nos usos idealizados por uma estratégia pré-estabelecida. Vale reafirmar que esta última pressupõe uma relação diametralmente oposta às táticas e aos contra-usos no que se relaciona às posições de poder neste jogo: uma é o plano de poder no espaço, e as outras são *fissuras*, ou desvios a este plano.

Isto acaba por definir limites e fronteiras *invisíveis*, onde o resultado destas negociações é percebido e assimilado dentro do espaço urbano. Leite (2004) comenta como se dá esta relação na Rua do Bom Jesus, uma das principais vias atingidas pelo processo de enobrecimento do Recife Antigo:

Sob o sol e sem as luzes que realçam os tons berrantes, as *cores da cidade* da Rua do Bom Jesus eram um cenário de exclusão, constantemente observado pelos olhares que desenham e revelam diferentes territorialidades.[...] A constante subversão espacializada dos usos das calçadas tentava, muitas vezes, demarcar e territorializar relações de poder: se a *calçada-luz* se destinava aos turistas e à “gente de posse”, a *calçada-sombra* era território livre para quem da primeira era excluído. (LEITE, 2004, p. 227-229)

[...] as fissuras no cenário enobrecido continuavam a pontuar suas trajetórias de desigualdade e diferença, revelando mais uma vez o cenário enobrecido do Bairro do Recife. Seus moradores, muitos deles antigos moradores, tornavam perceptível a forma profundamente assimétrica com que “participavam” das festividades do principal Pólo de Animação Cultural da Rua do Bom Jesus: as catadoras de lata (latinhas descartáveis de cerveja e refrigerantes) percorriam, apressadas as ruas, sabendo que sua presença era não apenas indesejada como arriscada. (LEITE, 2004, p.231)

No caso de Fortaleza, a relação, entre contra-usos e as práticas de requalificação na área central, se dá com uma particularidade frente ao processo analisado por Leite (2004) em Recife. Na capital cearense estas estratégias não se dão num conjunto arquitetônico específico, não ocupam uma área contínua. De acordo com o que foi visto, os projetos se dão de forma pontual e espalhada no espaço do centro histórico. As ações não se articulam entre si e, a partir disto, os contra-usos nos locais-alvo dos projetos de requalificação se dão mediante uma negociação típica de cada espaço em questão.

Neste contexto, a diferenciação entre “usos” e “contra-usos” se dá, sobretudo, pelas posições de poder ocupadas por cada agente social. De um lado, tem-se a concepção do Centro, coligada com os referenciais de *city marketing* e as representações inerentes ao caráter global de uma cidade, aliando história a valorização econômica e simbólica – visão esta compartilhada por setores governamentais e da iniciativa privada. De outro, tem-se agentes sociais que desempenham no Centro uma grande profusão de atividades “marginais”, que “desqualificariam” o espaço, como comércio ambulante, prostituição e mendicância.

O que se infere daí é a falta de conexão entre as propostas que buscam “requalificar” o Centro e as questões de cunho social que hoje se apresentam naquele espaço, restringindo-se, na maioria das vezes, a ações que primam pelo aspecto físico da reforma dos patrimônios existentes. Revelam-se nestes dois pontos as principais barreiras para uma transformação mais concreta da área central fortalezense.

Tudo isto se junta à perspectiva eminentemente comercial da região que, entre outras coisas, é identificada pelo comércio voltado à classe média-baixa e às classes mais pobres da sociedade local. Isto se configura como elemento definidor da dinâmica das ruas e das praças e, em consequência, a dinâmica que é trabalhada, tanto pelos “usos”, como pelos “contra-usos” verificados no Centro. É, sobretudo, o elemento regulador das ações da região.

Tendo em mente estas características do caso de Fortaleza, passemos a conhecer como se expressam estes contra-usos nos principais espaços alvo de ações de requalificação. Como veremos, foi feita, a partir de visitas em campo com observação sistemática, a opção de mapear as formas de apropriação destes espaços. Tenta-se expressar daí, a dinâmica particular destes, utilizando estes mapas ou cartografias como instrumento de comparação entre o que é objetivado nos projetos (conforme com o que foi exposto no capítulo 2) e a realidade da ocupação atual dos espaços no Centro.

3.1 – Caracterização dos espaços do Centro: cartografias

3.1.1. - A Dinâmica das Ruas

Atualmente, no âmbito da área do centro de Fortaleza, há uma circulação diária de 300 mil pessoas que, de alguma forma, utilizam os serviços ali oferecidos. Há 8 mil lojas que geram 22 mil empregos diretos, arrecadando recursos que representaram, em 2003, 14,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado ou, em outras palavras, cerca de R\$ 144 milhões, segundo dados da organização Ação Novo Centro³⁰.

Este quadro se expressa no trânsito constante de pessoas e mercadorias; na velocidade do urbano, ali representada; na pressa dos passantes ao andar; na luta para demarcar o próprio território dentro de um labirinto de quarteirões; na compressão de corpos nas estreitas calçadas, entre camelôs, pedintes etc.; no espaço exíguo, que faz os transeuntes descerem as calçadas e passarem a disputar espaço com carros, motos e bicicletas o direito de ir e vir. É assim, que o Centro se parece à primeira vista, um não-lugar (Augé), um espaço de passagem.

O barulho é ensurdecador. A disputa “no grito” por consumidores, feita pelos anunciantes das lojas através de pequenos e potentes amplificadores nas entradas dos estabelecimentos e em “carros de som”, torna sofrível aos ouvidos menos acostumados uma simples caminhada pelas ruas. Soma-se a isto tudo o sistema de alto-falantes montado em algumas ruas do Centro, denominado de “Rádio Central”, que executa calmas canções em meio à confusão urbana.

FIGURA 94 – Retrato das Ruas do Centro. Cruzamento das ruas Barão do Rio Branco com Guilherme Rocha



Foto: Leonardo Vasconcelos, em junho de 2008.

³⁰ Dados apresentados na 2ª reunião do Fórum sobre o centro de Fortaleza, realizado em 19/03/2004

No olhar das pessoas refletem-se diversos sentimentos, mas a necessidade de auto-proteção é marcante dentro deste ambiente de riscos como furtos e acidentes automobilísticos, além da queda nos buracos das mal conservadas calçadas, onde qualquer descuido pode levar ao chão. Isto se soma à proteção contra a “feia visão” dos mendigos deitados no chão e do certo “peso” na consciência que eles causam; do lixo derramado a céu aberto, que ocupa o espaço por onde se devia passar, do calor, entre outros fatores. Assim, as pessoas que se encontram como transeuntes deixam transparecer uma vontade imensa de chegar logo ao destino para se encontrarem a salvo dos perigos e mal-estares que se sente nas ruas e calçadas da área central.

Este quadro se dá em quase toda extensão das ruas do centro histórico. No entanto, percebe-se ao caminhar nas ruas dali uma diferenciação do tipo de público freqüentador e do tipo de comércio característico em áreas específicas. Isto é que se revela na visível diferença entre a região mais ligada às classes menos abastadas, como o entorno da Praça da Lagoinha e da Praça José de Alencar (no sentido oeste-leste) e a área do entorno da Praça do Ferreira que, em geral, atrai pessoas com uma melhor condição financeira.

Por outro lado, o berço histórico da Cidade, oferece também uma outra visão, em que determinados espaços e seus personagens típicos se apresentam revelando traços que contam muito do processo de formação do que é hoje Fortaleza. Este encontro se dá com facilidade no Centro, revelando um misto entre cultura de metrópole e de cidade do interior, seja na disposição dos lugares ou nas práticas que lá são desenvolvidas, como as apresentações dos artistas de rua, ou mesmo, na arquitetura de espaços como o Parque das Crianças, que possui um ar bucólico com os seus cisnes, patos e seu lago em meio a um dos pontos de maior trânsito da Cidade (Ver FIGURA 95).

FIGURA 95 – Parque das Crianças



Foto: Leonardo Vasconcelos, em junho de 2008.

Desta forma, com este misto entre o ritmo frenético do “vai e vem” próprio da modernidade, na correria de quem sempre tem algum assunto urgente a tratar, nas compras inadiáveis das mais novas promoções, ou ainda, sob a perspectiva de quem apenas flana

nos espaços bucólicos daquele pequeno universo, percebe-se uma característica que pode qualificar o Centro: a sua face impressionantemente mutante.

Isto se reflete na delimitação dos horários e dos respectivos personagens próprios, seja quando se fale da confluência ou espécie de conjunção marcante que parece existir quando se reúne o maior número de pessoas nas ruas, justamente, nas horas mais quentes do dia; seja quando ocorre o entardecer ou o final de semana, que revelam outro público, com práticas bem diferentes do que se imagina no Centro.

Ao cair da noite, por exemplo, o Centro sofre uma metamorfose, e traz um tipo de prática totalmente diferente da que se desenrolou durante todo o dia. Este forte traço é apresentado na parte que se conservou ainda residencial, situada de forma mais uniforme entre as avenidas Duque de Caxias e Domingos Olímpio. Neste trecho, algumas casas ainda carregam, por exemplo, o costume tradicional das rodas de “bate-papo” nas calçadas, que se iniciam em torno das 17:30h e vão até aproximadamente às 19h. No período noturno, o Centro dá lugar também aos “botecos” e aos seus freqüentadores que procuram uma diversão acessível, seja em meio à música “brega” ou a *karaokês*, os quais se concentram, principalmente, em ruas como a General Sampaio e Pedro I; ou ainda através dos muitos motéis lá existentes. É de noite que se revelam também personagens como travestis, garotos e garotas de programa, bêbados e vigias.

Os finais de semana, por sua vez, também apresentam características marcantes. Aos sábados repete-se, durante o horário comercial, a rotina da semana, talvez até com maior intensidade pelo público que reserva as compras para este dia. Aos domingos, por outro lado, podemos observar ali um aspecto quase desértico (Ver FIGURA 96), já que quase nenhuma atividade é desempenhada, a não ser em ocasiões especiais, quando

há *shows*, ou em datas como o Natal. No entanto, nos finais de semana, o período do cair da tarde revela visitantes nas praças mais centrais, como a do Ferreira. Os visitantes são em

FIGURA 96 – Rua Sen. Pompeu. Uma das mais movimentadas do centro durante os dias úteis, no domingo se transforma num deserto.



Foto: Kélvia Menezes, em junho de 2008.

pequeno número, constituindo-se, principalmente, de famílias de moradores das localidades não muito distantes dali que, em sua maioria, trazem seus filhos para passearem.

Aliás, no que se relaciona a forma de ocupação das ruas do Centro é interessante relacionar a descrição apresentada até agora à perspectiva de análise desenvolvida por Magnani (2000). Este, a partir de uma antropologia urbana realizada de *perto e dentro* (Geertz), realizou o reconhecimento empírico de arranjos sociais em seu estudo realizado na região central de São Paulo. Ali, ele aplicou determinadas categorias que puderam caracterizar a dinâmica própria daquele espaço: *pedaços, manchas, trajetos, pórticos e circuitos*. Neste sentido, para se ter um noção um pouco mais aproximada de como se dá a dinâmica das ruas no centro de Fortaleza, estas categorias servem para ajudar a esquematizar os arranjos sociais formados nesta dinâmica.

[...] [as categorias] surgem a partir do reconhecimento de sua presença na forma de arranjos concretos e efetivos por parte dos atores sociais, e podem também ser descritas num plano mais abstrato. Neste caso, constituem uma espécie de modelo, capaz de ser aplicado a contextos distintos daquele em que foram inicialmente identificados. (MAGNANI, 2000, p. 20)

Primeiramente, devemos nos relacionar com o conceito de *pedaço*. Este seria uma denominação para os pontos de aglutinação próprios dos grupos sociais; lugar onde eles “se reconhecem como portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo e modos de vida semelhantes.” (MAGNANI, 2000, p. 22). Seriam os espaços que, frente ao conjunto da sociedade local, são identificados como de determinados atores sociais. Podemos perceber o entendimento deste conceito com expressões tais como: “ali é o ‘canto’ dos ‘maconheiros”” ou, “ali é o ‘canto’ das prostitutas”, ou ainda, “ali só dá gente ‘chic’”. O *pedaço* se dá, sobretudo, como esta demarcação do espaço social, onde as fronteiras territoriais de cada grupo aparecem frente à sociedade através da apropriação de locais para o exercício de códigos comuns, expressões típicas, vestimentas etc.

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI, 1986, p. 116)

No centro de Fortaleza, apesar de numa primeira impressão imaginar-se um logradouro quase impossível de se determinar *pedaços*, frente à velocidade e à transitoriedade ali vistas, podemos identificar diferentes tipos e padrões desta forma de sociabilidade. A partir da elaboração de uma tipologia dos grupos sociais diurnos e noturnos, é possível determinar quais os pontos que são visivelmente demarcados como espaços próprios a cada um, e assim, revelar o padrão de ocupação do Centro.

Dentro da grande maioria de consumidores das lojas e estabelecimentos que constituem o perfil predominante do público do Centro, foram detectados dez grupos principais, cada um com espaços próprios e símbolos que os caracteriza de forma particular, e que revelaram seus *pedaços*³¹. Eles foram divididos em: grupos dos “antigos” (formado por velhos comerciantes, aposentados ou antigos freqüentadores); “estudantes” (formado pelos estudantes das escolas existentes no centro); “religiosos” (evangélicos, católicos e praticantes de umbanda); grupos das “classes sociais de menor poder aquisitivo”; “moradores” (moradores da parte ainda residencial do centro); “topiqueiros”; “*rockeiros, reggeiros e hip-hoppers*”; “boêmios”; grupos do “comércio sexual” (formados por prostitutas, travestis e garotos de programa) e de “homossexuais”.

QUADRO 3 - Grupos Sociais que se destacam no centro de Fortaleza quanto aos seus “pedaços”

PERÍODO DIURNO		
“Antigos”	“Estudantes”	“Religiosos”
“Rockeiros, Reggeiros, Hip-Hoppers”	“Moradores”	“Topiqueiros”
Classes Sociais de “Menor poder aquisitivo”		
PERÍODO NOTURNO (SEMANA E FINAIS DE SEMANA)		
“Boêmios”	“Comércio sexual”	“Homossexuais”

Fonte: Observação Direta

No que diz respeito aos aspectos mais gerais, os padrões dos *pedaços* revelaram que a maioria dos grupos utiliza as praças do Centro para demarcarem seus espaços. Entre eles, destacam-se os grupos dos “antigos”, dos “estudantes” e dos “religiosos”, que caracterizam com freqüência estes espaços. À noite, por sua vez, algumas praças

³¹ Ver em anexo a descrição pormenorizada dos *pedaços* encontrados no centro de Fortaleza

apresentam ainda outros grupos e outros espaços, tais como os referentes ao “comércio sexual” e dos “homossexuais”. No caso dos “antigos”, por exemplo, em decorrência de apostas, jogos e de acaloradas discussões políticas, as praças oferecem espaços formidáveis de sociabilidade. No caso dos “estudantes”, as praças apresentam um espaço para os namorados, para os encontros nos finais ou intervalos de aula, ou ainda para se “gazear” aula. Para os “religiosos”, traduzem-se em um espaço propício à divulgação de sua fé; para o grupo do “comércio sexual”, como um espaço de livre acesso, onde seus clientes podem facilmente os encontrar. Enfim, as praças constituem um marco fundamental para a sociabilidade, como em qualquer cidade.

Desta forma, dentre os aspectos mais gerais citados, podemos caracterizar também os *pedaços* mais específicos que foram observados no Centro. *Pedaços* curiosos que se revelam, por exemplo, no espaço dos “*rockeiros, reggeiros e hip-hoppers*” - situado no 3º andar da Galeria Pedro Jorge; no espaço dos “topiqueiros” - situado na Rua Jaime Benévolo, ao lado do Colégio Cearense; no *pedaço* dos homossexuais na Praça do Ferreira - que os reúne principalmente nos finais de semana, à noite; no *pedaço* dos moradores da parte mais residencial, que se reúnem principalmente na praça do 5º Batalhão da Polícia Militar; ou ainda, nos espaços dos boêmios, situados nos bares de ruas como a General Sampaio, Pedro I e Meton de Alencar.

Outras opções de espaços próprios de determinados grupos sociais foram reveladas também em exemplos como as antigas barbearias e os bingos para o grupo dos “antigos”, e as lanchonetes próximas aos colégios para os “estudantes”. Por sua vez, em grupos como o dos “religiosos”, se observaram espaços subdivididos. Como exemplos, citam-se: os pontos apropriados para evangélicos, como o térreo da Galeria Pedro Jorge, e outros espaços propícios para estas correntes de fé, como as pregações nas Praças do Ferreira, Lagoinha e José de Alencar; espaços próprios para os católicos, como é o caso da loja das Edições Paulinas; e outros para praticantes de umbanda - situados, respectivamente, nas ruas Castro e Silva e General Bizerril.

Por outro lado, foram encontradas dificuldades em determinar os *pedaços* dos mendigos e de meninos moradores de rua, os quais, pelo caráter extremamente móvel e presença em grande parte do centro, não nos deixou afirmar com certeza seus pontos aglutinadores. No entanto, alguns marcos em que regularmente pode ser observada uma concentração de personagens deste grupo são: a escadaria do Theatro José de Alencar, as

praças José de Alencar, da Lagoinha, dos Leões e do BNB (onde inclusive à noite é distribuído um sopão solidário oferecido por entidades assistenciais).

Em outra perspectiva, há diversas áreas que demonstram forte poder de sociabilidade e que são facilmente aglutinadoras. São estes, locais como os pontos de táxi, mototáxi e as bancas de aposta do jogo do bicho, “PARATODOS”. Presentes em toda a região do Centro, estes pontos aglutinadores constituem uma rede social em que colegas de trabalho e comerciantes vizinhos se reúnem em conversas que ajudam na espera de passageiros ou apostadores.

Frente a toda esta diversidade de público freqüentador e, principalmente, pela perspectiva do Centro baseada nas relações de comércio, pode se caracterizar o conceito de *mancha*. Segundo Magnani (2000), este conceito é compreendido a partir de uma perspectiva mais ampla do *pedaço*. Ou seja, a *mancha* seria um ponto de referência mais abrangente, que perpassa diversos grupos, os quais se reúnem para uma determinada atividade ou prática predominante em seu espaço, sem necessariamente se conhecerem:

Existe uma forma de apropriação quando se trata de lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de freqüentadores. Sua base física é mais ampla, permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências e sem o estabelecimento de laços mais estreitos entre eles. São as manchas, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. (MAGNANI, 2002, p. 22)

Numa *mancha* podem abrigar-se diversos estabelecimentos de uma mesma atividade, os quais demarcam um espaço contíguo na paisagem urbana. Por exemplo, em uma *mancha* de atividades ligada à saúde, pode se observar um conjunto de diversos estabelecimentos afins, tais como farmácias, hospitais e clínicas. Todo este quadro constrói, assim, um ponto de referência quanto à atividade para os diversos grupos sociais de uma cidade.

A partir da observação feita nas ruas do Centro, além de perceber uma enorme variedade de oferta de serviços e artigos que ali se faz presente, encontra-se uma representação curiosa do conceito de *mancha*³². Esta representação configura uma parte mais comercial do Centro, na região que vai da Avenida Duque de Caxias até a Guilherme Rocha (entre as ruas 24 de maio e Floriano Peixoto). Esta área abriga a maior parte das lojas

³² Ver anexo para a descrição pormenorizada das *manchas* e *pórticos* encontrados no centro de Fortaleza

de oferta de bens de consumo e o maior fluxo de pessoas, caracterizando-se na grande *mancha* comercial do Centro. Podemos encontrar também, além desta, muitos exemplos deste tipo de arranjo social em menor escala, principalmente, quanto às concentrações específicas de alguns serviços ou tipos de estabelecimentos demarcados em determinadas áreas, onde o público sabe que vai encontrar certos serviços ao seu dispor. Toda esta situação termina por ser um fator decisivo na imagem do Centro como local de referência para as compras, pois pode se encontrar “de tudo” em um local determinado.

Dentro destas características se delimita algumas manchas tais como: a concentração de lojas de confecções, rendas e/ou bordados, que se espalham desde a rua Pedro I, próximo ao Parque das Crianças até a rua Dr. João Moreira, na EMCETUR (Empresa Cearense de Turismo); na concentração de lojas de calçados, móveis e eletrodomésticos, principalmente no quadrilátero das ruas Senador Pompeu e Floriano Peixoto (entre a Pedro Pereira e a Guilherme Rocha); na concentração de serviços automotivos que têm como destaque uma *mancha* bem delimitada na rua Clarindo de Queiroz, de atendimento a motocicletas; nos estabelecimentos de eletrônicos e óticas em quase toda a extensão da rua Pedro Pereira; na concentração de oferta de linhas, tecidos e elétricos em parte significativa da rua Pedro I; e na concentração de lojas de brinquedos e artigos para festa na rua Castro e Silva.

De uma forma geral, como observamos acima, a maioria das *manchas* que podem ser vistas no centro de Fortaleza remetem a uma relação de compra e venda de bens de consumo. No entanto, existem outros tipos de *manchas* que também se destacam e que mesclam esta oferta com os serviços de instituições públicas. É o que acontece na concentração de estabelecimentos e serviços em torno dos grandes hospitais existentes no Centro, como o Instituto José Frota – IJF, o Hospital Geral César Cals – HGCC, e o serviço de atendimento clínico da Associação dos Merceeiros, que agrupa farmácias, clínicas e até funerárias. Nesta linha, observa-se ainda, apesar de não serem serviços públicos somente, as *manchas* que se formam em torno de estabelecimentos escolares, os quais concentram quase sempre um número considerável de bares e lanchonetes que formam uma *mancha* característica, como é o caso das grandes escolas da Avenida do Imperador e das regiões em volta da Faculdade Marista, Lourenço Filho, SENAC e Ari de Sá.

Uma vez analisados *pedaços* e *manchas*, podemos pensar também que, além destes modelos explicativos que tentam facilitar o entendimento das demarcações territoriais “fixas” dos grupos sociais, cabe descobrir como se dão os arranjos sociais da transitoriedade, ou

seja, entender os arranjos resultantes dos caminhos percorridos pelos diversos personagens no Centro, ou ainda, tentar compreender as escolhas que influenciam na tomada por este ou aquele percurso que interligam os *pedaços* e as *manchas*. A este conceito que também denota um outro tipo de modelo explicativo, Magnani (2000) chama *trajeto*.

“[...] trajeto aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas. [...] Assim a idéia de trajeto permite pensar tanto uma possibilidade de escolhas no interior das manchas como a abertura dessas manchas e pedaços em direção a outros pontos do espaço urbano e, por conseqüência a outras lógicas” (MAGNANI, 2002, p. 23).

Os fluxos recorrentes dos grupos sociais que caracterizam os *trajetos* são diretamente influenciados pelo sistema de transporte urbano existente. Isto reafirma a importância do Centro como um grande terminal para a Cidade, pois os fluxos em foco são influenciados, principalmente, pela localização dos pontos de partida e chegada dos ônibus e microônibus (“topics”), que na área central, vêm de quase todas as localidades da Região Metropolitana de Fortaleza. Ao largo disso, ainda há o acesso às ruas através do transporte individual público (táxis e mototáxis) ou privado (automóveis, caminhões, motocicletas, bicicletas).

Desta forma, o desenho geral dos *trajetos* no Centro é identificado quando localizamos os principais acessos. Estes, representados em sua maioria pelo sistema de pontos de ônibus, podem ser divididos em: os facilitadores de deslocamentos à parte mais comercial, situada entre as ruas Guilherme Rocha e Pedro I, e em vias como a Av. Duque de Caxias, Av. do Imperador, Ruas General Sampaio, Pedro Pereira, Sena Madureira, Castro e Silva e praça do BNB, além dos pontos de intenso embarque e desembarque, inclusive de cidades vizinhas, nos pequenos terminais como os da praça Coração de Jesus, da Estação e Domingos Olímpio; e os que facilitam o deslocamento à parte onde se concentram mais as escolas, hospitais e residências, como os pontos de ônibus da Faculdade de Direito, Antônio Pompeu e Domingos Olímpio.

Outros indícios que revelam o tipo de *trajeto* regularmente tomado pelo público do Centro podem ser colocados a partir da localização da rede de estacionamentos e os pontos de táxi e mototáxi. Nos primeiros, a taxa que se paga fica mais cara, por exemplo, quando se aproximam, principalmente, do entorno das ruas Pedro Pereira e Guilherme Rocha; e nos segundos, revela-se maior presença, em geral, nas áreas próximas às praças.

Ainda para uma melhor identificação dos arranjos da transitoriedade e dos caminhos escolhidos pelos grupos sociais, podemos nos remeter a um outro conceito. Este se traduz, justamente, em espaços não escolhidos como caminho, os *pórticos*. Os *pórticos* são os espaços vazios da paisagem urbana, são as “terras de ninguém”; e quando se passa por eles, sente-se a noção das fronteiras, a qual tem como característica principal a questão da indeterminação.

Os trajetos levam de um ponto a outro por meio dos pórticos. Trata-se de espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem à mancha de cá, mas ainda não se situam na de lá; escapam aos sistemas de classificação de uma e de outra e, como tal, apresentam a ‘maldição dos vazios fronteiros’. (MAGNANI, 2002, p. 23)

O maior número de *pórticos* no centro de Fortaleza é encontrado em duas regiões (ver anexo 2): uma, que demarca a divisão entre as regiões da parte mais comercial - situada a partir da Av. Duque de Caxias e que vai até a rua São Paulo; e da parte mais residencial - localizada no trecho entre a Clarindo de Queiroz até a Domingos Olímpio; e uma outra, que demarca uma região de menor fluxo de pessoas em comparação com o restante do espaço do Centro, que é a área que vai da rua Senador Alencar até a Dr. João Moreira (principalmente no trecho entre Sen. Pompeu e Floriano Peixoto). Estes trechos foram identificados com a percepção em campo do contraste de fluxo entre estas áreas e ruas vizinhas, de tráfego de pessoas e veículos bem mais intenso, comparativamente.

Dentro do quadro apresentado, nos resta ainda, explicar um último modelo que difere de todos os outros por tentar apreender um arranjo social que não possui uma contigüidade espacial. Este se dá na noção de *circuito*. É a categoria da reunião de *pedaços*, separados dentro do espaço urbano, que se caracterizam por oferecer serviços e bens próprios de alguns grupos sociais.

Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contigüidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais: por exemplo, o circuito gay, o circuito dos cinemas de arte, o circuito neo-esotérico, dos salões de dança e shows *black*, do povo-de-santo, dos antiquários, dos *clubbers* e tantos outros” (MAGNANI, 2002, p. 23-24)

Quanto ao centro de Fortaleza, exemplos típicos de *circuitos* estão diretamente relacionados com os grupos sociais e o conjunto dos respectivos *pedaços* já abordados anteriormente. Podemos ainda destacar os *circuitos* que se caracterizam por englobar outros tipos de atores sociais não específicos do Centro, como: o *circuito* de perspectiva *cult* - que engloba estudantes, trabalhadores e turistas em atrações artísticas no Centro Cultural do Banco do Nordeste, e os múltiplos sebos e livrarias; e o *circuito erótico*, que engloba - nos muitos motéis e cinemas pornôis existentes - os grupos do “comércio sexual”, “homossexuais” e “classes de menor poder aquisitivo”.

Toda esta análise sobre a dinâmica das ruas do Centro acaba por revelar um espaço com uma enorme multiplicidade de práticas e sujeitos sociais. Este fato serve para iniciarmos uma desconstrução da questão do esvaziamento simbólico da região, alardeada tão fartamente como um das causas dos projetos de requalificação da área central. Neste sentido, vale indagar: o que significa este esvaziamento simbólico, se há um grande número de grupos sociais que se apropriam do Centro, e que dia e noite produzem representações simbólicas daquele espaço. Quem define ou o que constrói esta imagem “esvaziada” do Centro?

3.1.2 – *Praça José de Alencar*

Uma vez colocada, de forma geral, como se dá a “pulsção” do coração da Cidade, ou seja, como e por quais sujeitos se dá a dinâmica de ocupação de suas ruas e praças, vale nos determos com maiores detalhes, às formas de reapropriação social em alguns dos espaços alvo dos projetos de requalificação no centro de Fortaleza. Tomemos aqui a análise sobre a dinâmica de ocupação da Praça José de Alencar.

FIGURA 97 – Caracterização da Praça José de Alencar quanto à sua dinâmica da ocupação, a partir de pesquisa de campo feita em maio de 2008



Fonte: adaptado de Google Earth 4 pelo autor

QUADRO 4 – Dinâmica da Praça José de Alencar, segundo áreas definidas a partir da pesquisa de campo feita em maio de 2008

<p>Área 1 (Beco da Poeira) – no horário de funcionamento, de 8h às 18h</p>	<ul style="list-style-type: none"> - No Beco da Poeira há uma ala na lateral da construção, dedicada a eletrônicos, miudezas, DVD's falsificados, e frutas - No resto do espaço da construção o que se vê são corredores estreitos, abarrotados de lojas de pequenas confecções de peças íntimas, moda praia, blusas, calças, calções, bermudas etc.
<p>Área 2 (Espaço ao Lado do Beco da Poeira) – todo o dia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Área de fluxo que se caracteriza por ser um grande vazio de sombra (de dia) e sem aglomeração de pessoas.
<p>Área 3 (Sentido Norte – Flanco Esquerdo Superior)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Área de Limite com o Beco da Poeira. - Área de Fluxo com presença de muitas banquinhas de camelôs (artigos diversos: roupas, eletrônicos, miudezas etc). - Área de Estacionamento no final de uma pequena rua que chaga até próximo do Beco.
<p>Área 4 (Sentido Norte – Flanco Esquerdo Inferior)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um areal onde não tem muitas pessoas paradas (até porque não tem bancos). - Área de passagem. - Na parte de limite com a área cimentada existe um arco e uns cepos de concreto onde há uma concentração de vendedoras de café/prostitutas. - Ao cair da noite são instaladas mesinhas e cadeiras com venda de bebidas e tira-gosto.
<p>Área 5 (Sentido Norte - Parte Superior Central) – em frente à Igreja do Patrocínio</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma série de banquinhos. - Concentração de prostitutas/vendedoras de café, que também guardam produtos para vendedores na Praça. - A partir das 18h há a instalação da feira da Praça nesta área.
<p>Área 6 (Parte Central da Praça)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Área de apresentação de artistas de rua (palhaço Caçarola, Ventriloquo, Quebra-coco etc), os quais parecem ter um cronograma já estabelecido de apresentações. - Bancos lotados de idosos, apostadores, prostitutas/vendedoras de café, vendedores de água de coco. - Concentração de pessoas na estátua de José de Alencar dormindo, descansando, assistindo às apresentações de rua. - Concentração de pessoas para assistirem às apresentações dos artistas de rua. - À noite a área é freqüentada em sua maioria por prostitutas e mendigos que se abrigam para dormir na estátua de José de Alencar.
<p>Área 7 (Sentido Norte - Parte Inferior Central) – em frente ao Teatro José de Alencar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Concentração de Carrinhos de Catadores de Materiais Recicláveis. - Ao cair da noite são instaladas mesinhas e cadeiras com venda de bebidas e tira-gosto.
<p>Área 8 (Sentido Norte - Flanco Direito Superior)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Antes do meio-dia e por volta das 14h30 o material da Feira fica abrigado, em grande parte, nesta área, principalmente, em frente ao CEMJA. - Destaca-se a falta de arborização e conseqüente pouca presença de pessoas paradas. Esta é eminentemente uma área de fluxo. - A partir das 18h há a instalação da feira da Praça nesta área.
<p>Área 9 (Sentido Norte - Flanco Direito Inferior)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de Engraxates. - Banquinha de Rosas de Plástico. - Presença de Ambulantes vendendo água de coco.

Fonte: Observação sistemática

FIGURA 98 – ÁREA 1:
Os corredores estreitos do Beco da Poeira



FIGURA 99 – ÁREA 2: O vazio urbano da Praça sem sombra



FIGURA 100 – ÁREA 3: Banquinhas em frente ao Beco da Poeira



FIGURA 101 – ÁREA 4: Banquinhos freqüentados por prostitutas/vendedoras de café



FIGURA 102 – ÁREA 5: Banquinhos freqüentados por prostitutas/vendedoras de café e feirantes



FIGURA 103 – ÁREA 6: Área utilizada para apresentações artísticas, descanso na estátua e rodas de conversa



FIGURA 104 – ÁREA 7: um misto entre terra e ladrilhos. À noite espaço de instalação de mesas com venda de bebidas



FIGURA 105 – ÁREA 8: Área aberta sem sombra, espaço de passagem e à noite local da feira



FIGURA 106 – ÁREA 9: Grande presença de banquinhas de vendedores deflores e engraxates



Fotos: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

Tendo em vista a idéia inicial da reforma que se deu em 2003, e que ainda não foi concluída devido ao impasse da retirada do Beco da Poeira, a Praça não se transformou, por enquanto, no Parque da Cidade. Portanto, não se pode fazer a relação mais completa com o cerne da proposta criada por Muratori em seu projeto arquitetônico que, entre outras coisas, inclui a materialização ali, do conceito de Praça/teatro.

No entanto, a reforma inconclusa acabou por caracterizar a Praça de uma outra forma: a indefinição e o descompasso entre o desenho do espaço e as práticas tomadas nele. Isto se mostra, por exemplo, na presença de grandes áreas abertas de terra e de áreas ladrilhadas, que faz com que se alterne entre estes dois tipos de terrenos ao caminhar pela Praça.

Por outro lado, mesmo não sendo terminada e não se configurar ainda em uma Praça/teatro, a partir da finalização do projeto de Muratori, a Praça José de Alencar se caracteriza por ser um palco de muitos espetáculos urbanos. Isto se mostra, por exemplo, pelo cronograma semanal de apresentações de artistas de rua que se dá na área central da Praça. Ali se possui um elenco de *show men*, como o “Ventríloquo” (FIGURA 103), o “Quebra-Côco” (FIGURA 108), e o “Palhaço Caçarola” (FIGURA 107)³³. Estes concentram um grande número de pessoas, que formam um círculo/palco (demarcado na hora por uma marca d’água) e dedicam o seu tempo e dinheiro (recolhido em forma de donativos aos artistas) por um pouco de diversão no cotidiano corrido do Centro.

FIGURA 107 – As atrações circenses do Palhaço Caçarola

Fotos: Leonardo Vasconcelos,
em maio de 2008



FIGURA 108 – A concentração do “Quebra-Côco”



³³ Para um conhecimento mais detalhado destas práticas que caracterizam o cotidiano da Praça José de Alencar ler “Pedaços da Cidade, Palcos da Vida”, dissertação de Lídia Valesca Pimentel (1998), apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

FIGURA 109 – As vendedoras de café/Garotas de Programa



Foto: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

Todas estas apresentações são acompanhadas de perto por um público que fica deitado, descansando no monumento a José de Alencar, e outros que ficam sentados nos bancos desta parte central da Praça, que também fica lotada por vendedoras de café – que na verdade, grande parte, é formada por prostitutas, as quais durante o dia utilizam-se deste artifício para negociar programas com seus clientes³⁴. Outro público que se faz presente, em

menor número, é o de aposentados, que utilizam aquele espaço para apostas e jogos de tabuleiro.

No entanto, o maior espetáculo urbano que saltou aos olhos nas observações das pesquisas de campo na Praça José de Alencar foi a feira livre montada ali em horários específicos. Esta se consolidou neste ano de 2008 e é realizada de segunda a sábado nos seguintes horários: 1) de segunda a sexta (meio-dia às 14h; e a partir das 18h – com exceção das quintas-feiras, que se inicia às 17h devido ao horário de entrada dos fiscais no centro que começa mais cedo este dia e termina mais cedo); e 2) e aos sábados (iniciada a partir do meio-dia).

FIGURA 110 – A espera pela saída dos fiscais para o almoço



FIGURA 111 – A feira montada (12h às 14h)



Fotos: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

³⁴ Segundo policiais entrevistados, o maior problema da Praça é a prostituição, promovida por estas vendedoras de café. Afora este problema, a Praça, segundo eles, possui poucas ocorrências de roubos e furtos.

**FIGURA 112 –
A rápida
montagem da
feira**



Fotos: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

**FIGURA 113
– A feira
noturna.
Após a saída
dos fiscais às
17h**



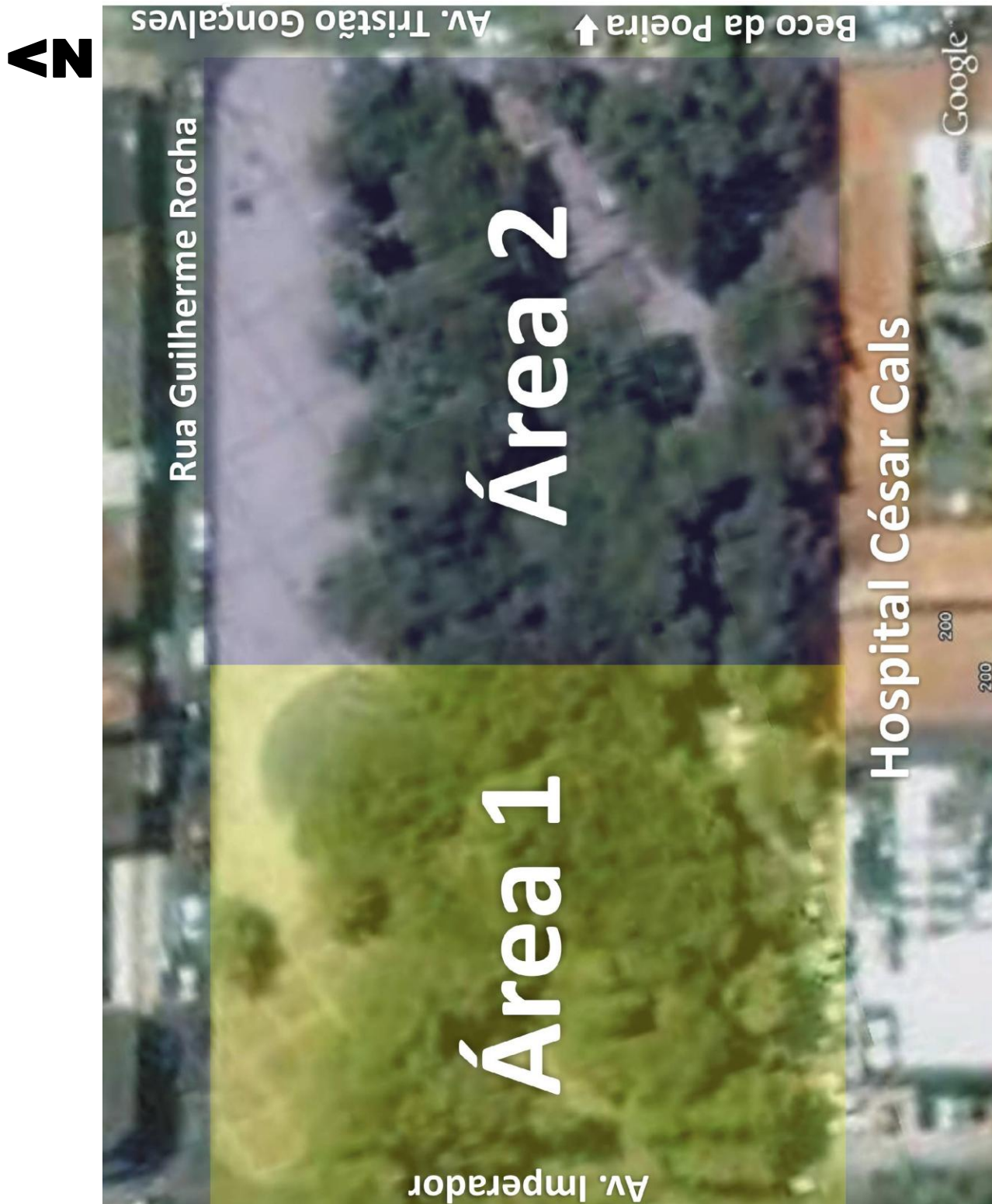
Este foi o maior “contra-uso” revelado pela Praça. Se, por um lado os projetos de requalificação idealizaram para aquele logradouro uma estética “antenada” com os padrões pós-modernistas - como se vê nos arcos e retas da Praça; a feira livre, se somada às apresentações artísticas ali realizadas, revelam um cenário típico de um “mercado persa”, característico dos tempos pré-modernos. Isto se expressa pela profusão de pessoas e artigos como peças íntimas, panelas, eletrônicos, calças, blusas, entre outros, que invadem a parte norte da Praça e quase inviabilizam o caminhar naquela área.

Tal tipo de comércio na José de Alencar se consolidou recentemente pelo volume cada vez maior de vendedores ambulantes que procuravam espaço no Centro. Devido à concentração intensa de um comércio mais popular em relação aos demais estabelecimentos comerciais do Centro, e o pequeno efetivo de fiscais da Prefeitura que ali atuam, foi firmado um acordo não-oficial que permite o uso do espaço da Praça no horário de almoço e após o expediente da fiscalização (no fim da tarde). O que causa protestos com comerciantes donos de lojas, inclusive de vendedores do próprio Beco da Poeira.

Como se vê, há aí um abismo entre a visão da Praça contida nos projetos e a forma como ela é ocupada. Nos projetos de requalificação não se prevêem medidas articuladas com a dinâmica aqui mostrada. Surgem questões do tipo: como serão incluídos (ou não) a gama de vendedores ambulantes hoje presentes na Praça? Será que a construção de um palco, sem uma subvenção financeira do Poder Público para os artistas de rua seria benéfica para o formato de apresentação cultural promovida por eles? E a questão da prostituição, como será trabalhada? Tudo isto se mostra em aberto, tendo em vista a intervenção naquele espaço.

3.1.3 – Praça da Lagoinha

FIGURA 114 – Caracterização da Praça da Lagoinha quanto à sua dinâmica da ocupação, a partir de pesquisa de campo feita em maio de 2008



Fonte: adaptado de Google Earth 4 pelo autor

QUADRO 5 – Dinâmica da Praça da Lagoinha, segundo áreas definidas a partir da pesquisa de campo feita em maio de 2008

IMPRESSÕES GERAIS	- Nenhum policial quis dar informações se identificando
	- Nenhuma presença de fiscais da prefeitura
	- O policial informante relatou que na Praça da Lagoinha há muitos furtos de carteira, cordões, principalmente, no entorno. Segundo o policial entrevistado a área mais perigosa do centro é nos arredores do Passeio Público e Praça da Estação.
Área 1	- Ausência contrastante de fluxo. Área com bem menor intensidade de fluxo em comparação com a Área 2 da praça
	- Estátua de Capistrano de Abreu pichada
	- Concentração de Vendedores de Frutas na esquina da rua Guilherme Rocha e Imperador
	- Concentração de arcos todos pichados e estruturas metálicas com um lago artificial degradado
Área 2	- Ponto de mototáxi do lado da av. do Imperador
	- Concentração Intensa de Comércio Ambulante (eletrônicos, eletrodomésticos, celulares, corte de cabelo, roupas, manicure, calçados etc.)
	- Existência de uma grande feira de troca e venda de produtos de “origem duvidosa”, principalmente, celulares e relógios. É conhecida como “Feira dos Malandros”
	- Existência de um busto do político Abdegado Rocha Lima quase engolido pela feira.

Fonte: Observação sistemática



FIGURA 115 – Área 1: Calma e tranquilidade

FIGURA 116 – Área 2: A agitação da “Feira dos Malandros”



Fotos: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

Como extensão da Praça José de Alencar no Projeto do Parque da Cidade, a Praça da Lagoinha encontra-se, da mesma maneira que sua vizinha, inacabada, no tocante às intervenções previstas no Projeto. Apesar de, aparentemente estarem mais próximas da conclusão, as obras deste logradouro não possuem ainda itens previstos por Muratori, como o museu aberto com obras de José de Alencar.

A Praça da Lagoinha aparenta, para quem chega a ela, ser dois espaços diferentes em um só. De um lado, uma área calma, com bancos e vias arborizadas circundados por arcos e canos de pergolado de estética pós-modernista (FIGURA 117). De outro, a confusão da intensa movimentação de pessoas em torno da conhecida “Feira dos Malandros”, onde é possível comprar artigos que vão do celular caríssimo, encontrado em lojas dos *shoppings*, a geladeiras (isso mesmo!) por preços baixíssimos – sem nota fiscal, é claro, portanto, de origem “duvidosa”. Tudo isto acontecendo em metade da praça (FIGURAS, 118, 119 e 120).

FIGURA 119 – Imagens da Feira: comércio informal de celulares e relógios



FIGURA 117 – Arcos Pós-Modernos da Praça



FIGURA 118 – Imagens da Feira: Eletrônicos



FIGURA 120 – Imagens da Feira: venda de geladeira na Praça



Em torno da feira existe uma rede de serviços, tais como lanches (armazenados em caixas de isopor), manicure e até mesmo um salão de beleza montado a céu aberto, protegido apenas por uma pequena lona (FIGURA 121). Próximo, a estátua de Capistrano de Abreu, pichada e já furtada por três vezes para ter seu bronze derretido, contempla toda esta “paisagem”.

Todo este cenário é ainda “monitorado” de perto por policiais militares que estão ali para assegurar a ordem. Estes relataram em conversa informal que apreender mercadorias não seria sua função deles, e sim, caberia à polícia militar zelar para que não aconteçam “incidentes”. Segundo eles, o maior problema da Lagoinha são os pequenos furtos, que acontecem ali no interior da feira. Mas que isto não fazia da Praça o lugar mais perigoso do Centro; mais riscos ofereceriam a Praça da Estação e o entorno do Passeio Público.

O que se coloca com tudo isto é, mais uma vez, a ocorrência de práticas diametralmente opostas às que foram idealizadas para o espaço a ser requalificado. No caso da Praça da Lagoinha, estes contra-usos se dão até com maior liberdade do que em outros espaços do Centro, porque ali não existe um efetivo de fiscais da Prefeitura. No entanto, é curioso observarmos como um local onde a comercialização de produtos de “origem duvidosa”, tão afamado na Cidade, não é alvo de investidas, mesmo que esporádicas, pelas autoridades “competentes”.

FIGURA 121 – Manicure e salão de beleza na Praça (no canto superior esquerdo)



Foto: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

3.1.4 – Praça do Ferreira

FIGURA 122 – Caracterização da Praça do Ferreira quanto à sua dinâmica de ocupação, a partir de pesquisa de campo feita em maio de 2008



Fonte: adaptado de Google Earth 4 pelo autor

QUADRO 6 – Dinâmica da Praça do Ferreira, segundo áreas definidas a partir da pesquisa de campo feita em maio de 2008

OBSERVAÇÕES GERAIS	- Foi percebida durante esta visita pouca presença de mendigos na praça em relação às outras praças de grande frequência como a José de Alencar e a Lagoinha.
	- O que se nota é a presença de engraxates “circulantes”. Em comparação à Praça José de Alencar todos os ambulantes são “circulantes”
	- A praça é referência para a realização de eventos da cidade. É o cartão-postal de Fortaleza.
Área 1 – Beco ao lado do Cine São Luiz	- Importante área de escoamento de fluxo para a Praça
	- Presença de pedinte
Área 2 – Rua Guilherme Rocha	- Importante área de escoamento de fluxo para a Praça
	- Presença de Banquinha de Batata-frita e pipoca no entardecer
Área 3 – Corredor da Praça que passa como uma continuação da rua Major Facundo	- Área com maior fluxo da Praça (ponto de vendedores de cartões de crédito)
Área 4 – Bancos da Praça (lado esquerdo-sentido norte)	- No horário pesquisado esta área, que compreende o conjunto de bancos à esquerda da praça (sentido norte), se destaca quanto à presença de idosos que utilizam o espaço para rodas de conversa, de leitura de revistas e jornais no fim de tarde.
Área 5 – Sentido de circulação transversal pela praça, oriundo da rua Floriano Peixoto	- Sentido de circulação de transeuntes que se destaca na paisagem da praça pela quantidade de fluxo de pessoas que passam.



FIGURA 123 – Área 1: Beco ao lado do Cine São Luiz, uma das principais vias de acesso à Praça

Foto: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

Na área onde se situa a Praça do Ferreira, diferentemente da região que abrange as Praças José de Alencar e Lagoinha, nota-se a presença de um comércio voltado às classes um pouco mais abastadas, se compararmos com o público freqüentador daqueles logradouros. O controle e a fiscalização sobre a ocupação do espaço são mais rígidos e é fácil se notar a presença de fiscais em posições fixas, como na saída da Praça para a rua Guilherme Rocha (FIGURA 124).

O que se observa, por conseguinte, é a existência, de fato, de “ambulantes” e não de vendedores informais que fincam suas banquinhas em pontos específicos, como acontece em outros espaços do Centro. Estes circulam na Praça e são, principalmente, engraxates, vendedores de picolés, de adesivos etc.

A Praça é bem mais aberta do que a maioria das praças do Centro. Seus vazios fazem com que se torne um importante corredor do Centro, principalmente, na via que passa em frente ao Cine São Luiz (FIGURA 125) e a via de quem cruza a Praça vindo da rua Floriano Peixoto. Neste sentido, não por acaso de frente ao referido cinema, geralmente, se posicionam as simpáticas vendedoras de cartão de crédito, que abordam ali os transeuntes.

Outro ponto interessante de se notar é a pouca presença de pedintes, se relacionarmos com outros espaços do Centro. Estes, quando aparecem, ficam situados, principalmente, próximo ao Cine São Luiz, incentivados pela freqüência do público que vai conferir aos filmes do local.

Por outro lado, são os bancos da Praça um dos locais preferidos para a freqüência do espaço, sobretudo, pelos muitos idosos, que nos fins de tardes, vem de diferentes cantos da Cidade para se encontrarem. Ali eles “jogam conversa fora”, fazem apostas, discutem

FIGURA 124 – Área 2: Fiscalização mais intensa na Praça do Ferreira



FIGURA 125 – Área 3: Via em frente ao Cine São Luiz. Um dos espaços de maior fluxo na Praça – preferido por vendedoras de cartões de crédito



Fotos: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

FIGURA 126 – Área 4: Idosos no fim de tarde da Praça do Ferreira.



Fotos: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

política, lêem revistas e jornais, enfim, vivenciam uma sociabilidade que se tornou tradicional, ao longo do tempo, naquele espaço (FIGURA 126).

Todo este “ar bucólico” da Praça é completado ainda pelas fachadas históricas, reformadas com o projeto da Ação Novo Centro. O que dá a impressão de ali se estar em um espaço privilegiado da região central. Isto se reafirma, por outro lado, pela prioridade, das mais diferentes entidades da Cidade, em se usar a Praça do Ferreira como espaço de atividades das mais diversas. Estas ocupam quase diariamente o logradouro, deixando-o “estressado”, segundo as palavras da técnica da Secretaria Executiva do Centro (SECE). Estes eventos, entre outras coisas, geralmente, furam o piso da Praça para fincar barracas, atrapalhando, muitas vezes, o fluxo

de pessoas (FIGURAS 127 e 128).

FIGURAS 127 e 128 – Durante as observações de campo ocorreu uma ação social na Praça do Ferreira, promovida pelo SESC (Serviço Social do Comércio).



Fotos: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

Observa-se daí os efeitos do enobrecimento do espaço, proporcionado, principalmente, pelas campanhas promovidas pela parceria entre o Poder Público e iniciativa privada, os quais tomaram a Praça como alvo principal desta estratégia de resgate do Centro, aliando-se ali, o referencial de história da Cidade e a busca pela valorização

simbólica e econômica da região central. O que decorreu deste privilégio concedido à Praça do Ferreira foi um esvaziamento dos possíveis eventos que poderiam movimentar, de forma mais intensa, outros espaços do Centro, que hoje, comparativamente, recebem bem menos eventos, como a Praça José de Alencar, ou mesmo, o Passeio Público, como veremos a seguir. Este se situa a apenas algumas quadras da Praça do Ferreira, mas com muita distância no que se relaciona à ocupação de seu espaço, mesmo depois de restaurado.

3.1.5 – Passeio Público

Se tomarmos somente a característica do contra-uso, de ser uma oposição aos “usos” idealizados para um espaço requalificado, o caso do Passeio Público reflete, justamente, uma contraposição às expectativas de frequência daquele espaço depois de restaurado. Como podemos ver anteriormente, ali foi feita uma restauração e foi programado

FIGURA 129 – A pouca visitação do Passeio Público, mesmo depois de restaurado



Foto: Leonardo Vasconcelos, em maio de 2008

um conjunto de atividades para promover a frequência ao Passeio. No entanto, até agora tal estratégia não surtiu efeito.

O que se pode perceber é que o processo de desconstrução do imaginário sobre este espaço que, durante muito tempo esteve associado a atividades marginais, como prostituição, tráfico de drogas e assaltos deve ser trabalhado em campanhas publicitárias e a partir da interligação de outras atividades que hoje se dão no Centro.

Por outro lado, nas visitas decorrentes da pesquisa de campo para este trabalho o que foi possível perceber é que, depois de restaurado, o Passeio passou a receber, mesmo que ainda de forma incipiente, um público formado por pessoas que procuram ali um espaço de tranquilidade para leituras e descanso, principalmente, na hora da sesta, além da visitação turística, a qual não possui no Passeio o acompanhamento de um guia.

3.1.6 – Outros espaços de contra-usos que se destacam no Centro

Além de comentar sobre alguns contra-usos em espaços onde já se deram projetos de requalificação no centro de Fortaleza, é necessário se colocar ainda algumas reapropriações que atualmente ali se destacam. Como maior exemplo disto, tem-se hoje a problemática que preocupa muitas das autoridades envolvidas com o contexto do Centro, que é a ocupação da Praça da Sé (Pedro II) por um feira (FIGUAS 130 e 131). Esta acontece diariamente, envolvendo cerca de 3000 pessoas em frente à Catedral Metropolitana num horário no mínimo *sui generis*: entre 4h e 8h da manhã.

A feira foi iniciada por comerciantes que perceberam ali a chegada na madrugada de comboios de ônibus formados por revendedores vindos de cidades do interior e de outros estados. Estes vinham comprar mercadorias no comércio do Centro; no entanto, no horário que eles chegavam (entre 3h e 4h da manhã) não havia lojas abertas. Os comerciantes locais começaram a aproveitar o tempo ocioso até o horário de abertura do comércio para instalar, nas proximidades de onde estes ônibus estacionavam (perto da Catedral), uma feira com os artigos procurados por estes visitantes.

A comercialização ali foi crescendo de tal forma, agregando comerciantes de diversos locais, como Feirinha da Beira-Mar, Beco da Poeira e até de lojas, que passou a atrair inclusive turistas hospedados nos hotéis da Beira-Mar, os quais tomaram conhecimento da feira por meio de taxistas e guias turísticos. Com este enorme público reunido ali os estandes foram cada vez mais tornando o espaço da Praça menor, ocupando o espaço das ruas circundantes.

FIGURA 130 – Feira da Sé ao amanhecer



Disponível em: www.pbase.com/alexuchoa

FIGURA 131 – Confecções da Praça da Sé



Disponível em: www.pbase.com/alexuchoa

Este cenário foi se tornando de tal forma caótico, que o Ministério Público entrou com uma ação na 7ª Vara da Fazenda Pública contra a Prefeitura, pedindo a desocupação do espaço e a remoção da feira para um outro lugar. Tal medida estabeleceu o prazo de até o final de junho do corrente ano. Após negociações entre o governo municipal e a Justiça, esse prazo foi estendido para o fim do mês seguinte. Até o presente momento não foi efetuada ainda tal remoção. Segundo o titular da SECE, em entrevista concedida a esta pesquisa em 12 de maio de 2008:

A gente tem uma ordem judicial que manda retirar, mas não temos ainda um local específico onde eles possam ir. Primeiro é preciso que se conheça quem são os feirantes da Praça da Sé, são pessoas que estão no Beco da Poeira, e por conta das vendas eles aproveitam para vender à noite, tem gente que está na Feirinha da Beira-Mar, tem gente que está no Mercado Central. Muitos comerciantes que estão no entorno, comerciantes desses shoppings populares (que voltam pro meio da rua), tem gente de Pacajus, de outros municípios, aquelas artesãs que têm fabriquetas, fabricam maiôs, camisas e vai e vendem lá.

Todo este cenário revela a efetuação de táticas que fogem ao controle do Poder. O caso da Feira da Sé reflete a perspectiva eminentemente comercial do Centro, voltado para um público identificado com artigos populares ou de preços mais acessíveis. A dinâmica com que se dão tais arranjos sociais se mostra como um contra-uso nos quais os planos de requalificação para a área central não se mostraram tão atento. Esta falta de articulação com a realidade local impede que se dêem novos e diversificados “usos” para o Centro de Fortaleza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - USOS *VERSUS* CONTRA-USOS: AS DISPUTAS IMPLÍCITAS PARA UMA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE FORTALEZA

O presente trabalho discutiu diversas faces em torno da questão das requalificações na experiência internacional, e em especial, as implicações da chegada destas idéias no contexto de Fortaleza. Esta nova perspectiva de tratamento das cidades, surgida a partir da segunda metade do século XX, reflete, sobretudo, a busca pela valorização das identidades culturais, a partir da tomada do espaço urbano como ferramenta de produção de um sentimento comum de reconhecimento frente ao contexto pós-moderno, cuja característica principal é a velocidade e a superficialidade das relações sociais. Neste sentido, os centros históricos representam este elemento comum que conta o processo de formação da cidade e remete, portanto, a uma história primeira dos cidadãos de um espaço urbano. Desta forma, o resgate simbólico e econômico destas áreas passa a ocupar, como vimos, grande importância nas pautas políticas dos poderes públicos e da iniciativa privada.

Todo este contexto se coliga com a mudança nos métodos de gestão das cidades, que, no último quinquênio, passaram a buscar modelos empresariais. Isto faz com que as políticas urbanas atuem a partir de estratégias de inserção das cidades em um “mercado global” de cidades, onde a atração de investimentos, propiciados, principalmente, por atividades como o turismo, é a meta do *city marketing*. Com isto, aliando de um lado, valorização simbólica do espaço e, de outro, exploração econômica dos atributos deste, se tem o par que move as requalificações nas grandes cidades.

Em Fortaleza, a chegada desta perspectiva se dá nos anos 1990, com o esforço político dos governos estadual, municipal e de setores empresariais, de inserir o Ceará e sua Capital na globalização. Para isto, o turismo foi trabalhado na Cidade de diversas maneiras, destacando-se o binômio praia/sol. Como diferencial a esta perspectiva, trabalhada, sobretudo, em Fortaleza, surge um movimento, tanto por parte dos agentes públicos como da sociedade em geral, voltados à requalificação do centro histórico da Cidade, tendo em vista, sobretudo, esta relação com o turismo crescente.

Isto convergiu para a movimentação de recursos financeiros, políticos e humanos para o tratamento da questão do Centro de Fortaleza – onde houve inclusive a criação de um Fórum Permanente (envolvendo Poder Público, CDL e intelectuais). Percebe-se daí a importância que o tema tomou, tanto na esfera pública, como privada. No entanto, nota-se,

na mesma medida que, apesar de tantos órgãos e tantos recursos humanos voltados para a questão, não se tem ainda um *máster plan* que deixe claro os passos a serem seguidos em um processo de requalificação do centro de Fortaleza, o que inclusive é o pré-requisito adotado em casos como o de Barcelona (o qual foi um dos modelos tidos como referência das discussões na capital cearense).

Apesar de haver tentativas disto, como é o caso dos eixos estabelecidos para o Centro no PLANEFOR, as ações ali colocadas pressupõem medidas isoladas e não um conjunto articulado e orquestrado. Isto contribuiria no sentido de uma melhoria qualitativa, tanto no que se relaciona aos aspectos infra-estruturais, simbólicos e de preservação do patrimônio histórico do Centro, como no sentido de uma proposta inclusiva para o público que o freqüenta, apontando para a superação do modelo de enobrecimento da requalificação.

É claro que não se desconsidera a importância de obras deste tipo para a Cidade, como instrumentos de melhora física e simbólica, e não se nega também a importância do incremento turístico daí incentivado, cujas benesses são tão fartamente alardeadas a partir dos processos de requalificação nas grandes cidades. Contudo, o que se coloca aqui é o caráter abrupto que estas iniciativas surgiram, as quais talvez, na ânsia de usufruir dos proveitos econômicos do *city marketing* das requalificações, não tiveram tempo para um processo de construção e debate coletivo que estruturasse um plano mais lento e gradual, porém mais duradouro e concreto.

Neste sentido, é no mínimo incompatível a atenção dispensada ao Centro, se compararmos o período do final dos anos 1990 com os fins da década anterior. É notória daí a busca pela construção imediata de uma imagem da Cidade que procura seus referenciais identitários para poder se reconhecer, uma vez que almeja uma face global. Para tanto, quanto mais houver uma aproximação, seja ela física ou simbólica dos referenciais identitários de uma cidade pós-moderna, mais “qualificado” ou “preenchido de conteúdo” o espaço a ser enobrecido.

Toda esta construção voltada para o privilégio do *city marketing* esbarra nos ntraves das questões ainda sem solução no Centro. Como vimos, o problema do comércio ambulante, da violência, da prostituição e da mendicância na área central permanecem sem atenção integrada aos planos de requalificação, configurando este os principais obstáculos para a requalificação, ou em outras palavras, os mais claros “contra-usos” para os “usos” pensados nos projetos para o Centro.

Este é o alerta que lança os contra-usos ou reapropriações constatadas na área central, os quais trilham o sentido diametralmente oposto ao ideário dos projetos de requalificação, estes muito mais “atenados” com as tendências estéticas do pós-modernismo, do que com a dinâmica própria da realidade do Centro de Fortaleza. Daí a separação entre o que é planejado e o que se observa hoje na realidade da área central, onde os projetos são desvirtuados de seus objetivos.

Vale aqui reafirmar o papel das áreas centrais como espaços onde conflitos como estes se dão com frequência, afinal estas são regiões por excelência de manifestação das divergências de interesses e da convergência de sentidos. É, sobretudo, o coração da cidade e, como tal, mostra o seu pulsar urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÇÃO NOVO CENTRO. **Projeto de Requalificação de Fachadas - Área Piloto: Praça do Ferreira**. Fortaleza: Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL, 2001
- ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade** (trad. Marcos Penchel). Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 1999.
- ARANTES. Antônio (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- ARANTES. Otília. **Urbanismo em Fim de Linha**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001
- AUGÉ, Marc. **A Guerra dos Sonhos: Exercícios de etnolicção** (trad.: Maria Lúcia Pereira). Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- _____. **Não Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade** (trad.: Maria Lúcia Pereira). Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça; reminiscências**. 2ª ed. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1992. p.376.
- BENJAMIN, Walter. **Paris, capital do século XIX / Paris do segundo Impérios em Baudelaire in: Coleção Grandes Cientistas Sociais 50 – Walter Benjamin** (trad.: Flávio Kothe). 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática.
- BEZERRA, Antônio. _____. Fortaleza: Publicações do Instituto Histórico e Antropológico do Ceará. p. 21-62.
- BRASIL. **Lei 9790 de 23 de Março de 1999 (Lei das “OSCIP’s”)** in CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9790.htm, 1999. Acesso em: 28/07/08.
- BORGES, Marco Antônio. **O Tombamento como Instrumento Jurídico para a Proteção do patrimônio Cultural**. Disponível em: www.mp.mg.gov.br/extranet/baixararquivo.action?iditemmenu=21988. Acesso em 27/08/08.
- BORZACHIELLO, José. **“Em questão: as cidades que se planejam – O caso de Fortaleza**.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2004, p. 107-132.
- CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. 10ª Ed. São Paulo: Ática, [data?]
- CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: IOCE, 1998, p. 63-79.

CAMPOS, Nadia; SOMEKH, Cândido Malta. **Desenvolvimento local e projetos urbanos**. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg059/arg059_01.asp. Acesso em: 11/07/08.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio (trad.: Luciano Vieira Machado)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. **Praças de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1990.

DaMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua (Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil)**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1985. 140p.

_____. **O Que faz o Brasil, Brasil**. 11ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 126p.

DA SILVA, Marcos Aurélio Ferreira. **Uma Fortaleza de Risos e Molecagens** in : SOUZA, Simone (org.), **Comportamentos: Coleção Fortaleza e Cotidiano**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 24.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo** (trad. Estela dos Santos). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 238.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer** (trad.: Ephran Ferreira). 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217.

DEL RIO, Vicente. Voltando às Origens. **A Revitalização de Áreas Portuárias nos Centros Urbanos**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp091.asp>. Acesso em 11/07/08.

DOURADO, Francisco Francílio. **Diagnóstico da Região Central de Fortaleza**. Trabalho Final para o Curso Gestión Estratégica para el Desarrollo Local y Regional. Fortaleza: ILPES-CEPAL – Nações Unidas, 2006

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social** (trad. Eduardo Brandão). São Paulo – SP: Ed. Martins Fontes, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. *O Flaneur, a Cidade e a Vida Pública Virtual* in: ARANTES. Antônio (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia** in: MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (vol.17), 2002

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade** (trad.: Raul Fiker). São Paulo: Ed. UNESP, 1991. p. 177.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e Crônica Histórica**. Edição especial. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 2000.

GONDIM, Linda M.P. e LIMA, Jacob Carlos. **A Pesquisa como Artesanato Intelectual: Considerações sobre o Método e Bom Senso**. João Pessoa: Manufatura, 2002

_____, **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, Patrimônio e Imagem da Cidade**. São Paulo: Annablumme, 2007.

_____, **Uma Dama da Belle Époque de Fortaleza: Maria de Lourdes Hermes Gondim**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade** (*trad. Tomaz Tadeu e Guacira Lopez*). 10ª edição. Rio de Janeiro - RJ: DP & A editora, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 15ª edição. São Paulo – SP: Ed. Loyola, 2006.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ª edição. ED. Positivo, 2004.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PESQUISAS, ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - IMPARH/ SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SEMAM. **Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do(a) Catador de materiais recicláveis de Fortaleza-CE**. Fortaleza, 2006

JAMESON, Frederic, Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism *in*: ARANTES, Antônio (org.), **O Espaço da Diferença**, ed. Papyrus, Campinas, SP, 2000

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003a. p. 130.

_____. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: AnnaBlume, 2003b. p. 202.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. 3ª ed. São Paulo – SP: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004

LE GOFF, Jacques. **História e Memória** (*trad.: Bernardo Leitão*). 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (vol.17), 2002

_____. **Quando o Campo é a Cidade** *in*: *Na Metrópole*. 15-53pp.

MACEDO, Antônio Luiz, Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza *in* SOUZA, Simone (org.), **Comportamento: Fortaleza História e Cotidiano**. Fortaleza: ed. Demócrito Rocha, 2002, p.70

MENDONÇA, Nadir Domingues. O Uso dos Conceitos (uma questão de interdisciplinaridade). 4ª Ed. Bagé- RS: FAT/Unba, 1983, p. 176.

MURATORI, Ricardo. **Memorial Parque da Cidade**. Concurso Área Central de Fortaleza e o Parque da Cidade. Fortaleza - CE: Câmara dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza – CDL, 2002.

OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. **Fortaleza: seis Romances, seis Visões**. Fortaleza: EUFC, 2000. p. 251.

PAULA, Ethel de. Um dia no centro. **Jornal O Povo**, Fortaleza 22 dez 2003. Caderno Almanaque.

PASSERON, Jean-Claude. **O Raciocínio Sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural** (*trad.: Beatriz Sidou*). Petrópolis: Vozes, 1995. p. 485.

PIMENTEL, Lídia Valesca. **Pedaços da Cidade, Palcos da Vida**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 1998

PLANO ESTRATEGICO DE FORTALEZA - PLANEFOR. **Boletim PLANEFOR**. Fortaleza: Ano 5 – nº 21, Abril/ Maio, 2003

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. 3ª ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001. p. 208.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, **Estudo das Vantagens Competitivas do Centro da Cidade de Fortaleza: Diagnóstico das Condições Locacionais, das Infra-estruturas e da Integração com outras Áreas da Cidade (Relatório 03)**. Fortaleza: 2004

_____, **Estudo das Vantagens Competitivas do Centro da Cidade de Fortaleza: Recomendações Públicas para o Desenvolvimento Local do Centro de Fortaleza (Relatório 07)**. Fortaleza: 2004.

RIÉRA, Carlés. **Desenvolvimento urbano em Barcelona: conflito de vizinhança e consenso midiático**. Disponível em: <http://www.ibase.br/modules.php?name=conteudo&pid=847>. Acesso em 27/08/08.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995

SCOCUGLIA, Jovanka B. Cavalcanti. **Revitalização Urbana e (RE)invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À EMPRESA. **Perfil Sócio-Econômico do Cliente do Centro de Fortaleza**. Fortaleza: SEBRAE, 2004

_____, **Perfil do Empresário do Centro de Fortaleza**. Fortaleza: SEBRAE, 2004

SAMPAIO, Dorian. **A Fortaleza de Juraci**. Fortaleza: Anuário do Ceará Publicações, 1993.

SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000. p. 448.

_____; RIBEIRO, Francisco Moreira; PONTE, Sebastião Rogério; ORIÁ, Ricardo; JUCÁ, Gisafran. **Fortaleza: A Gestão da Cidade (Uma História Político-Administrativa)**. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994. p. 104.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano; *in* ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia (org.). **A Cidade do Pensamento Único**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 75-101pp

VARGAS, Heliana & CASTILHO, Ana. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri - SP: Manole, 2006.

VASCONCELOS, Leonardo C. **Identidade e Cultura na Modernidade. Uma análise da (re)qualificação no centro da cidade de Fortaleza**. Fortaleza, CE: Monografia de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2004.

ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder *in*: ARANTES, Antônio (org.), **O Espaço da Diferença**. Campinas - SP: Papirus, 2000.

Reportagens sobre o Centro divididas por temática (Impresso e internet)

- **Moradia do Centro como uma das propostas de requalificação ou ressignificação do Espaço**

TV DIÁRIO. **Brasileiros e franceses unidos por um Centro Belo**. Fortaleza 24/11/2005. Disponível em: <http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp>. Acesso em: 13/12/2005

O POVO. **O Centro esvaziado**. Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/especiais/eleicoes>. Acesso em: 07/2004

DIÁRIO DO NORDESTE. **Centro administrativo divide opiniões**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=329053>. Acesso em: 13/04/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Comércio do Centro é responsável por 10% do ICMS**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=329064>. Acesso em: 13/04/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Projeto prevê ocupação residencial**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295488>. Acesso em: 23/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Desafio é repovoar o bairro**. Fortaleza, 23/11/2005, Caderno Cidade

DIÁRIO DO NORDESTE. **Moradores não querem deixar a área**, Fortaleza, 23/11/2005, Caderno Cidade

- **Resgate da Identidade da Cidade, através da requalificação do Centro**

TV DIÁRIO. **Brasileiros e franceses unidos por um Centro Belo.** Fortaleza 24/11/2005. Disponível em: <http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp>. Acesso em: 13/12/2005

NEUMANN, Theresa. Centro de Fortaleza, plantando tudo dá! **O Povo**, Fortaleza, 26/11/2005. Jornal do Leitor.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Líder destaca Revitalização do Centro Histórico.** Fortaleza 21/04/2006. Disponível em: <http://www.cmfor.ce.gov.br>. Acesso em 21/04/2006.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Bairro de Fácil Acesso.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=353963>. Acesso em: 23/07/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Praça do Ferreira deixa de ser referência.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295231> Acesso em: 22/11/2005

FORTALSAMPA. **A periferia descobre o Centro.** Disponível em: www.fortalsampa.com.br/noticias Acesso em **08/06/03**

FONTENELE, Sabrina Studart. Acervo arquitetônico da rua João Moreira em Fortaleza. **Revista Minha Cidade 011**, Campo Grande – MS

- **Esvaziamento do Centro**

O POVO. **O Centro esvaziado.** Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/especiais/eleicoes>. Acesso em: 07/2004

NEUMANN, Theresa. Centro de Fortaleza, plantando tudo dá! **O Povo**, Fortaleza, 26/11/2005. Jornal do Leitor.

FORTALSAMPA. **Prefeitura busca alternativas para o Centro de Fortaleza.** Disponível em: www.fortalsampa.hpg.ig.com.br/noticias . Acesso em 13/04/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Memória dos 280 anos de Fortaleza.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=329076> . Acesso em: 13/04/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Comércio do Centro é responsável por 10% do ICMS.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=329064>. Acesso em: 13/04/2006
Acesso em: 13/04/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Falta investimento estratégico.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295487> . Acesso em: 23/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Praça do Ferreira deixa de ser referência.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295231> Acesso em: 22/11/2005

- **Desvantagens do Centro**

O POVO. **O Centro esvaziado.** Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/especiais/eleicoes>. Acesso em: 07/2004

DIÁRIO DO NORDESTE. **Comércio do Centro é responsável por 10% do ICMS.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=329064>. Acesso em: 13/04/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Projeto prevê ocupação residencial.** Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295488> Acesso em: 23/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Praça do Ferreira deixa de ser referência.** Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295231> Acesso em: 22/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Ambulantes invadem ruas e praças.** Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295232> Acesso em: 22/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Comércio fecha mais cedo** Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=393496> Acesso em: 30/12/2006

DIÁRIO DO NORDESTE, **Roteiro Turístico de Conhecimento**, Fortaleza, 23/07/2006, Caderno Cidade

O POVO. **Transferência demorada prejudica comerciantes.** Disponível em:
<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/366980.html> . Acesso em: 22/05/2004

- **Projetos para o Centro**

O POVO. **O Centro esvaziado.** Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/especiais/eleicoes>. Acesso em: 07/2004

NEUMANN, Theresa. Centro de Fortaleza, plantando tudo dá! **O Povo**, Fortaleza, 26/11/2005. Jornal do Leitor.

FORTALSAMPA. **Prefeitura busca alternativas para o Centro de Fortaleza.** Disponível em:
www.fortalsampa.hpg.ig.com.br/noticias . Acesso em 13/04/2006

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Líder destaca Revitalização do Centro Histórico.** Fortaleza 21/04/2006. Disponível em: http://www.cmfor.ce.gov.br/scripts/imprensa/ver_ultimas.asp?11=21/04/200608:00 . Acesso em 21/04/2006.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Centro administrativo divide opiniões.** Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=329053> . Acesso em: 13/04/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Comércio do Centro é responsável por 10% do ICMS.** Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=329064> . Acesso em: 13/04/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Pesquisa revela que 75% da população precisam do Centro.** Disponível em
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295486> . Acesso em: 23/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Falta investimento estratégico.** Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295487> . Acesso em: 23/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Ministério do Planejamento destinará recursos.** Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295233> Acesso em: 22/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Projeto prevê ocupação residencial.** Disponível em:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295488> Acesso em: 23/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE, **Fortalezenses se articulam para garantir preservação**. Fortaleza, 23/07/2006, Caderno Cidade

O POVO, **A Fortaleza Tombada**, Fortaleza 13/04/2006, Caderno Fortaleza

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Líder destaca Revitalização do Centro Histórico**. Fortaleza 21/04/2006. Disponível em: http://www.cmfor.ce.gov.br/scripts/imprensa/ver_ultimas.asp?l1=22/09/200509:00 . Acesso em 22/09/2005.

DIÁRIO DO NORDESTE, **Passeio Cultural no Centro é atração pra a terceira Idade**, Fortaleza 22/07/2005, Caderno Cidade

FORTALSAMPA. **Shopping Centro revitalizará o Centro de Fortaleza**. Disponível em: www.fortalsampa.hpg.ig.com.br/noticias . Acesso em 30/08/2003

DIÁRIO DO NORDESTE. **Centro da Capital tem novo Patrulhamento**, Fortaleza, 15/03/2004. Caderno Polícia.

- **Vantagens do Centro**

DIÁRIO DO NORDESTE. **Bairro de Fácil Acesso**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=353963>. Acesso em: 23/07/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Comércio do Centro é responsável por 10% do ICMS**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=329064>. Acesso em: 13/04/2006

DIÁRIO DO NORDESTE. **Pesquisa revela que 75% da população precisam do Centro**. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295486> . Acesso em: 23/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Falta investimento estratégico**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295487> . Acesso em: 23/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Projeto prevê ocupação residencial**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295488> . Acesso em: 23/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Ministério do Planejamento destinará recursos**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295233> Acesso em: 22/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE. **Desafio é repovoar o bairro**. Fortaleza, 23/11/2005, Caderno Cidade

DIÁRIO DO NORDESTE. **O exemplo do Banco do Nordeste**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=295204> Acesso em: 22/11/2005

DIÁRIO DO NORDESTE, **Roteiro Turístico de Conhecimento**, Fortaleza, 23/07/2006, Caderno Cidade

O POVO. **Galeria Pop**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/opovo/vidaearte/595910.html> Acesso em: 20/05/2006

FORTALSAMPA. **Shopping Centro revitalizará o Centro de Fortaleza**. Disponível em: www.fortalsampa.hpg.ig.com.br/noticias . Acesso em 30/08/2003

FORTALSAMPA. **A periferia descobre o Centro**. Disponível em: www.fortalsampa.com.br/noticias Acesso em **08/06/03**

O POVO. **Transferência demorada prejudica comerciantes**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/366980.html> . Acesso em: 22/05/2004

Pesquisa de Campo (ano de 2008 – realizada entre os meses de maio e junho; 2003 – realizada entre os meses de agosto e outubro)

- Observação sistemática realizada entre agosto e outubro de 2003 no centro da cidade de Fortaleza na área definida pelos seguintes marcos: à oeste, a avenida do Imperador; à leste, a rua Sena Madureira; ao sul, a avenida Domingos Olímpio; e ao norte, a rua Dr. João Moreira.
- Observação sistemática e produção de material iconográfico, realizadas entre os dias 20 e 28 de maio de 2008, nas Praças José de Alencar, Lagoinha, do Ferreira, dos Leões, Passeio Público.
- Produção de material iconográfico em junho de 2008 nos seguintes locais: Mercado Central, Praça da Estação, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Praça da Sé e ruas do centro histórico de Fortaleza.
- Entrevistas com a Gerente Administrativa do Centro (Prefeitura Municipal de Fortaleza), concedida em 12/01/2004 e atualmente técnica da Secretaria Executiva do Centro, realizada no dia 15/05/2008.
- Entrevista direta com o prof. organizador do Fórum sobre o centro de Fortaleza, concedida em 17/03/2004
- Entrevista com a então diretora da Ação Novo Centro em 2004, concedida em 13/04/2004.
- Entrevista com o atual diretor da Ação Novo Centro em 13/05/2008.
- Entrevista com o Diretor do Planefor, concedida em 30/04/2004
- Entrevista com o secretário da SECE (Secretaria Executiva do Centro) em 12/05/2008.
- Entrevista com Ricardo Muratori, arquiteto autor do Projeto Parque da Cidade, realizada em 15/05/2008.
- Entrevista com o administrador do Passeio Público, em 28/05/2008.

ANEXOS

Anexo 1

Pedaços e grupos sociais do centro de Fortaleza

PERÍODO DIURNO

Pedaços dos Grupos de “Antigos”

- Praça do Ferreira
- Praça dos Leões
- Praça Valdemar Falcão
- Travessa Pará (próxima à Praça do Ferreira)
- “Barbearias”, “Boteco” e Banca de Apostas “PARATODOS” na rua Clarindo de Queiroz (entre Senador Pompeu e Barão do Rio Branco)
- Barbearia e lojas de conserto na rua Perboyre e Silva (entre Assunção e General Bizerril)
- Barbearia numa viela na rua Barão do Rio Branco

Pedaços dos Grupos de “Estudantes”

- Praça da Bandeira
- Praça do Carmo
- Bares e Restaurantes da rua Barão de Aratanha (entre Duque de Caxias e Clarindo de Queiroz)
- Lanchonete ao lado o Colégio Evolutivo na rua Meton de Alencar
- Algumas lanchonetes e bares ao longo da avenida do Imperador

Pedaços dos “Religiosos”

- Galeria Pedro Jorge (térreo)
- Igrejas Evangélicas, Católicas e Universal
- Praça do Ferreira
- Praça da Lagoinha
- Loja das Edições Paulinas na rua São Paulo
- Rua Castro e Silva (em frente à Praça da Estação)
- Rua General Bizerril (próximo à Pedro Pereira)

Pedaços dos Grupos das Classes Sociais “Mais Pobres”

- Praça da Lagoinha
- Praça José de Alencar
- Beco da Poeira

Pedaço dos “Moradores”

- Praça do 5º Batalhão de Polícia (rua Floriano Peixoto entre Antônio Pompeu e Domingos Olímpio)

Pedaço dos “Topiqueiros”

- Rua Jaime Benévolo (entre Duque de Caxias e Clarindo de Queiroz)

Pedaço dos “Rockeiros, Reggeiros, Hip-Hoppers”

- Galeria Pedro Jorge (3º andar)

Outros pedaços que formam redes de sociabilidade

- Pontos das bancas de postas “PARATODOS”
- Pontos de Táxi e Mototáxi

PERÍODO NOTURNO (SEMANA E FINAIS DE SEMANA)**Pedaços dos “Boêmios”**

- Bares das ruas General Sampaio e Pedro I
- Bar da Floriano Peixoto (próximo a Duque de Caxias)
- Bares das ruas Meton de Alencar e Clarindo de Queiroz
- Restaurante dos Advogados na Praça do Ferreira

Pedaços dos Grupos do “Comércio Sexual” (Prostitutas, Travestis e Garotos de Programa)

- Rua Clarindo de Queiroz (em toda a sua extensão)
- Passeio Público
- Praça dos Leões
- Praça José de Alencar

Pedaço dos Homossexuais
















- Praça do Ferreira

*Os pedaços dos grupos de mendigos e meninos de rua não podem ser especificados com certeza pela grande mobilidade que exercem na área do centro. De qualquer forma alguns pontos aglutinadores podem ser relacionados, tais como:

- Escadaria do Theatro José de Alencar
- Praça José de Alencar
- Praça da Lagoinha
- Praça dos Leões
- Praça do BNB à noite (sopão solidário oferecido aos meninos de rua e mendigos)

Anexo 2

Anexo II - "Manchas" e "pórticos" da área central de Fortaleza

- PR** Pontos de Referência ou espaços representativos para o fluxo dos freqüentadores do centro
-  Área com grande fluxo de pessoas
-  Serviços Alimentícios (Lanchonetes, restaurantes, Bares, Self-Services)
-  Serviços Automotivos
-  Equipamentos Diversos
-  Serviços Médicos (Hospitais, Clínicas, Farmácias)
-  Pórticos (Áreas com pouco ou nenhum fluxo de pessoas)
-  Concentração de Residências
-  Concentração de Lojas de tecidos
-  Concentração de Lojas de Material de Construção e ferragens
-  Concentração de lojas de confecções, rendas e/ou bordados
-  Concent. De Escolas e estabelecimentos educativos
-  Concent. De lojas de bolsas e calçados
-  Concentração de hotéis e pousadas
-  Concentração de lojas de móveis e eletrodomésticos e utensílios do lar
-  Concentração de venda de temperos, raízes e frutas regionais
-  Concentração de lojas de brinquedos
-  Concentração de lojas e artigos religiosos
-  Concentração de óticas e lojas de jóias e bijouterias
-  Bancos
-  Igrejas
-  Concentração de Estacionamentos
-  Elétricos e Eletrônicos
-  Casas de Jogos, (Bancas de PARATODOS, Bingos, Lotéricas)
-  Casas Eróticas (Motéis, Boates, Cines Eróticos)
-  Livrarias e Sebos
-  Concentração de acesso a transportes (ônibus, táxis e mototáxis)
-  Shopping Centers

